

CAROLLINA CARVALHO RAMOS DE LIMA

**OS VIAJANTES ESTRANGEIROS NOS PERIÓDICOS CARIOCAS
(1808-1836)**

**FRANCA
2010**

CAROLLINA CARVALHO RAMOS DE LIMA

**OS VIAJANTES ESTRANGEIROS NOS PERIÓDICOS CARIOCAS
(1808-1836)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, *campus* de Franca, como requisito para obtenção do título de Mestre em História. Sob orientação da Prof^a. Dr^a. Jean Marcel Carvalho França

Área de Concentração: História e Cultura

Linha de Pesquisa: História e Cultura Social

**FRANCA
2010**

Lima, Carollina Carvalho Ramos de
Os viajantes estrangeiros nos periódicos cariocas (1808-1836) /
Carollina Carvalho Ramos de Lima. – Franca : UNESP, 2010.

Dissertação – Mestrado – História – Faculdade de História,
Direito e Serviço Social – UNESP.

1. Cultura literária – História – Rio de Janeiro. 2. Periodismo –
Viajantes – Brasil, séc. 19. 3. Periódicos – História – Brasil.

CDD – 981.57

OS VIAJANTES ESTRANGEIROS NOS PERIÓDICOS CARIOCAS (1808-1836)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, *campus* de Franca, como requisito para obtenção do título de mestre em História. Sob orientação do Prof. Dr. Jean Marcel Carvalho França.

Área de Concentração: História e Cultura Social.

BANCA EXAMINADORA

Presidente: Prof. Dr. Jean Marcel Carvalho França

1° Examinador:

2° Examinador:

Franca, de abril de 2010.

Ao Dennys, com amor.

“Instruir uma nação é civilizá-la.”

(Diderot)

RESUMO

Propõe-se, nesta pesquisa, refletir sobre a formação do pensamento brasileiro no período que antecede ao denominado Romantismo, destacando a “participação”, durante o momento de passagem da colônia para país independente, da literatura de viagem no processo de formação da identidade nacional. Através da leitura de alguns periódicos que circularam no Rio de Janeiro no início do século XIX, mais precisamente entre a chegada da corte (1808) e o lançamento da revista *Nitheroy* (1836), pretende-se demonstrar como a formação da cultura escrita nacional esteve intimamente ligada à ideia que os europeus tinham dos trópicos. Para tanto, a proposta é mapear em tais periódicos as menções aos viajantes estrangeiros e ao conteúdo de suas narrativas, de modo a conhecer o que a intelectualidade carioca dos primeiros decênios dos oitocentos pensava das imagens do Brasil e dos brasileiros vinculadas nestes escritos.

Palavras-chave: Rio de Janeiro; literatura de viagem; periodismo, D. João VI; viajantes.

ABSTRACT

The objective of this work is to study the construction of the Brazilian thought in the period that is right before the Romanticism age, highlighting the participation of the type of literature known as 'travel literature' in the process of construction of the national identity when Brazil was being transformed from a colony into an independent country. Based on journals that were on circulation in the beginning of the 19th century, precisely in the period between the Court arrives in the country (1808) and the release of the magazine "Niteroy" (1836), and conceiving them as the stands of the construction of the country identity, we aim to show how the formation of the national literature was attached to the idea that European people had about the tropical lands. For that matter, the purpose is to map in this periodicals the messages for the foreign travellers and the content of these narratives, such as references, quotes and comments in order to indicate the books that the intellectuals from Rio de Janeiro read in the first decades of the 18th century.

Key words: Rio de Janeiro; travel literature; periodism; Dom João VI; travellers.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1: MEDIDAS CIVILIZATÓRIAS E A EMANCIPAÇÃO INTELLECTUAL	13
CAPÍTULO 2: VIAJANTES E LIVROS DE VIAGEM NOS JORNAIS DA ÉPOCA	48
CAPÍTULO 3: TÓPICAS DE UM DISCURSO: O RIO DE JANEIRO NOS LIVROS DE VIAGEM DO INÍCIO DO OITOCENTOS	76
CONSIDERAÇÕES FINAIS	103
REFERÊNCIAS.....	106

INTRODUÇÃO

E essa reconquista alterou a paisagem brasileira em todos os seus valores. Europeizou-a – ou a reuropeizou – o quanto pode.
(Gilberto Freyre)

O século XIX foi marcado por questionamentos em torno da definição dos Estados Nacionais, não apenas no que diz respeito à demarcação dos limites territoriais, mas também no que se refere à formação de suas identidades. No Brasil, a independência política esteve pautada na manutenção de antigos valores (ou seja, na continuidade do sistema monárquico), contudo, a instauração de novos laços com o mundo europeu – estabelecidos em decorrência da forte presença estrangeira no país – inspirou as elites brasileiras no processo de construção dos pilares da identidade nacional.

Este trabalho parte do princípio de que parte significativa da construção do imaginário do Brasil independente se fez em interlocução com a imagem do país construída e divulgada pelos viajantes europeus, sobretudo por aqueles que começaram a nos visitar no ocaso do século XVIII e nas primeiras décadas do século XIX; europeus que tiveram a preocupação de contar ao Velho Mundo os detalhes do processo de emancipação e de nascimento de uma nação no Novo Mundo.

Há uma relativa escassez de notícias sobre o Brasil na literatura estrangeira produzida nos períodos anteriores à vinda da família real ao país. Devido às políticas de defesa do território brasileiro, os estrangeiros eram recebidos nos nossos portos com grande desconfiança e não podiam transitar livremente pelas cidades coloniais. A abertura dos portos brasileiros ao comércio marítimo internacional, decretada por D. João VI, não apenas favoreceu comercialmente os estrangeiros como também facilitou a entrada dos viajantes europeus no país, dando origem ao aparecimento de livros de viagens sobre o Brasil em quantidade cada vez maiores.

Esta pesquisa aborda um período ao longo do qual o Brasil alcançou notoriedade na literatura de viagem mundial. Entre 1808 (abertura dos portos) e 1836 (publicação da revista *Niterói* – marco do romantismo local), o número de viajantes convidados pela corte triplicou, se comparado aos séculos anteriores, resultando no aumento de livros publicados na Europa a respeito do Brasil. A análise restringir-se-á aos relatos acerca do Rio de Janeiro, isto porque a cidade, desde a

metade do século XVIII, passou a se destacar no contexto do Império português. Dois eventos exemplificam a importância alcançada por ela: a transferência da capital de Salvador para o Rio em 1763 e a mudança da Corte para a cidade, em 1808. O Rio de Janeiro, portanto, tornou-se uma referência política e cultural para todo o Império, já que acabou por se transformar no centro político-administrativo e no palco do desenvolvimento das *belas letras* nacionais, irradiando modelos de comportamento para toda a nação.

Em 1822, enquanto ações revolucionárias fragmentavam as antigas colônias da América espanhola, no Rio de Janeiro, uma cerimônia de sagração coroava o novo imperador constitucional do Brasil, D. Pedro I; era o nascimento de uma nova nação. Foi preciso, então, formar um estado autônomo, forte e coeso, o que implicaria necessariamente na criação de um sentimento de *brasilidade*, um sentimento de pertença à pátria recém-independente. Nesse contexto, os jornais tiveram um papel relevante, pois foram eles, dadas às facilidades de circulação, um dos principais responsáveis pela divulgação de um certo ideal de pátria. Esses jornais, apesar de sua efemeridade, foram talvez o maior veículo de propagação de ideias e conceitos sobre o Brasil e sua gente durante a primeira metade do século XIX. Os relatos de viagem foram importantes nesse processo, pois a denominada identidade brasileira construiu-se também recorrendo à visão dos estrangeiros, registrada em seus relatos de viagem e, mais ainda, à convivência com estes visitantes.

Tendo em vista o seu objetivo central – investigar a influência dos viajantes estrangeiros e de seus relatos no processo de construção de uma identidade nacional pós-independência pelas elites cariocas –, estruturamos este estudo do seguinte modo: no primeiro capítulo, “Um porto, uma cidade”, procuramos oferecer ao leitor uma ideia clara, ainda que sucinta, da relação que os estrangeiros estabeleceram com a cidade do Rio de Janeiro antes e depois de 1808; no decorrer deste capítulo, abordou-se as principais medidas adotadas pelo governo português, a fim de criar na nova sede do Império uma atmosfera europeia, moderna e civilizada. Além disso, procurou-se destacar a participação dos estrangeiros nesse processo de urbanização da cidade e de institucionalização e ampliação da sua cultura escrita.

O segundo capítulo, “Viajantes e livros de viagem nos jornais da época”, traz um mapeamento dos livros de viagem a respeito do Brasil que foram referenciados

pelos periódicos editados no Rio de Janeiro – com exceção do *Correio Brasilense*, publicado em Londres, mas com ampla circulação na capital fluminense –, entre 1808 e 1836, referências que evidenciam um enorme interesse dos brasileiros pelo gênero narrativa de viagens.

O último capítulo, “Tópicos de um discurso”, investiga as tópicas que se perpetuaram nos relatos de viagem sobre o Rio de Janeiro e que cristalizaram uma ideia da cidade no exterior. Foi esta literatura, como buscaremos demonstrar, que ajudou a construir a imagem que as elites brasileiras forjaram do país, do seu povo e de si próprias.

CAPÍTULO 1: MEDIDAS CIVILIZATÓRIAS E A EMANCIPAÇÃO INTELECTUAL

A presença no Rio de Janeiro de um príncipe com poderes de rei; [...] mas trazendo consigo a coroa; trazendo a rainha, a corte, os fidalgos para lhe beijarem a mão gordurosa, mas prudente, soldados para desfilarem dias de festa diante de seu palácio, ministros estrangeiros, físicos, maestros para lhe tocarem a música na igreja, palmeiras-imperiais a cuja sombra cresceriam as primeiras escolas superiores, a primeira biblioteca, o primeiro banco; a simples presença de um monarca em terra tão republicanizada como o Brasil; [...] a simples presença de um monarca em terra tão antimonárquica nas suas tendências para as autonomias regionais e até feudais, veio modificar a fisionomia da sociedade colonial; alterá-la nos seus traços mais característicos.¹

Desde a vinda da Corte portuguesa e a abertura dos portos, em 1808, a vida na cidade do Rio de Janeiro passou a seguir muito de perto o movimento de embarque e desembarque de pessoas e de mercadorias do seu porto. Pela cosmopolita praça cívica, além das caixas abarrotadas de produtos europeus e dos inúmeros escravos que ali eram comercializados, circulavam também estrangeiros de diferentes origens, que traziam na bagagem as novidades de um mundo considerado moderno e civilizado.²

A região do desembarque concentrava os principais órgãos da administração portuguesa: o Palácio Real, a Alfândega e o Tribunal da Relação. Tais prédios dividiam espaço com o Convento do Carmo e com o Mosteiro de São Bento. Além disso, a região era o endereço dos mais ilustres comerciantes da cidade e abrigava a sede da Junta do Comércio.³ A capital concentrava, também, uma diversificada gama de profissionais liberais, que faziam do Rio, além de centro político, um polo cultural.

Os inúmeros estrangeiros que circularam pelo Rio de Janeiro neste período participaram do desenvolvimento urbano e institucional capital que, nas primeiras décadas do século XIX, conferiu a ela novas formas. A partir do *Registro de Estrangeiros 1808-1822* é possível dimensionar a movimentação e atuação dos estrangeiros nesse período:

¹ FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos**: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento urbano. 16. ed. São Paulo: Global, 2006, p. 106.

² FIGUEIREDO, Cláudio; LENZI, Maria I. R; SANTOS, Núbia M. **O porto e a cidade entre 1565 e 1910**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005, p.11.

³ MACEDO, Joaquim M. de. **Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro**. v. I. São Paulo: Planeta Azul, 2004, p. 29-35.

O número de estrangeiros que entraram no Brasil entre 1808 e 1822 é espantoso. Só o cartório do Rio arrola 4.234, sem contar em muitos casos, esposas, filhos e criados. Uns 1.500 eram espanhóis, sobretudo hispano-americanos, quase 1.000 eram franceses, mais de 600 eram ingleses, e mais de 200 eram alemães. Havia também italianos, suíços, norte-americanos, suecos, holandeses, irlandeses, austríacos, dinamarqueses e escoceses. Procediam da China, de Java, do Cabo da Boa Esperança, da Índia, do Egito, das ilhas do Cabo Verde, das Canárias, de Moçambique e Luanda, Malta, Grécia, Rússia, Martinica e de todas as partes da América espanhola. Entre eles figuravam 23 médicos e cirurgiões, 17 pintores, 15 professores, 14 músicos, 13 bailarinos, 10 atores, quatro farmacêuticos, 21 alfaiates, 17 sapateiros, 17 cozinheiros, 10 padeiros, nove jardineiros, nove modistas e um número análogo de artesãos. Muitos estavam em trânsito, alguns entre portos estrangeiros, mas a grande maioria ficou no Rio de Janeiro. Esses adventícios deram números e elementos culturais novos à capital e ao país.⁴

Para além desses ofícios característicos das cidades, os estrangeiros tiveram papel fundamental no desenvolvimento das ciências e das artes na jovem capital do Império português; eles ajudaram a promover o que a historiografia batizou de *europização* dos costumes brasileiros.

O restabelecimento das relações diplomáticas entre Portugal e outras nações europeias, especialmente, Inglaterra, França, Alemanha e Áustria, estimulou acordos de cooperação econômica e política, bem como o intercâmbio cultural e científico com esses países, possibilitando a organização de expedições científicas ao Brasil. Tais expedições foram decisivas para o mapeamento da natureza brasileira e para a difusão das tendências europeias nas artes e no ensino de ofícios técnicos para os habitantes da capital. Alguns de seus integrantes estabeleceram residência no país, mas a maioria era “nômade”, transitando pelas principais províncias do Brasil, tais como Rio de Janeiro, Bahia, São Paulo, Minas Gerais, Santa Catarina e Pernambuco.

O período entre 1816 e 1821 foi marcado por grandes expedições culturais e científicas, organizadas com patrocínio das Cortes europeias: a primeira, de 1816, foi a *Missão Francesa* (patrocinada pelo governo português); no ano seguinte, foi a vez da *Missão Austríaca* e, em 1821, a *Expedição Langsdorff*. Dessas missões originam-se boa parte dos relatos e das litografias sobre o Brasil da primeira metade do século XIX.

A conhecida *Missão Artística Francesa* foi uma das primeiras medidas no âmbito cultural, mais especificamente no que concerne ao ensino das artes, tomada

⁴ Citado por: OLIVEIRA, José C. **D. João VI adorador do deus das ciências?** A Constituição da Cultura Científica no Brasil (1808-1821). Rio de Janeiro: E-papers, 2005, p. 125.

pelo Estado português depois da transferência da Corte.⁵ A iniciativa partiu de Antônio de Araújo Azevedo, o Conde da Barca que, ocupando o Ministério de Assuntos Estrangeiros, teve a ideia de fundar no Rio de Janeiro uma escola de ciências e artes. Para que tal intento se concretizasse, o conde incumbiu o Marquês de Marialva, então representante do governo português em Paris, de contratar, em 1815, profissionais da arte que o pudessem fazer.⁶

Depois de acertar os detalhes da missão com o auxiliar do Marquês de Marialva, Francisco José Maria de Brito (o cavaleiro de Brito), a corte portuguesa adiantou a quantia de 100 mil francos em ouro para que Joaquim Lebreton – indicado por Alexandre Humboldt para ser o líder da Missão – adquirisse as passagens e tudo o que fosse necessário para a realização do percurso. O grupo era formado por: Nicolas Antoine Taunay (1755-1830), pintor de paisagem; Jean Baptist Debret (1768-1848), pintor de história; Auguste Henri Victor Grandjean de Montigny (1776-1850), arquiteto; Auguste Marie Taunay (1768-1824), escultor; Chalés Simon Pradier (1768-1848), gravador. A esses incorporaram-se mais tarde os irmãos Marc (1788-1850), escultores, e Zéphérin Ferrez (1797-1824), escultor e gravador de medalhas. A comitiva francesa partiu do Havre de la Grâce em 22 de janeiro de 1816 e desembarcou dois meses depois, em março do mesmo ano, no Rio de Janeiro.

A ideia, o convite e a organização da missão francesa foram, sem dúvida nenhuma, motivados por questões políticas e diplomáticas entre o Brasil e a França. A partir de 1815, percebem-se articulações em torno do estreitamento das relações entre as duas monarquias, tanto pelas ações do coronel Maler e de outros representantes do governo francês no Brasil, quanto pelas ações dos agentes portugueses em Paris. No entanto, para além de tais questões, D. João deixava transparecer a preocupação com o desenvolvimento do ensino “técnico” na colônia, o que de certa forma explica os diferentes perfis dos integrantes da missão⁷ que contribuiu decisivamente para a implementação da Escola Real de Ciências, Artes e

⁵ OLIVEIRA, Lúcia L. **Cultura é patrimônio**: um guia. Rio de Janeiro: FGV, 2008, p. 27.

⁶ PEDROSA, Mário. Da missão francesa – seus obstáculos políticos. In: PEDROSA, Mário; ARANTES, Otília (orgs.). **Acadêmicos e modernos**: textos escolhidos III. São Paulo: Edusp, 1995, p. 44.

⁷ DIAS, Elaine. Correspondência entre Joachim Le Breton e Corte portuguesa na Europa. O nascimento da Missão Artística de 1816. In: **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v.14, n. 2, p. 310, jul.-dez. 2006.

Ofícios na Corte.⁸ O intento do Príncipe Regente coadunava com as ideias de Lebreton. Em uma de suas cartas, datada de 3 de outubro de 1815, encaminhada ao representante da Corte portuguesa em Paris, o líder da missão reafirmava que seu desejo era organizar um projeto voltado para os Ofícios, sob a proteção do governo lusitano:

Uma vez estabelecida esta exclusão (isto é, retirada a ameaça da revolução), eu gostaria de enviar ao Brasil talentos práticos que aí propagassem a indústria. Esta classe de homens é a mais fácil de se governar; ela está muito bem em todos os lugares onde ela prospera. É necessário ao Brasil o crescimento da indústria, visto que os Estados que o rodeiam o adquirem a cada dia tomarão um crescimento muito grande (distanciamento?); É o caso, de alguma maneira, que conduz os homens de um mundo ao outro, e quando a imigração é considerável, nem a sabedoria dos Governos consegue dirigir este mínimo acaso; acontece como nos Estados Unidos, onde a amálgama não se dá, ou se dá de forma prejudicial. O Brasil não está tomado pelas ações políticas ou religiosas. O Governo estabelece, com grande maestria, um bom sistema de colonização. [...]: mas para não antecipar nada sobre os desenvolvimentos que se seriam, talvez, generosos demais, eu chego ao ponto de vista específico que me interessa em primeiro lugar, qual seja o de realizar uma escolha limitada de homens dotados de conhecimentos ou de talentos práticos.⁹

A missão francesa desembarcou no Rio de Janeiro pouco tempo depois da morte da rainha D. Maria I (em 20 de março de 1816). Por conta desse acontecimento, logo que se estabeleceram na capital, foram incumbidos de organizar a cerimônia de aclamação de D. João VI, que aconteceria dois anos mais tarde, em 6 de fevereiro de 1818. Antes, porém, em 1817, a comissão francesa preparou a recepção da arquiduquesa austríaca D. Lepoldina.

O Decreto de 12 de agosto de 1816, que determinava a criação da Academia de Belas Artes, para qual a missão francesa havia vindo ao Brasil, somente saiu do papel dez anos mais tarde, em 1826. Durante este tempo, ocorreram muitos desentendimentos entre a comitiva e o governo português, especialmente porque, segundo Mário Pedrosa, havia uma “incompatibilidade manifesta entre os artistas que vieram, todos bonapartistas fervorosos, principalmente seu guia, e a realidade de uma Corte ainda apavorada com as ideias revolucionárias que agitavam a França”.¹⁰

⁸ PINASSI, Maria O. **Três devotos uma fé nenhum milagre**: Nytheroy Revista Brasiliense de Ciências, Letras e Artes. São Paulo: Unesp, 1998, p. 57. Ver também: LIMA, Valéria, op. cit., p. 22.

⁹ Citado por DIAS, Elaine. Correspondência entre Joaquim Le Breton e Corte portuguesa na Europa. O nascimento da Missão Artística de 1816. In: **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 14, n. 2, jul.-dez. 2006, p. 306.

¹⁰ PEDROSA, Mário. Da missão francesa – seus obstáculos políticos. In: PEDROSA, Mário; ARANTES, Otília (orgs.). **Acadêmicos e modernos**: textos escolhidos III. São Paulo: Edusp, 1995, p. 89.

Para mais, a ausência dos idealizadores de tal projeto dificultou sua realização. Em 21 de junho de 1817, faleceu o conde da Barca, o grande protetor da colônia francesa no Brasil, sem que o instituto estivesse funcionando. Com a sua morte as obras de construção do prédio ficaram paradas por anos. Tal situação desencadeou o descontentamento do chefe Lebreton, que se isolou numa chácara, no bairro do Flamengo, onde veio a falecer dois anos depois, em 9 de junho de 1819. Com a morte de Lebreton, ficou vago o cargo de diretor do instituto. Em 12 de outubro de 1820, o ministro Targini, barão e mais tarde visconde de São Lourenço, substituto do conde da Barca, promulgou o Decreto que determinava a criação da Academia Real de Desenho, Pintura, Escultura e Arquitetura Civil, porém, esta também não chegou a funcionar. O decreto salientava a importância dos conhecimentos técnicos que o instituto difundiria e previa:

Tendo em consideração a que as artes de desenho, pintura, escultura e arquitetura civil são indispensáveis à civilização dos povos e instrução pública dos meus vassallos, além do aumento e perfeição que podem dar aos objetos de Indústria, física e história natural: Hei por bem estabelecer, em benefício comum, nesta cidade e Corte do Rio de Janeiro, uma academia que se denominará – Real Academia de Desenho, Pintura, Escultura e Arquitetura Civil – e que dela tenha a inspeção o Presidente do meu Real Erário, propondo-me para ocuparem os lugares de professores e substitutos de cada uma das aulas das sobreditas artes reunidas e seus respectivos ordenados, não somente os artistas estrangeiros que já recebem pensões à custa de minha Real Fazenda, mas todos aqueles dos meus fiéis vassallos que se distinguirem no exercício no exercício e perfeição das referidas artes, e as mais pessoas que forem necessárias para o ensino, progresso e adiantamento dos alunos da mencionada Academia, cujos trabalhos e ensinamentos serão feitos em conformidade dos estatutos que com estes baixam, assinados pelo meu Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino, Tomás Antônio de Vila Nova Portugal, de meu Conselho, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino Unido, encarregado da presidência do meu Real Erário, o tenha assim entendido e faça executar com os despachos necessários, sem embargo de quaisquer leis, regimentos ou disposições em contrário. Palácio do Rio de Janeiro, 12 de outubro de 1820. – Com a rubrica de El-Rei.¹¹

No mesmo ano, outro decreto, promulgado em 23 de novembro de 1820, pretendia efetivar o projeto de 1816, e determinava que, sob a alcunha de *Academia de Artes*, tivessem início as aulas de desenho, pintura, escultura e gravura. Através deste decreto, ficou determinado que o cargo de diretor da academia seria ocupado pelo pintor português, Henrique José da Silva, e a função de secretário passaria para outro português, o padre Luís Rafael Soyé. Com a posse de dois portugueses para os cargos de maior destaque da academia, o ambiente foi tomado pelo

¹¹ Coleção das Leis do Império do Brasil de 1831.

descontentamento dos artistas franceses e constantes desavenças com o novo diretor. Nicolau Antonio Taunay não se conteve e, “reagindo a afrontosa escolha, retirou-se em princípios de 1821 para a pátria”.¹² Ficaram no Brasil apenas Debret, Grandjean de Montigny, Augusto Taunay – o filho de Nicolau – e Felix Emilio.

Jean Baptist Debret, desde sua chegada ao Brasil, destacou-se entre os membros da comitiva pelos inúmeros trabalhos que fez para a Corte e por seu empenho em viabilizar o projeto do Conde da Barca e de Lebreton. Paralelamente aos trabalhos de cenógrafo da monarquia e pintor oficial da missão francesa, o francês produziu inúmeros retratos da família real e de seus ministros. Debret também desenhou na ocasião da proclamação da Independência, em 1822, o primeiro símbolo da nova nação – a bandeira brasileira.¹³

O prestígio e a credibilidade que o pintor alcançou na capital permitiram-lhe que, antes mesmo da inauguração oficial da Academia Imperial de Belas Artes, em 1826, já dispusesse de um grupo de alunos, para os quais lecionava desde 1823. Em 1824, apesar das rugas com a direção da instituição, Debret participou da confecção do Projeto de Plano (um programa das disciplinas), que havia sido solicitado pelo governo. Durante a inauguração da Academia – em 5 de novembro de 1826 – os alunos de Debret expuseram seus trabalhos. Três anos mais tarde, em 1829 e depois em 1830, o francês organizou, com recursos próprios, outras duas exposições na Academia carioca. Debret ficou no Brasil até 1831, quando retornou à França, dedicando-se, a partir daí, à publicação de seu relato de viagem a respeito do Brasil¹⁴. Para Valéria Lima:

Debret era então uma personalidade importante, tanto por seu envolvimento nos trabalhos da Academia como por sua atuação junto à Corte, e, a longo prazo, pela constituição de um corpus iconográfico que seria a base material de sua interpretação e relato sobre o Brasil. Convém observar, porém, que a estada de Debret no Brasil foi suficientemente longa para que nossa visão a respeito de sua obra seja marcada apenas pelo interesse documental. Da mesma forma que se preocupava em dar condições aos novos artistas de

¹² PEDROSA, Mário, op. cit., p. 52-53. Ver também: LIMA, Oliveira, **D. João VI no Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996, p. 170-171.

¹³ Segundo Lúcia Lippi, a cor verde escolhida por Jean Debret faz referência à natureza do Novo Mundo, “mas sabe-se também que o verde era a cor preferida de D. Pedro I e de Napoleão. A bandeira do Império trazia no centro o escudo de armas, encimado pela coroa e ladeado por ramos de café e de tabaco. Debret desenhou também o manto, o cetro e a coroa. O manto, com forma similar a um poncho, a pelerine de penas de tucano, o bordado lembrando folhas e frutos de palmeira. Assim a bandeira, as condecorações, os cenários de teatro e os arcos de triunfais foram feitos sob inspiração francesa napoleônica com algumas referências a produtos da terra.” In: OLIVEIRA, Lúcia L., op cit., p. 28-29. Ver também: LIMA, Valéria, op. cit., p. 25-26.

¹⁴ Debret publicou seu relato de viagem, **Viagem pitoresca e histórica ao Brasil**, em três volumes, editados em 1834, 1835 e 1839, respectivamente.

elaborara sua própria arte, buscando nacionalizar o discurso estético concedendo-lhes autonomia, Debret particularizou a experiência histórica brasileira, desenvolvendo sobre ela um discurso que não se pode pretender completo, mas o resultado de um empreendimento pessoal movido pela intenção de elaborar, segundo ele, uma “biografia nacional”. Queria oferecer aos estrangeiros um panorama que explorasse a visão de país exótico e interessante apenas do ponto de vista da história natural. Acreditava que o Brasil merecia estar entre as nações mais civilizadas da época e que a elaboração de uma obra histórica a seu respeito seria uma contribuição valiosa para que esta justiça se cumprisse.¹⁵

A vinda da Missão Francesa para o Rio de Janeiro foi o resultado de diligências interessadas em organizar uma estrutura educacional voltada para o aperfeiçoamento das artes e dos ofícios e representou um grande impulso para o desenvolvimento de novas ideias e comportamentos na capital brasileira. Dentre os efeitos imediatos provocados na cultura local, podemos assinalar:

O primeiro deles, talvez o mais contundente, foi *emancipar a inteligência local da predominância artística e intelectual da antiga metrópole*, estabelecendo uma ruptura fundamental com a cultura desenvolvida na era colonial. [...]. De forma geral, pode-se dizer que a Missão promoveu uma transformação radical no gosto do carioca.¹⁶

Para além dos objetivos almejados por seus idealizadores, a presença do grupo francês difundiu novos padrões de convivência e sociabilidade, além de influenciar os traços arquitetônicos da capital do Império luso-brasileiro. Pelo longo tempo que estiveram na cidade e o prestígio que alcançaram nesse período, Debret e Grandjean de Montigny foram os principais responsáveis pelas obras que deram ao Rio de Janeiro um novo perfil. Depois de 1816, as casas mal planejadas, rústicas e de fachadas monótonas, principalmente por influência de Montigny, o arquiteto da missão, cederam lugar para os modernos palacetes.¹⁷ Europeus e homens do governo passaram a construir suas residências nos arredores do centro, formando vivendas e chácaras no Catete, na Glória, em Botafogo, no Flamengo e na Tijuca.

Os franceses, entretanto, não foram os únicos que colaboraram com a emancipação e o enriquecimento intelectual do Rio de Janeiro. Como já dissemos, após a abertura dos portos (1808), várias foram as expedições de cunho científico

¹⁵ LIMA, Valéria, op. cit., p. 27.

¹⁶ FRANÇA, Jean M. C. **Literatura e sociedade no Rio de Janeiro oitocentista**. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1999, p. 57-58 (*grifo nosso*). Ver também: LIMA, Oliveira, op. cit., 1996, p. 172.

¹⁷ Gilberto Freyre enfatiza que as mudanças arquitetônicas, sobretudo no que concerne à moradia, são as que mais evidenciam a decadência do patriarcalismo no Brasil. Ver: FREYRE, Gilberto, op. cit., p. 269-270.

que passaram pela cidade. D. João VI esteve preocupado em colocar o Brasil nos trilhos do progresso e, portanto, interessava-lhe conhecer melhor as riquezas do país, o que o levou a se tornar o principal incentivador das missões científicas capitaneadas pelos estrangeiros; como observou Taunay:

Não há dúvida possível, o Brasil muito deve aos estrangeiros que vieram estabelecer-se em seu seio ou dele fizeram motivo de estudo e investigação, visitando e viajando pelas suas vastíssimas zonas, alguns ilustres, muitos prestimosos, todos ativos, enérgicos amigos do trabalho e de coração dedicados ao progresso e à grandeza dessa bela parte do continente.¹⁸

A segunda grande expedição, a qual nos referimos anteriormente, foi a missão austríaca, que desembarcou no Rio de Janeiro em 1817, juntamente com a comitiva nupcial da princesa austríaca Dona Leopoldina. A missão encontrou no matrimônio real a oportunidade de realizar o intento que há algum tempo era desejo de Sua Majestade, o Rei da Áustria:

Empecilhos, supervenientes obrigaram, entretanto, o governo real a adiar por algum tempo a expedição. Pouco depois, repetiu sua Majestade bávara o desejo de que empreendesse a viagem àqueles países, e o casamento de Sua Alteza D. Carolina Josefa Leopoldina, Arquiduquesa da Áustria, com S.A Real D. Pedro de Alcântara, Príncipe herdeiro de Portugal, Brasil e Algarves, ofereceu a mais bela oportunidade para a realização da ideia do rei. Justamente quando esse laço unia a nova parte do mundo em relações mais estreitas com a Europa, estava S. M. o Rei de Bávava presente em Viena, e resolveu, de acordo com a corte imperial, fazer seguir, no séquito da ilustre noiva, cientistas austríacos, membros da sua Academia.¹⁹

O grupo austríaco permaneceu no Brasil durante quase cinco anos, e tinha por objetivo colecionar espécimes e fazer ilustrações de pessoas e paisagens para um museu que seria fundado em Viena. Entre os participantes estavam: Johann Christof Mikan, botânico e entomólogo; Johann Emanuel Pohl, médico, mineralogista e botânico; Johann Buchberger, pintor de plantas; Thomas Ender, pintor; sem esquecer ainda a presença do naturalista italiano Guiseppe Raddi. A estes se juntaram ainda – a convite do Imperador da Áustria e da Baviera –, dois viajantes e pesquisadores que se celebrizariam pelos seus depoimentos e escritos sobre o Brasil da época: o zoólogo Johann Baptista Spix e o botânico Karl Friedrich Philip von Martius.

¹⁸ TUNAY, Afonso E. de. Estrangeiros ilustres e prestimosos. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro** – IHGB, t. LVIII, parte II, 1895, p. 248.

¹⁹ SPIX, Johann B. V.; MARTIUS, Carl F. P. V. **Viagem pelo Brasil**. Trad. Lúcia Furquim Lahmeyer, 3. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1976, p. 21.

Johann Baptist Emanuel Pohl, professor de botânica na Universidade de Praga, veio primeiramente encarregado dos estudos referentes à mineralogia e depois assumiu os de botânica. Na companhia da missão austríaca, recolheu mais de quarenta mil plantas, das quais cerca de cinco mil eram espécies recém-descobertas.²⁰ Pouco tempo depois do início da missão, desligou-se da expedição e, a partir daí, traçou seu próprio roteiro, empreendendo uma jornada que durou quatro anos pelo interior do Brasil, durante a qual atravessou as capitânicas do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Goiás, o que lhe possibilitou publicar, posteriormente, uma série de mapas dessas regiões. Pohl morreu em 1834, depois de uma longa enfermidade. De sua viagem vieram a público *Viagem no Interior do Brasil* e uma obra de botânica, *Plantarum Brasiliae icones et descriptiones hactenus ineditae*; sobre o relato escreveu:

Receba o público este trabalho com benevolência e aprovação, não peço maior recompensa ao meu empenho. Se esta viagem, para mim sempre memorável com seus incômodos e fadigas, com suas canseiras e privações, que aumentavam meus caros desejos; se a minha honesta vontade de contribuir, na medida de minhas forças para aumentar os conhecimentos dos domínios da geognosia e das ciências naturais forem apreciadas na proposição de seu entusiasmo e sinceridade, estará agradavelmente atingido o alvo que tive na mira.²¹

O pintor Thomas Ender foi convidado para fazer parte da missão pelo príncipe de Metternich, comprador de um de seus quadros, premiado num concurso em 1817. Apesar de dominar várias modalidades de pintura, destacou-se como aquarelista. Ender estudou na Academia de Artes Sant'Anna, na Áustria, e se tornou paisagista muito cedo. Não obstante o pouco tempo que ficou no Brasil, cerca de dez meses somente, conseguiu produzir quase oitocentos trabalhos inspirados principalmente no Rio de Janeiro e em São Paulo, sendo a maioria produzida com a técnica da aquarela. Em razão de sua debilitada condição física, o pintor viu impedida a sua permanência em território nacional por mais tempo, partindo em 1818.

À comitiva nupcial de D. Leopoldina pertencia também o naturalista italiano Giuseppe Raddi, que por falta de recursos voltou para a Europa em 1º de julho de

²⁰ O material coletado foi enviado a Viena, para integrar o acervo do Museu Brasileiro, criado pelo Imperador Francisco. O Museu Brasileiro foi, durante 15 anos, um centro de referência sobre o Brasil na Áustria, e inspirou uma série de viajantes, inclusive Johann Rugendas.

²¹ POHL, Johann E. **Viagem ao interior do Brasil empreendida nos anos de 1817 a 1821**. Trad. Milton Amado e Eugenio Amado. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1976, p. 5.

1818, levando consigo quatro mil gêneros de plantas e três mil espécies de insetos. Decorrente de seus estudos sobre a fauna e flora brasileira, publicou *Flora Brasiliense*.²² Também editou, em 1820, os seus levantamentos botânicos realizados durante a expedição Johann Christian Mikan, em uma obra intitulada *Delectus Florae et Faunae Brasiliensis*.

Dois dos expoentes da missão austríaca, o zoólogo Johann Baptista Spix e o botânico Karl Friedrich Philip Von Martius, permaneceram mais tempo no Brasil e percorreram grande parte de seu território. As expedições que empreenderam tornar-se-iam, para a época, uma das realizações mais significativas no que tange ao levantamento da flora e da fauna brasileira para o mundo, já que os estudiosos voltaram à pátria de origem com uma parrelha de índios, cerca de três mil tipos de insetos e seis mil gêneros de plantas, além das centenas de espécies animais.²³ A morte do zoólogo Spix, em 1826, fez com que ele somente participasse da confecção do primeiro volume da obra *Viagem ao Brasil (1817-1820)*, relato este que “[...] aproxima-se mais de um diário de campo, com suas características próprias de espontaneidade e fragmentação da informação temporal e espacial, compensada com a regularidade do registro científico”.²⁴

Pelo fato de Martius ser muito mais jovem que seu companheiro, ele pôde dedicar-se mais 48 anos “à elaboração dos resultados obtidos pela excursão ao Brasil”.²⁵ Os relatos individuais dos dois estudiosos só começariam a ser editados algum tempo depois: os de Spix, a partir de 1821, e os de von Martius, a partir de 1823, sob os títulos de *Brasilien in seiner Entwicklung seit der Entdeckung bis auf unsere Zeit* e *Reise in Brasilien auf Befehl Sr. Majestät Maximilian Joseph I*, respectivamente.²⁶

Em 1821, foi organizada uma terceira expedição pelo interior do Brasil, com o patrocínio do czar russo Alexandre I e liderada pelo barão Georg Langsdorff. A importância da expedição russa ao Brasil “tornar-se-á particularmente clara se considerarmos o nível da ciência no princípio do século XIX, a examinarmos à luz

²² Para uma análise deste sobre este relato ver: ISENBERG, Teresa. **Naturalistas italianos no Brasil**. São Paulo: Ícone, 1990.

²³ ISEMBERG, Teresa, op. cit., p. 45.

²⁴ LEITE, Miriam M. **Livros de Viagem (1803-1900)**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997, p. 212.

²⁵ Ibidem, p. 215.

²⁶ No mesmo ano de 1820, o editor Karl Franz Anton Ritter von Schreibers lançava a narrativa em torno da organização da profundamente significativa excursão de Carl Friedrich Philipp von Martius, *Nachrichten von den Kaiserrl, österreichischen Naturforschern in Brasilien*.

dos dados existentes sobre a América do Sul, que eram, com efeito, bastante exíguos”.²⁷

Langsdorff vinha de uma ilustre família alemã, era físico e naturalista formado pela Universidade de Göttingen e membro da Academia Imperial de Ciências. Depois de ter integrado uma expedição de circunavegação (entre 1803 e 1808), que passou pela Ilha de Santa Catarina em fevereiro de 1803, retornou ao Brasil – “país dos mais admiráveis e riquíssimo²⁸” – em 1813, na qualidade de cônsul-geral da Rússia, estabelecendo-se em uma fazenda nos arredores do Rio. Por sua casa passaram importantes viajantes, como Spix, Martius, Mikan, Pohl, Leithold, entre outros. Em 1821, o russo resolveu buscar apoio para empreender sua própria expedição científica pelo país.

A cidade do Rio de Janeiro foi o ponto de partida para o grupo liderado por Langsdorff; entre os integrantes estavam os pintores Johann Moritz Rugendas, Hercule Florence e Adrien Taunay, o botânico Ludwig Riedel, o astrônomo e cartógrafo Nester Rubtsov e o zoólogo Christian Hase. Entre 1821 e 1829, os pesquisadores percorreram mais de dezessete mil quilômetros, indo do Rio de Janeiro ao Amazonas, passando por Minas Gerais, São Paulo e Mato Grosso. Durante a trajetória a comitiva enfrentou sérios problemas, já que a maioria dos estudiosos contraiu alguma doença tropical, sobretudo malária; para se ter uma noção da tragédia, dos 39 integrantes, apenas 12 sobreviveram. Apesar das agruras, os estudiosos conseguiram reunir um variado material que foi enviado para a Rússia,²⁹ ao término da expedição.

Rugendas,³⁰ viajante bem conhecido pela historiografia brasileira, devido a alguns desentendimentos com Langsdorff, logo desligou-se da expedição e foi substituído por Aime-Adrien Taunay, desenhista, filho de Nicolas Taunay. Retornando ao Rio de Janeiro, onde permaneceu até 1824, o alemão começou a trabalhar por conta própria. Influenciado pelos relatos de Spix e Martius e pela

²⁷ XPRINTSIN, N. Introdução. In: MANIZER, G.G. **A expedição do acadêmico G. I. Langsdorff ao Brasil**. São Paulo: Companhia editora Nacional, 1967, p.15.

²⁸ MANEZIER, G. G., op. cit, p. 37.

²⁹ Todo o material produzido pela expedição Langsdorff ficou encaixotado no Jardim Botânico de São Petesburgo até 1930. O trabalho de Boris Komissarov nos traz uma análise das fontes escritas, iconográficas e cartográficas desta expedição, indicando subsídios importantes para o estudo dessas fontes de pesquisa histórica sobre o Brasil. Cf. KOMISSAROV, Boris. **Expedição Langsdorff: acervo e fontes históricas**. Trad. Marcos Pinto Braga. São Paulo: Unesp, 1994.

³⁰ RUGENDAS, Johan Moritz. **Viagem pitoresca através do Brasil**. Trad. Sérgio Milliet. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1979, p. 21.

exposição de Thomas Ender,³¹ o artista produziu uma série de gravuras da paisagem e da vida carioca, além de sutis observações sobre os costumes do país, especialmente sobre a vida dos negros. Rugendas frequentemente era requisitado pela Corte real portuguesa, para a qual pintou retratos da Família Imperial e de outras personalidades brasileiras. Em seu relato, ao descrever a cidade do Rio de Janeiro, o alemão recomenda que:

Os estrangeiros e, principalmente, os pintores devem visitá-la; mesmo se não estiver no seu caminho. É um lugar de reunião para os homens de todas as províncias do interior; aí se encontra gente de todas as condições sociais e podem-se observar suas vestimentas originais e sua atividade barulhenta. Aí se organizam as caravanas que partem para o interior e somente aí o europeu depara com os verdadeiros costumes do Brasil; ai deve ele despedir-se, não raro por muito tempo, de todas as facilidades e comodidades da vida europeias de todos seus preconceitos.³²

De volta à Europa, em 1825, Rugendas encontrou-se com Alexandre Von Humboldt, que o apresentou ao famoso editor Engelmann, responsável pela publicação de seu relato sobre o Brasil intitulado *Voyage pittoresque dans le Brésil* (1835). Anos mais tarde, em 1831, voltou ao país, depois de percorrer a América do Sul e o México, e de novo retornou à Europa, levando uma grande coleção de desenhos e pinturas.

Além das expedições supracitadas, outros pesquisadores receberam um convite direto do Príncipe Regente para visitar o país, como foi o caso do mineralogista John Mawe e do príncipe Maximiliano de Neuweed. Mawe foi um dos primeiros a obter permissão para visitar nosso país em caráter científico. Antes de chegar ao Brasil, o inglês havia passado por Buenos Aires e Montevideú, onde tinha sido preso e acusado de espionagem em favor da Inglaterra. Na capital argentina fretou um barco e rumou para o norte, passando por vários portos do Brasil, entre os quais o da ilha de Santa Catarina. Foi recebido no Rio de Janeiro por D. João VI, de quem obteve autorização para visitar as jazidas de diamantes de Minas Gerais, entre 1809 e 1810. Numa carta escrita ao príncipe regente, o mineralogista afirma ter cumprido a promessa que fez a ele de tornar pública a narrativa sobre suas andanças pelo Brasil e de ter feito um relato claro e fiel daquilo que viu, “com

³¹ Exposição que aconteceu em Viena em 1817, a mesma que despertou a atenção do rei austríaco, que o convidou para integrar a expedição de 1817.

³² RUGENDAS, Johann M., op. cit., p. 21, 1979.

imparcialidade e livre de qualquer preconceito”.³³ Retornando a Londres em 1811, publicou, no ano seguinte, *Travels in the Interior of Brazil, particularly in the Gold and Diamond Districts of that Country*, obra esta que foi referenciada por viajantes que o seguiram, como o príncipe Wied e Auguste Saint-Hilaire. Sobre o Rio de Janeiro, Mawe foi enfático ao dizer:

Nenhum porto colonial do mundo está tão bem localizado para o comércio em geral, quanto o Rio de Janeiro. Ele goza, mais do que qualquer outro, de iguais facilidades de intercâmbio com a Europa, América, África, Índias Orientais e as Ilhas dos Mares do Sul, e parece ter sido criado pela natureza para se constituir o grande elo de união entre o comércio dessas grandes regiões do globo. Dominando também, como capital de vasto e rico território, imensos e valiosos recursos, exigia somente um governo eficiente, que lhe desse prestígio político e, agora adquiriu esta vantagem ao ser escolhida para residência.³⁴

Depois de Mawe, foi a vez do príncipe naturalista Maximilian von Wied-Neuwied executar uma viagem de cunho científico pelo interior do Brasil. Chegando ao Rio em 1815, o príncipe peregrinou pelo país por dois anos, acompanhado pelos naturalistas Georg Freyress e Friedrich Sellow.³⁵ O grupo foi do Rio de Janeiro para Cabo Frio, dali para Minas Gerais e depois para a Bahia. Maximiliano apontou em seu relato que a viagem somente se fez possível pelas mudanças ocorridas em Portugal e no Brasil após a transferência da Corte:

Efetivamente o opressivo sistema de entraves misteriosos foi abolido; a confiança se substituiu à inquietação, e os viajantes estrangeiros conseguiram permissão para penetrar nesse campo de descobertas. As intenções liberais de um rei esclarecido, apoiado em um ministério de valor, não somente permitiram a entrada de estrangeiros no país, como encorajaram também suas pesquisas de forma mais generosa. Assim foi que o Sr. Mawe foi contemplado com a permissão de ir visitar as minas de diamantes, de que a simples aproximação fora até então interdita aos estrangeiros [...].³⁶

A expedição foi mantida com recursos do próprio príncipe e tinha como objetivo principal estudar a origem de algumas espécies da flora e fauna locais e

³³ MAWE, John. **Viagens ao interior do Brasil**. trad. Selena Benevides. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1978, p. 21.

³⁴ MAWE, John, op. cit., p. 82-83.

³⁵ George Freyreiss chegou ao Rio de Janeiro em agosto de 1813 na qualidade de cônsul da Suécia e Noruega no Rio de Janeiro. Antes de acompanhar o príncipe Wied, visitou o interior de Minas Gerais na companhia de outro estrangeiro, o mineralogista Eschwege. Friderich Sellow chegou ao Rio no ano seguinte, em 1814, por intermédio do barão Langsdorff; aceitou o convite de Wied, porém só trabalhou com ele por alguns meses. WIED-NEUWIED, Maxilimiano. **Viagem ao Brasil**. Trad. Edgard Sussekind e Flávio P. Figueiredo. São Paulo: Itatiaia/Unesp, 1989, p. 9.

³⁶ WIED-NEUWIED, Maxilimian, op. cit., p. 6.

determinar as suas variações.³⁷ Maximilian regressou à Europa em 10 de maio de 1817, com um herbário de cinco mil plantas, além de insetos e outros exemplares da fauna. Além disso, publicou em Frankfurt um relato suntuoso sobre a viagem, o conhecido *Voyages in Brazil*³⁸, que abriu caminho para outras excursões.

Também com recursos próprios, vieram ao Brasil Auguste Saint-Hilaire, Claude-Louis Freycinet, James Henderson, Alexander Caldcleugh, Maria Graham, Ferdinand Denis, John Shillibeer, Robert Walsh, Elisabeth Macquarie, Theodor von Leithold, Ludwing von Rango, Wilhelm Ludwig von Eschwege, Gilbert Farquhar Mathison, entre tantos outros.³⁹

O francês Auguste Saint-Hilaire, estudioso das ciências naturais, desembarcou no Rio de Janeiro em junho de 1816 – concomitante à missão francesa – permanecendo no Brasil até agosto de 1822. Durante esse período, viajou por diversas províncias do centro-sul, observando, recolhendo e registrando novas espécies vegetais (no total foram cerca de trinta mil espécimes coletadas). Saint-Hilaire dedicou-se também à descrição dos costumes e hábitos indígenas, bem como a retratação do sertão brasileiro. “Foi intensa e preciosa sua coleta de material, especialmente botânica e zoológica. Além dos inúmeros dados que reuniu referente à História Natural, fez diversas observações de interesse para a Geografia, a História e a Etnografia.”⁴⁰ De 1830 a 1851, reuniu seus estudos e os publicou sob o título *Voyages dans l'intérieur du Brésil*.

No mesmo ano da missão austríaca, em 1817, sob o comando do experiente oficial a marinha francesa, Claude-Louis de Saulces Freycinet, o navio *Uranie* empreendia uma memorável viagem de circunavegação, que tinha como objetivo principal desvendar a forma do globo, analisar o magnetismo terrestre e pesquisar a natureza.⁴¹ Para tanto, a bordo estavam naturalistas de renome, bem como todo um aparato instrumental técnico – mapas, bússolas, livros de história natural e de astronomia, etc. Na rota da expedição estava o Rio de Janeiro, por onde passaram

³⁷ LEITE, Ilka B. **Antropologia da viagem**: escravos e libertos em Minas Gerais no século XIX. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1996, p. 210-212.

³⁸ *Viagem ao Brasil* foi traduzido para o português em 1940. A coleção de espécimes então coletada foi vendida em 1870 ao Museu Americano de História Natural de Nova York.

³⁹ Há no final deste trabalho à disposição do leitor uma tabela com a identificação de todos os viajantes que estiveram no Rio de Janeiro entre 1808 e 1831.

⁴⁰ FERRI, Mário G. Apresentação. In: SAINT-HILAIRE, Auguste. **Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo, 1822**. Trad. Vivaldi Moreira. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Univ. de São Paulo, 1974, p. 5.

⁴¹ FREYCINET, Claude-Louis de S. **Voyage autour de mondu**. Paris: Chez Pillet Ainê, 1825, p. 4.

duas vezes: a primeira em 1817 e, depois, no retorno à Europa, em 1820. O capitão Freycinet, em 1825, publicou a sua narrativa da viagem, intitulada *Voyage autour de mondu*.

Além de grandes homens da ciência, entre a tripulação também estava a esposa do capitão, Rose Marie de Saulces Freycinet. Conta-se que a francesa incorporou-se clandestinamente aos tripulantes — vestida com um disfarce de marujo —, porém, foi descoberta quando adentrava o portaló do navio no dia da partida. Ao ser pega, foi recebida com afabilidade e simpatia pelos oficiais de bordo, que “muito naturalmente, rejubilam, agradecendo a lembrança da providência, tal a de lhes ter dado, para a viagem tão áspera e tão longa, aquele sorriso e aquela graça de mulher”.⁴² Durante a longa viagem Rose se pôs a escrever um diário que tinha como destinatária uma amiga, a baronesa Caroline de Nanteuil. Regressou à França em 1820, seu diário, no entanto, só veio a público em 1917, com o título *Diário de uma Viagem ao Redor do Mundo*. Para esta francesa — a terceira mulher a registrar e publicar suas impressões de uma viagem ao Brasil — a percepção inicial sobre o país era boa, apesar de ter sido impiedosa nos comentários a respeito da higiene do povo carioca e da organização da cidade.

Quem esteve bem próximo da senhora Freycinet foi Jaques Arago, escritor, pintor e dramaturgo, que ficou responsável pela parte pictórica da expedição. Das experiências vividas no decorrer desta longa viagem de circunavegação, o dramaturgo escreveu um livro cheio humor, intitulado *Voyage autour du monde*, no qual conta sua estada no Brasil, um lugar inesquecível:

Esquecer-vos talvez de uma calmaire podre no meio do Oceano, de uma tempestade nos gelos polares, de um por do sol sob os trópicos, de uma miragem no deserto, de uma jazida do Saara; todavia desafia-vos para vos esquecerdes jamais de uma floresta virgem como a do Brazil, mesmo quando a vossa vida for secular, mesmo depois de terdes passeado nas capitais de todos os países, no meio de todos os arquipélagos, sob todas as zonas.⁴³

Dois anos depois da arribada da missão austríaca e do navio francês *Uranie*, a 22 de março de 1819, ancorava no porto fluminense o navio *Echo*, que trazia James Henderson, viajante e diplomata inglês que embarcou para o Rio de Janeiro com cartas de apresentação do ministro britânico Henry Chamberlain, com o intuito

⁴² EDMUNDO, Luiz. **Recordações do Rio Antigo**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1950, p. 48.

⁴³ ARAGO, Jacques E. V. **D’um a outro pólo**. Trad. Nascimento Menna. Lisboa: Imprensa de Francisco Xavier de Souza, 1855. t. I, p. 257.

de obter um trabalho no consulado. Infelizmente, Henderson não conseguiu a colocação profissional que pretendia, o que o incentivou a iniciar a escrita de seu relato sobre o Brasil. Passado algum tempo, foi nomeado pelo governo britânico para ocupar o cargo de cônsul geral em Bogotá; posteriormente, mudou-se para Madri, onde veio a falecer no ano de 1848. Escreveu vários trabalhos sobre a América do Sul; sobre o Brasil, especificamente, publicou *A history of the Brazil*.

No mesmo ano, a bordo do *Superb*, o mineralogista Alexander Caldcleugh, vinha ao Brasil em companhia de Eduard Thornton, ministro da Inglaterra junto à Corte portuguesa. Tendo partido de Plymouth a 9 de setembro de 1819, chegaram ao Rio no dia 23 de outubro, com rápida e excelente viagem. Depois da estada de pouco mais de um ano na capital brasileira, Caldcleugh fez um *tour* pela América do Sul, percorrendo Buenos Aires, Montevidéu e Maldonado. No Chile, atravessou a Cordilheira dos Andes, depois foi a Valparaíso, Calau e Lima. De volta a Buenos Aires, embarcou para o Rio a 1º de julho desse mesmo ano e, ao chegar, aproveitou a permanência forçada no país para visitar a região aurífera mineira, numa excursão de quase dois meses (28 de agosto a 25 de outubro de 1821), retornando à sua pátria em meados de novembro.

Maria Graham, a bordo da fragata *Doris*, comandada por seu marido, o capitão Thomas Graham, veio ao Rio de Janeiro pela primeira vez em 1821, quando também visitou as províncias de Pernambuco e da Bahia. No ano seguinte, quando estavam atravessando o cabo Horn, a caminho do Chile, seu marido morreu. Na condição de viúva, retornou à capital brasileira em março de 1823. Nessa segunda visita, por intermédio do governador Luiz Rêgo, ofereceu seus serviços à Imperatriz D. Leopoldina, que a contratou como preceptora da princesa Maria da Glória, futura rainha de Portugal. Por conta de desentendimentos com os outros empregados do Paço imperial e discordâncias com os métodos educacionais da Corte portuguesa, deixou o posto de preceptora de Maria da Glória e voltou para a Inglaterra. De volta ao país, casou-se com o lorde Calcott e, em 1824, publicou *Journal of a Voyage to Brazil and residence there, during part of the years 1821T, 1822, 1823*. Em seu diário de viagem descreveu a cidade, a organização das ruas, a sujeira, a condição do negro escravo, a condição da mulher, etc. Além disso, fez referências aos costumes cotidianos e aos hábitos de alimentação dos habitantes locais. No que tange à educação, considerou o país mergulhado na ignorância, produto do

isolamento da colônia e da falta de interesse do povo pela cultura.⁴⁴ No entanto, reconheceu os esforços do governo português para mudar o estado da educação brasileira. Após sua morte, em 1842, seu marido doou ao Museu Britânico os desenhos a lápis que a inglesa fez do Brasil.

A lista dos viajantes que passaram pelo nosso país entre as primeiras três décadas do século XIX é relativamente extensa. Aliás, como salientou Johann Emanuel Pohl:

[...] é natural que, numa cidade de tanta importância marítima e comercial, se achem reunidos habitantes de todas as regiões e países do mundo civilizado. Os mais numerosos entre eles são os antigos aliados de Portugal, os ingleses. Aos franceses, com os quais têm afinidade de religião. Os alemães têm boa fama de probidade. Vêem-se também com frequência, italianos, espanhóis, holandeses e até suíços. Como os nossos ferros velhos judeus, que fazem pequenos negócios, aqui os chineses percorrem as ruas do Rio.⁴⁵

Independentemente da formação ou do país de origem, todos esses estrangeiros, à sua maneira, colaboraram com o desenvolvimento científico, comercial, intelectual e moral da cidade do Rio de Janeiro. Por intermédio desses adventícios, os cariocas, após três séculos de relativo isolamento em relação à cultura europeia não portuguesa, conheceram os modos de pensar e agir do Velho Mundo e, talvez, mais importante ainda, conheceram as riquezas e potencialidades de sua própria terra, as quais pouco se conhecia até então.

Os avanços, as melhorias e a magnificência introduzidas pelos estrangeiros foram fundamentais para os rumos que tomou o Rio de Janeiro. Despertava, então, o sentimento nacionalista, a vontade de estimular minimamente os saberes e mudar os comportamentos de uma sociedade que ainda trazia consigo muitos dos traços marcantes da vida colonial. A sociedade fluminense, das primeiras décadas do século XIX, estava disposta a modificar-se e buscava modelos diversos dos da velha metrópole, a fim de se enquadrar no chamado mundo moderno. Por isso, “o afluxo de estrangeiros foi de uma enorme importância, pois não só tirou os habitantes locais da letargia intelectual em que jaziam, como também fomentou entre eles

⁴⁴ GRAHAM, Maria. **Diário de uma viagem ao Brasil**: de uma estada nesse país durante parte dos anos de 1821, 1822 e 1823. Trad. Américo Jacobina Lacombe. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956, p. 339.

⁴⁵ POHL, Johann E., op. cit., p. 41-42.

sentimentos morais e políticos fundamentais para a futura emancipação do país”.⁴⁶

Martius, a este respeito, escreveu:

Quem chega convencido de encontrar esta parte do mundo descoberta só desde três séculos, com a natureza inteiramente rude, violenta e invicta, poder-se-ia julgar, ao menos na capital do Brasil, fora dela; tanto fez a influência da civilização e cultura velha e educada Europa para remover deste ponto da colônia os característicos da selvageria americana, e dar-lhes cunho de civilização avançada. Língua, costumes, arquitetura e afluxo dos produtos industriais de todas as partes do mundo dão à praça do Rio de Janeiro aspecto europeu.⁴⁷

O estreito contato entre europeus e brasileiros, facilitado após a abertura dos portos, deu ao Rio de Janeiro ares *europeizados* – como explicitou o naturalista von Martius. Em diversos aspectos da vida carioca pode-se observar o impacto da cultura europeia e a adoção de comportamentos característicos do Velho Mundo. Além de uma mudança de costumes, isso representou, nas palavras de Octávio Tarquínio, uma metamorfose da fisionomia da antiga cidade colonial:

Essa reeuropeização modificava extraordinariamente a fisionomia da antiga cidade colonial, impondo-lhes novos estilos de vida, criando-lhes necessidades antes desconhecidas. Nada dará melhor uma ideia do que foi a transformação que se operou no Rio do que a leitura dos jornais, dos anúncios publicados neles, fixando verdadeiros flagrantes, as influências inglesas e francesas nas ideias, nos sentimentos, nos hábitos, nas modas, na alimentação, na vida íntima e na vida social dessa época.⁴⁸

O contato estrangeiro insuflou um sopro de vida no Rio de Janeiro; criou e fez crescer o espírito moderno que passou a conviver e influenciar o arcaico no espaço da *urbe* – tudo coordenado pela batuta política da Corte. As diligências de D. João VI viabilizaram a criação de instituições imprescindíveis para a modernização da capital, tanto no que concerne à infraestrutura quanto no que tange à instrução. Ainda que algumas medidas não tenham saído do papel ou mesmo não tenham sido suficientes para atender as enormes carências deixadas pela política colonial, estas foram indispensáveis como ponto de partida para estabelecer no Rio de Janeiro um estilo de vida mais cidadão.

No referente à urbanização, as reformas lentamente implementadas pelo Príncipe Regente ofereceram ao Rio de Janeiro um aspecto mais salubre e

⁴⁶ FRANÇA, Jean M. C., op. cit., p. 59, 1999.

⁴⁷ SPIX, Johann B. von; MARTIUS, Carl F. P. von, op. cit., p. 41.

⁴⁸ SOUZA, Octávio T. **História dos fundadores do Império**. v. 6. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1957, p. 34.

civilizado, que valorizava seus atributos naturais. A criação de espaços comuns, como o Passeio Público e o Jardim Botânico, aliada à remodelação e ao fortalecimento dos órgãos policiais propiciaram uma mudança significativa nos costumes da população fluminense, que passou a trocar a casa pela rua,⁴⁹ participando mais assiduamente dos passeios, festejos e cerimoniais da Corte.

O Rio de Janeiro colonial, proibido de travar relações comerciais com outras nações, de ruas tortuosas e escuras, com um precário sistema de saneamento e mergulhada no obscurantismo intelectual foi, lentamente, transformando-se em uma cidade de arquitetura aprazível, com constante circulação de pessoas, dotada de uma polícia mais atuante e abastecida pelo comércio daquilo que de mais moderno havia na Europa. A capital dispunha, portanto, de uma vida urbana mais organizada e tornou-se o centro intelectual do país, para onde se dirigiam brasileiros vindos de quase todas as províncias. Dentre as diligências de D. João VI que possibilitaram ao Rio de Janeiro se tornar uma cidade cosmopolita, no sentido pleno da palavra, é justo destacar a atenção do monarca à questão da instrução pública, mediante a iniciativas que pretendiam reformar o sistema de ensino e desenvolver no Brasil o gosto “pelos conhecimentos úteis”.

Durante três séculos a educação na colônia esteve relacionada à força da Igreja Católica, à atuação do Estado e às posses dos interessados. A Igreja, através da *Companhia de Jesus*, incumbiu-se, até a segunda metade do século XVIII, de educar aqueles que residiam na colônia. O Estado português, por sua vez, alicerçou parte das atividades eclesiais e, após a expulsão dos jesuítas, em 1756, criou as chamadas aulas régias, além de fomentar a migração de professores estrangeiros para os trópicos.⁵⁰ Os nascidos no Brasil, se desejassem obter o diploma universitário, deveriam cursá-lo com recursos próprios em Portugal. O inglês J. Luccock descreveu a situação do Brasil no que diz respeito à educação antes da chegada da Corte:

[...] não havia escolas na colônia; isto, embora pareça estranho, é literalmente verídico; não havia nenhum dos estabelecimentos comuns para a primeira educação da infância. A grande maioria das pessoas entravam na vida sem que possuíssem o mais leve conhecimento dos primeiros rudimentos da instrução; o que sabiam, tinham-no apanhado principalmente

⁴⁹ Segundo G. Freyre, “[...] a rua – outrora só de negros, mascates, moleques – se aristocratizava”. In: FREYRE, Gilberto, op. cit., p. 126.

⁵⁰ DURAN, Maria R. da C. O endereço da cultura para o carioca joanino. **Revista Opsi**, v. 7, n. 9, p. 232, jul.-dez. 2007.

dos caixeiros de seus pais, em geral moços portugueses que haviam emigrado na intenção de tirar o melhor partido possível de seus talentos.⁵¹

Em depoimento ao Instituto Histórico francês, em meados de 1830, Francisco Sales Torres-Homem analisou as iniciativas de D. João VI no âmbito da educação, creditando ao rei português os progressos culturais ocorridos no Brasil durante as primeiras décadas do século XIX:

Dom João, fugindo do palácio de seus antepassados, foi procurar na América um abrigo contra a tempestade. A travessia de um só homem coroadado inverteu as posições respectivas de Portugal e do Brasil; o primeiro deixou de ser metrópole; o segundo deixou de ser colônia: os papéis foram trocados. Dessa época data o aparecimento das ciências no Brasil: médicos, matemáticos, naturalistas, literatos para aí afluíram de todos os pontos de Portugal. Dom João VI, embora amoldado ao padrão dos antigos reis, incentivava a emigração para o Brasil; em 1808, no ano de sua chegada, transferiu para o Rio de Janeiro a Academia da Marinha, consagrada às ciências matemáticas e físico-matemáticas e ao estudo da artilharia, da navegação e do desenho; três anos mais tarde, atendendo aos conselhos do Conde de Linhares, seu ministro, fundou na mesma cidade uma Academia Militar com um curso de sete anos, em que ensinavam as ciências matemáticas, militares e naturais; finalmente, anos depois, duas escolas de medicina e cirurgia foram criadas no Rio de Janeiro e na Bahia. Desde então a mocidade brasileira, sem atravessar o Atlântico, sem esgotar seus recursos em uma longa viagem e numa estada mais longa e mais onerosa, pode dispor, dentro de sua própria pátria, de alguns meios de instrução, imperfeitos sem dúvida, mas que poucas fortunas podiam antes, no regime degradante dos vice-reis, ir buscar em Portugal.⁵²

Quando o Príncipe Regente aportou no Rio de Janeiro, a cidade dispunha apenas de três instituições de ensino: os seminários de São José, São Joaquim e da Lapa; o último (o da Lapa) foi fechado alguns meses depois da transferência da Corte, tendo em vista que suas instalações foram ocupadas pelas Carmelitas e anexadas à residência Real.⁵³ Já os seminários de São José e São Joaquim possuíam características distintas no que se referia à infraestrutura e à finalidade dos estudos. Ouçamos a descrição de ambas legadas pelo comerciante inglês John Luccock:

Dos colégios, o de São José é o mais antigo e o mais afamado. Foi provavelmente fundado logo após a Igreja de São Sebastião, encontram-se ao pé do morro que traz seu nome, perto da Rua da Ajuda. Na frente há um

⁵¹ LUCOCK, John. **Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil**. Trad. Milton da Silva Rodrigues. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1975, p. 86-87. Ver também nota 3. Nas zonas rurais, Carlos Rizzini aponta a educação esteve a cargo de mestres leigos e religiosos seculares. Cf: RIZZINI, Carlos. **O livro, o jornal e a tipografia no Brasil, 1500-1822**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1988, p. 206-208.

⁵² Citado por DEBRET, Jean B., op. cit., p. 94.

⁵³ FRANÇA, Jean M. C., op. cit., p. 60, 1999a.

portão, mais que sólido, degenerando já para o pesado estilo brasileiro. Passando por debaixo desse portão, os visitantes atingem uma área aberta, coberta de grama, em cujo fundo encontram um só lance de edifício com janela de rótulas pintadas de vermelho. A aparência externa oferecia sinais palpáveis de negligência, e exames ulteriores confirmavam as primeiras impressões. Os quartos eram suficientemente numerosos, mais pareciam incômodos, estando alguns desocupados. Avistamos alguns poucos colegiais que se achavam por ali passeando, de beca vermelha; alguns já tonsurados, mas a maior parte ainda muito jovem. Não apresentavam nenhuma elasticidade de espírito, nenhuma curiosidade sagaz, nenhuma urbanidade de maneiras e pouquíssimo asseio pessoal [...]. Ao sairmos dali estávamos todos prontos a dizer: nem um raio de ciência jamais penetrou aqui. Um outro colégio, mais respeitável quanto à aparência e direção que o anterior, encontra-se na estreita e suja rua de São Joaquim, tendo o mesmo que ela. Ali os letrados fazem praça de educar os jovens para futuras funções do estado e de lhes ensinar muito especialmente os conhecimentos próprios para este fim. Mas embora o governo empreste seu patrocínio à instituição o número de estudantes é pequeno e, na realidade a casa não está em condições de os receber em grande quantidade.⁵⁴

Afora esses dois colégios, havia duas outras possibilidades para se obter uma formação básica: aos homens de posses era possível contratar um professor particular (preceptor) e aos pobres restava frequentar a classe de algum mestre-escola instalado na cidade. As aulas régias foram criadas para substituir o sistema de ensino jesuítico, em 1759, após a expulsão da *Companhia de Jesus*.⁵⁵ No entanto, o número de professores era irrisório, uma vez que o salário desses profissionais era baixíssimo e, por vezes, viam-se obrigados a improvisar mecanismos para poderem lecionar. Além de custear as instalações das aulas – que geralmente eram dadas em sua própria casa –, os mestres arcavam com os gastos de sua formação pessoal. “Desse modo, a maioria dos professores régios não tinham na atividade de ensino a sua principal ocupação, deixando muito a desejar no que tange à instrução daqueles poucos que conseguiam um professor”.⁵⁶

Com a vinda da Corte e a abertura dos portos, muitos estrangeiros que fizeram da capital brasileira o seu novo endereço ofereceram seus serviços de professores particulares através de anúncios nos jornais da época, especialmente a *Gazeta do Rio de Janeiro* e o *Jornal do Comércio*. Entretanto, apesar do importante trabalho desempenhado pelos estrangeiros e dos esforços dos mestres régios

⁵⁴ LUCOCK, John. **Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil**. Trad. Milton da Silva Rodrigues. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1970, p. 49.

⁵⁵ Segundo Fernando Azevedo, a reforma pombalina solapou o ensino básico na colônia, que se fragmentou em aulas e disciplinas isoladas (aulas régias), sem qualquer plano sistemático de estudos e, ainda, rompeu, na sua evolução pedagógica normal, o desenvolvimento do ensino para planos superiores. Ver: AZEVEDO, Fernando. **A transmissão da cultura**. São Paulo: Melhoramentos, 1976, p. 53.

⁵⁶ DURAN, Maria R. da C., op. cit., p. 233.

nacionais, a educação básica no país era lamentável. Em 1825, Frei Miguel do Sacramento Lopes fez um balanço dessa atividade:

As aulas de primeiras letras, tão necessárias à Mocidade estão comumente em lamentável estado. Os professores pela maior parte ignoram os primeiros rudimentos da Gramática da língua; e daqui os rapazes saem sem a mais leve ideia da construção e regência da oração, e nenhum conhecimento de ortografia, e prosódia da língua; daqui os barbarismos, os solecismos, os neologismos. E infinitos erros, a que desde os tenros anos vai se habituando a mocidade.⁵⁷

A débil situação na qual se encontrava a instrução básica nas primeiras décadas do século XIX opõe-se aos avanços que ocorreram no ensino “técnico” no mesmo período. D. João VI esteve mais preocupado com a formação técnica de seus súditos do Brasil, já que a transferência da Família Real demandou novos serviços, exigindo a criação de cursos “profissionalizantes” para capacitar os profissionais cariocas. Ao comentar as políticas do monarca lusitano, o mineralogista inglês John Mawe escreveu:

[...] foram adotadas medidas para efetuar uma reforma completa nos seminários e outras instituições de instrução pública; e que o Príncipe Regente na sua solicitude pelo bem estar de seus súditos, zelosamente patrocinou todos os empreendimentos, para neles desenvolver o gosto pelos conhecimentos úteis.⁵⁸

No alvará de 1º abril de 1808,⁵⁹ o monarca permitiu o livre estabelecimento das fábricas. A iniciativa teve seu reflexo no ensino do país, sobretudo porque concedia um papel de destaque aos *conhecimentos úteis*, uma vez que esses auxiliariam na produção técnica.

No mesmo mês, preocupado com o precário serviço de saúde prestado por “médicos” sem qualificação científica, o Príncipe Regente criou no Hospital Militar a cadeira de Anatomia Cirúrgica. E, em 5 novembro de 1808, um decreto real fundou a Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica do Rio de Janeiro. A nova instituição funcionava no Hospital Militar e oferecia aulas de cirurgia, com a duração de cinco anos, cujo intuito era formar cirurgiões práticos, que substituíssem o trabalho dos

⁵⁷ Citado por DURAN, Maria R. da C., op. cit., p. 234.

⁵⁸ MAWE, John. **Viagens ao interior do Brasil**. Trad. Selena Benevides Viana. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1978, p. 86.

⁵⁹ Disponível em: <[http://www.brown.edu/Facilities/John Carter Brown Library/CB/1808/docs/L05_p01.html](http://www.brown.edu/Facilities/John_Carter_Brown_Library/CB/1808/docs/L05_p01.html)>. Acesso em: 23 de agosto de 2009.

curandeiros.⁶⁰ Padre Perereca elogiou a iniciativa de D. João e ressaltou o quão benéfico para o país era a fundação desta instituição de ensino:

Debalde o Brasil, rico em ouro, rico em diamantes, ostentaria riquezas ainda maiores em tantas, e tão diversas produções, que a natureza tão prodigamente repartiu por este imenso país, e que tanto concorrem para benefício dos homens, se eles carecessem de que os soubessem aplicar nas ocasiões precisas com mão hábil, e inteligente, subministrando-lhes os salutíferos remédios. Desta escola, pois sairão professores de cirurgia para o serviço da Real Marinha, e Exército, para os navios de comércio, para os hospitais, e para as povoações marítimas, e centrais, aonde escassamente tem chegado um, ou outro cirurgião, ou médico digno deste nome, com dano. E ruína evidente da população ainda tão mesquinha, principalmente nas capitânicas interiores. Graças, e mil graças sejam dadas ao pai da pátria, ao piedoso, e magnânimo Príncipe Regente Nosso Senhor, que com tanto desvelo, e prontidão, ocorreu este mal, criando nesta Corte, tão sábia como providentemente a primeira Escola Médico-Cirúrgica do Brasil em benefício dos seus vassallos.⁶¹

Dois anos depois de sua fundação, a Carta Régia de 1810 previa que três hábeis e aplicados alunos do curso de medicina fossem aperfeiçoar seus estudos em Edimburgo e Londres, para que depois da volta ao Brasil pudessem passar o conhecimento adquirido para outros alunos, de forma a contribuir para o desenvolvimento das ciências médicas no país.⁶² Tanto o médico quanto o cirurgião, além do domínio do sistema classificatório das moléstias, deveriam conhecer “a arte de prescrever remédios necessários para a cura das enfermidades”.⁶³

O governo português atentou também para outras áreas deficitárias no país. No âmbito do ensino militar, era projeto de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, o Conde de Linhares, estabelecer no Rio de Janeiro uma academia de guardas-marinhas. Para efetivar esse plano, o ministro conseguiu espaço no hospício do mosteiro de São Bento, onde organizou todos os instrumentos, livros, modelos, máquinas, cartas e planos que possuía em Portugal. Em 1809, para o uso da academia, foi criado um observatório astronômico; e, em 4 de dezembro de 1810,⁶⁴ fundou-se a Academia Militar, “agregando-se deste modo por completo ao cultivo das ciências exatas o ensino dos profissionais, a técnica da guerra e a arte da

⁶⁰ Até neste momento, as operações tidas como fáceis, eram executadas por barbeiros sangradores. Para aquelas (operações) consideradas mais complexas, a atribuição era para “homens presunçosos”, que no fundo, pouco entendiam de anatomia.

⁶¹ SANTOS, Luiz G. dos., op. cit., p. 305-306.

⁶² LIMA, Oliveira, op. cit., p. 161, 1996.

⁶³ SILVA, Maria B. N. da., op. cit., p. 133, 1978.

⁶⁴ Carta Régia de fundação da Academia Militar está disponível: <http://www.brown.edu/Facilities/John_Carter_Brown_Library/CB/1810_docs/L62_p01.html>. Acessado em: 22 de agosto de 2009.

defesa”.⁶⁵ Maria Beatriz Nizza da Silva destaca a importância dessas academias, uma vez que a arte da guerra ou ciência bélica era entendida como uma área do saber tão superior quanto outra qualquer, além disso, para a época, o militar possuía um estatuto cultural semelhante ao do bacharel ou ao do cirurgião.⁶⁶ No entanto, apesar do prestígio que a carreira militar gozava, os naturalistas Spix e Martius comentaram que a escola militar atraía poucos alunos:

A Real Academia Militar, fundada em 1810, ocupa-se em dar o último remate científico à instrução daqueles que desde a mocidade, querem dedicar-se ao serviço da guerra; embora provida de bons lentes e favorecida, especialmente pelo rei não tem quase ação alguma, pois faltam alunos.⁶⁷

Antes de inaugurar a Academia Militar, D. João VI, fundou, em 7 de abril de 1808,⁶⁸ o Arquivo Militar, cujo objetivo era reunir e conservar todos os mapas e cartas (da costa brasileira, do interior e dos domínios ultramarinos), assim como copiá-los, com a finalidade de retificação das fronteiras, planos de fortaleza, projetos de novas estradas e comunicações. A iniciativa abriria espaço para o trabalho de engenheiros, “desenhadores” e empregados de “maiores luzes”, como afirma o texto do decreto.⁶⁹ Atendendo a uma demanda de profissionais qualificados ainda mais urgente e efetiva, o Príncipe Regente instituiu algumas aulas avulsas – cursos de curta duração – com finalidades específicas, tais como: o Curso de Economia Política, em 1808; o Curso de Comércio, em 1810; o Curso de Química, em 1812; o Curso de Agricultura, em 1814.⁷⁰

Quando D. João retornou a Portugal, em 1821, malgrado os avanços mencionados, ainda restava muito a fazer no que diz respeito à formação moral e intelectual da população fluminense. Durante a administração de D. Pedro I, o

⁶⁵ SILVA, Maria B. N. da, op. cit., p. 161, 1978. Ver também: LIMA, Oliveira, op. cit., p. 162, 1996.

⁶⁶ SILVA, Maria B. N. da., op. cit., p. 157, 1978. O militarismo no tempo de D. João VI era tido como uma arte, arte que ocupava lugar de relevo e, que exigia o conhecimento prévio de várias ciências. Por isso, o governo imperial em 1810 estabeleceu um curso de “ciências exatas e observação”, com disciplinas consideradas fundamentais no estudo teórico e prático da ciência militar.

⁶⁷ SPIX, Johann B von; MARTIUS, Carl E. P. von., op. cit., p. 55. Alexander Caldcleugh, que esteve no Rio em 1819, também comentou a pouca procura dos estudantes pela escola militar: “In the absence of an university thereformely existed a large public school, but being latterly little frequented, it fell into decay”. In: CALDCLEUGH, Alexander. **Travels in south america, during the years 1819-20-21**. Londres: Jonh Murray, Albemarie, 1825, p. 70-71.

⁶⁸ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/revista/Rev_23/dec_7abril.htm. Acesso em: 29 de agosto de 2009.

⁶⁹ OLIVEIRA, José C., op. cit., p. 109. Ver também: AZEVEDO, Fernando, op. cit., p. 69-71.

⁷⁰ FRANÇA, Jean M. C., op. cit., p. 63-64, 1999.

governo não fez muitos progressos na área da educação, conforme observou França:

Na verdade se nos restringirmos à atuação dos poderes públicos, as ações civilizatórias levadas a cabo no Primeiro Reinado são bem menos representativas que aquelas que tiveram lugar nos anos de D. João VI. As razões desta desaceleração são muitas – foram anos de pobreza dos cofres públicos e de agitação política nada desprezível. Em razão disso pouco tempo e pouca atenção foi despendida à educação e instrução da população. Mas não se trata um período nulo nesse setor, ao contrário, alguns importantes resultados obtiveram-se dele.⁷¹

No início do primeiro Império pouco se fez pela educação, muito embora a Constituição de 1824,⁷² no artigo 179, estabelecesse muito generosamente uma “instrução primária, e gratuita a todos os Cidadãos” (parágrafo 12) e garantisse a instalação de “colégios e universidades, onde seriam (*sic*) ensinados os elementos das ciências, belas-letas e artes”. Três anos depois, a lei de 15 de outubro de 1827⁷³ determinava a criação, “em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos”, de escolas de primeiras letras. Além disso, legislava sobre o que os professores deveriam ensinar (artigo 6), sobre a contratação e remuneração dos mestres (artigos 7, 8, 9 e 10) e sobre a criação de escolas para meninas (artigo 11). Apesar da letra da lei, na prática as determinações mostraram-se um fracasso. Segundo Fernando Azevedo, as falhas deveram-se à incapacidade de o governo gerir a instrução:

Os resultados, porém, dessa lei que fracassou por várias causas, econômicas, técnicas, políticas, não corresponderam aos intuítos do legislador; o governo mostrou-se incapaz de organizar a educação popular no país; poucas as escolas se criaram, sobretudo as das meninas, que ao todo o território, em 1832, não passavam de vinte, segundo o depoimento de Lino Coutinho, e na esperança ilusória de se resolver o problema pela divulgação do método *Lancaster* ou de ensino mútuo que quase dispensava o professor, trançorreram quinze anos (1823-1838) até que se dissipassem todas as ilusões.⁷⁴

No âmbito do ensino universitário, não houve nenhum esforço real para a criação de uma Instituição de Ensino Superior no Rio de Janeiro. Às instituições fundadas por D. João⁷⁵ acrescentaram-se, durante o Primeiro Império, somente dois

⁷¹ FRANÇA, Jean M. C., op. cit., p. 68, 1999.

⁷² Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao24.htm>. Acesso em: 22 de agosto de 2009.

⁷³ Disponível em: <<http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/heb05a.htm>>. Acesso em: 22 de agosto de 2009.

⁷⁴ AZEVEDO, Fernando, op. cit., p. 72.

⁷⁵ Nos referimos à Academia Militar, à Escola de Ciências Médicas e à Academia de Belas Artes.

cursos de ciências jurídicas e sociais. O primeiro, em 1827, instalado na cidade de São Paulo; e o segundo um ano mais tarde, instituído em Olinda, no Recife. Desse modo, “com as duas faculdades que se fundaram, uma no Norte, outra no Sul, e cujo papel foi capital na vida do país, se completou o quadro das escolas destinadas à preparação para profissões liberais”.⁷⁶ Esse conjunto de instituições educacionais – fundadas a partir de 1808 – foi responsável pela formação de toda uma elite de médicos, engenheiros e bacharéis, tornando-se o âmago da vida profissional e intelectual da nação.

Outra instituição criada por D. João VI, cuja finalidade era difundir as *belas letras* e os *conhecimentos úteis*, foi a *Real Biblioteca* (atual Biblioteca Nacional). O decreto de fundação é de 27 de junho de 1810,⁷⁷ porém, ela foi inaugurada somente em 13 de maio de 1811, no dia do aniversário do Príncipe Regente. Instalada no andar superior do Hospital do Convento da Ordem Terceira do Carmo, na rua Direita, a Real Biblioteca em seus primeiros anos de funcionamento permitiu que o acervo fosse consultado apenas por estudiosos, mediante pedido. Foi em 1814 que a biblioteca passou a ser aberta ao público, a partir de então a leitura foi franqueada à população como um todo.⁷⁸ Como observou John Luccock, a Real Biblioteca passou a integrar o pequeno rol de instituições científicas da capital brasileira:

Como instituições científicas, possui o Rio uma biblioteca e um museu. A primeira está instalada no Largo do Paço em edifício adaptado para o fim, de 3 andares, e contém cerca de 60.000 volumes, na maior parte antigos. Seu diretor foi amabilíssimo, prontificando a mostrar-me tudo. No primeiro andar está a grande sala de leitura, franqueada ao público pela manhã; lá encontrei meia dúzia de leitores.⁷⁹

A princípio, o acervo⁸⁰ contou com a valiosa *coleção real*, vinda de Lisboa com a Corte, porém, constantemente foi enriquecida com doações. Segundo aponta Rubens Borba de Moraes, a Real Biblioteca, somente em 1811, recebeu 2.500 volumes, entre manuscritos e gravuras, do legado literário de Frei Mariano da Conceição Veloso. Em 1815, a Corte comprou a biblioteca particular de Manuel

⁷⁶ AZEVEDO, Fernando, op. cit., p. 73.

⁷⁷ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/revista/Rev_52/DEC27061810.htm> Acesso em: 1º de setembro de 2009.

⁷⁸ SPIX, Johann B. von; MARTIUS, Carl E. P. von, op. cit., p. 47-48.

⁷⁹ LUCCOCK, John, op. cit., p. 106.

⁸⁰ Não é possível se ter a noção exata do acervo da Biblioteca Real. O português Joaquim dos Santos Marrocos, enquanto trabalhou na biblioteca, tentou redigir um plano de classificação, sem sucesso. Embora quando, em 1814, foi aberta ao público, os livros estavam separados por assuntos em diferentes salas. Ver: MORAES, Rubens B. de, op. cit., p. 84.

Inácio da Silva Alvarenga e, três anos mais tarde a coleção do arquiteto José da Costa Silva, “que continha uma valiosa série de estampas, manuscritos e, principalmente, um grande número de desenhos originais de mestres da renascença italiana”. O acervo pessoal do Conde da Barca, falecido em 1817, foi agregado à biblioteca em 1822. No total, a Biblioteca Real contava com cerca de sessenta mil volumes, além das gravuras, manuscritos e mapas.⁸¹ O francês Ferdinand Denis fez o seguinte comentário sobre o acervo da instituição:

Embora se componha, em geral, de livros modernos pertencentes, sobretudo à literatura francesa; a biblioteca do Rio de Janeiro é desprovida de curiosidades bibliográficas; destaque-se uma grande coleção de Bíblias, entre as quais convém distinguir um belo exemplar da Bíblia de Mongúcia, impressa em 1462, e que faria inveja as mais ricas bibliotecas das capitais da Europa. Entre os manuscritos, distingui-se uma obra magnificamente executada, que trata, como o seu título indica, da Flora do Rio de Janeiro.⁸²

Em 1821, quando D. João VI retornou a Portugal, a Real Biblioteca continuou no Rio. No regresso, o monarca teria levado apenas parte dos manuscritos da Coroa – documentos referentes à história de Portugal. Entre as “coisas” deixadas pelo Rei no Brasil e pelas quais Portugal queria ser indenizado, o segundo item mais importante relacionado pelo governo português era a Real Biblioteca. Através da Convenção Adicional ao Tratado de Paz e Amizade, de 29 de agosto de 1825, no qual Portugal reconhecia a Independência brasileira, D. Pedro I pagou ao governo lusitano a quantia de dois milhões de libras esterlinas pelos bens deixados no Brasil, inclusive a Real Biblioteca, que na ocasião já se chamava *Biblioteca Nacional Brasileira*.⁸³

O acesso aos livros era indispensável ao desenvolvimento do ensino, e este foi facilitado pela Fundação da Biblioteca Real. No entanto, além dos livros que desembarcaram no Rio juntamente com a Família Real, diversos compêndios foram editados na capital. No estatuto da Academia Militar, por exemplo, havia a exigência de que os professores contratados produzissem seus próprios manuais didáticos e

⁸¹ MORAES, Rubens B. de, op. cit., p. 85.

⁸² DENIS, Ferdinand, op. cit., p. 130.

⁸³ MORAES, Rubens B. de, op. cit., p. 84.

que estes, por sua vez, passariam pelo crivo da Junta Militar que aprovaria, ou não, a sua impressão.⁸⁴

Nesse sentido, outra medida joanina fundamental para o progresso do ensino, bem como para o desenvolvimento das letras no país, foi a autorização da impressão no Brasil em 1808.⁸⁵ Padre Perereca, testemunha ocular desse acontecimento, o descreveu com euforia:

O Brasil até ao feliz dia 13 de maio de 1808 não conhecia o que era tipografia: foi necessário que a brilhante face do Príncipe Regente Nosso Senhor, bem como o refulgente sol, viesse vivificar este país, não só quanto à sua agricultura, comércio e indústria, mas também quanto às artes, e ciências, dissipando as trevas da ignorância, cujas negras, e medonhas nuvens cobriam todo o Brasil, e interceptavam as luzes da sabedoria. Assim, por decreto datado deste mesmo dia dos seus felizes anos, Sua Alteza Real foi servido mandar que se estabelecesse nesta Corte a Impressão Régia [...].⁸⁶

Hipólito da Costa, fundador do jornal *Correio Brasiliense* – que apesar de editado em Londres tinha ampla circulação no Rio de Janeiro – também comentou o decreto joanino em seu periódico:

O mundo talvez se admirará que eu vá enunciar, como uma grande novidade, que se pretende estabelecer uma imprensa no Brasil; mas tal é o fato. Começou no século 19 e ainda os pobres brasilienses ainda não gozavam dos benefícios que a imprensa trouxe aos homens; [...] Tarde desgraçadamente tarde, mas; enfim apareceram os tipos no Brasil.⁸⁷

⁸⁴ Disponível em: <http://www.brown.edu/Facilities/John_Carter_Brown_Library/CB/1810_docs/L62_p10.html>. Acesso em: 22 de agosto de 2009. Nizza da Silva também fez referência à exigência da Carta Régia de 1810. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Transmissão, conservação e difusão da cultura no Rio de Janeiro. **Revista de Historia**, n. 97, p. 143, 1974. Ver também: DURAN, Maria R. da C., op. cit., p. 236-235.

⁸⁵ Carta Régia de 13 de maio de 1808, Disponível em: <http://www.brown.edu/Facilities/John_Carter_Brown_Library/CB/1808_docs/L19_p01.html>. Acesso em: 19 de agosto de 2009. Há chances de a tipografia ter sido introduzida no Brasil, Pernambuco, pelo Conde Maurício de Nassau, em meados do século XVII, durante a ocupação holandesa no nordeste brasileiro. Sabe-se que as prensas e os tipos móveis foram enviados da Holanda e que o tipógrafo Pieter Janszoon morreu a caminho do Brasil ou logo após chegar ao país. Nova tentativa foi feita no início do século XVIII em Recife, igualmente sem sucesso. Durante o governo de Francisco de Castro Morais, um comerciante desconhecido montou uma pequena prensa e imprimiu alguns sermões e letras de câmbio. Nada sobrou da produção dessa tipografia. Temos notícia da iniciativa graças a uma Carta Real de 8 de junho de 1706 proibindo e confiscando o material impresso. Aproximadamente 40 anos mais tarde, o bem-sucedido impressor português Antonio Isidoro da Fonseca publicou quatro trabalhos em sua oficina no Rio de Janeiro, com a permissão do governador Gomes Freire de Andrade. O empreendimento teve vida curta: a tipografia foi fechada e enviada de volta a Portugal. Fonseca não obteve mais permissão para voltar a imprimir no Brasil. Ver RIZZINI, Carlos, op. cit., p. 317; MARTINS, Wilson, op. cit., p. 133.

⁸⁶ SANTOS, Luiz G. dos, op. cit., p. 256-257.

⁸⁷ **Correio Brasiliense**, v. I, n. 1, p. 393, jun. 1808.

O decreto de 13 de maio de 1808, das leis promulgadas por D. João, foi, talvez, o mais importante para o desenvolvimento intelectual do país. Isto porque a Imprensa Régia foi a responsável pela edição dos primeiros livros (compêndios) de matemática, física, química, gramática, história natural, filosofia, entre outros, que eram utilizados nos cursos criados na época. Rubens Borba de Moraes fez um inventário das obras publicadas pela tipografia real, e o que podemos observar é que publicações de cunho didático constituíram parte considerável de seu catálogo – apesar dos livros de literatura no conjunto serem maioria.⁸⁸ Luccock salientou a importância dos livros educacionais impressos pelo órgão real:

A imprensa licenciada [...] produziu mais algumas obras úteis além das que se referem a questões militares. Entre estas, estimamos como a de maior valia, o “Tesouro dos Meninos” que trata da “Moral, virtude e boas maneiras”. Com muita propriedade foi ela dedicada a Dom Miguel, segundo filho do Rei, pois que não há menino que tanto necessite dos seus ensinamentos como esse; sua educação foi mui limitada e infeliz. Um livro intitulado Lições de Filosofia contém por demais dogmas de Aristóteles e dos tempos sombrios para que demonstre que seu Autor não é instruído nem judicioso. Temos também a História das Ilusões Extravagantes e Influência Sobrenatural; as Leis Comerciais do Brasil; várias obras úteis sobre o Comércio e Navegação, muito especialmente um almanaque Náutico, calculado para o Meridiano do Rio, obra mal feita, mas seguida de tábuas de declinação do Sol, de latitudes e de logaritmos; uma ou duas obras de geografia e um Tratado das Doenças dos negros.⁸⁹

A imprensa foi crucial para a ampliação do saber no Rio de Janeiro e, inconcebível seria pensar o desenvolvimento da cultura e da ciência de forma eficaz

⁸⁸ MORAES, Rubens B. de, op. cit. p. 107-123. O viajante reverendo Robert Walsh, doze anos depois da introdução da Imprensa Régia no Brasil, fez um balanço das principais obras editadas pela tipografia, segundo ele: “em consequência dessa permissão surgiram diversos escritores no Brasil, cujos trabalhos eram impressos no Rio de Janeiro: mas entre eles, o que tem a obra mais numerosa é José da Silva Lisboa, o Visconde de Cairu. [...] Em 1815 publicou *A vida de Lorde Wellington*, 2 v, 4to; em 1818, *Os benefícios feitos ao Brasil por D. João VI*, 2 v. 8 vo; em 1819, *Estudos para o bem comum*, 4to e em 1820, *A escola brasileira, ou instituições úteis*, 2 v. 8 vo. José Alvarenga publicou *Memórias da expedição contra os piratas chineses de Macau, 1809 e 1810*, o *Sétimo ano da independência* e o romance *Stateira e Zoroastres*. Em 1827, José Vitorino dos Santos publicou uma *Nova teoria do universo* em 47to, [...]. Um cidadão ofereceu à famosa e heróica nação brasileira *Um compêndio de ciências com ilustrações sobre artes e ciências e Elementos de música*, de Antônio Luís Fagundes. Mas as obras mais importantes são as *Chorographia brasileira*, contendo a história e dados estatísticos de cada província, publicadas em 1817 pelo Padre Manuel de Casal, em 4 v. 2 tomos e dedicados ao rei, que concedeu ao autor os direitos autorais por 14 anos. É uma obra interessante e valiosa que fornece detalhes importantes e informações precisas sobre diversas regiões deste vasto país, fazendo jus ao empenho e às pesquisas do autor. A única coisa a reparar é a falha de mapas elucidativos que, segundo fui informado, acompanharão a nova edição que está para ser lançada. De grande interesse e importância também é o livro sobre *A história eclesiástica do Brasil de Pizarro* em 9 ou 10 v., in-fólio, publicado há alguns anos. Um último livro a mencionar é a *Flora fluminense*, escrito sob a supervisão de Antônio de Arrabida, bispo de Anamúria, dedicado ao imperador”. In: WALSH, Robert. **Notícias do Brasil**; 1828-1829. Trad. Regina Régis Junqueira. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1985, 1 v., p. 181.

⁸⁹ LUCCOCK, John, op. cit., p. 379-380.

sem ela. Malgrado o país, antes mesmo da instalação dos prelos, possuir uma (pequena) elite instruída e familiarizada com a cultura escrita – impressa na Europa e introduzida nos trópicos muitas vezes por contrabando –, o seu alcance era pequeno e a interlocução entre os alfabetizados foi restrita. A presença da imprensa, nesse sentido, ampliou o gosto pelo saber. A inglesa Maria Graham esteve no Rio pela primeira vez em 1821, e teceu o seguinte comentário acerca da fundação da imprensa em 1808:

Fundou-se uma gazeta regular, para mais rápida disseminação de quaisquer notícias que chegassem de Portugal, onde haviam ficado as propriedades e os interesses da corte e da nova gente do Brasil. Ainda que a imprensa, naturalmente, não se pudesse gabar de muita liberdade, mesmo porque realmente sua liberdade por essa época não teria muita importância, foi isso o primeiro gosto pela leitura, que se tornou, não somente um luxo, mas até uma necessidade em certos países e que aqui progride rápida e diariamente.⁹⁰

Pelo que sugere o comentário de Graham, a criação da imprensa oficial no Brasil não significou livre circulação de ideias, já que o governo também criou meios de cerceá-la. Os prelos, a princípio, eram administrados por uma Junta composta pelo oficial da Secretaria de Estrangeiros e da Guerra, José Bernardes de Castro, um antigo membro da Sociedade Literária, Mariano da Fonseca, e José da Silva Lisboa. Os três administraram o órgão até 1830, quando a administração passou a ser de responsabilidade do Cônego Januário da Cunha Barbosa. Conforme o regimento (de 21 de junho de 1808), competia-lhes “examinar os papéis e livros que mandassem publicar, fiscalizar que nada se imprima contra a religião, o governo e os bons costumes”.⁹¹

A Impressão Régia foi nas duas primeiras décadas dos oitocentos a maior tipografia brasileira, tanto por conta do monopólio quanto pela existência da censura oficial, que afastava do ramo possíveis interessados. Ao todo, a Impressão Régia editou, entre 1808 e 1822, 1.173 títulos, das quais 531 apareceram nos anos de 1821 e 1822.⁹² Para Rubens Borba de Moraes:

A impressão Régia foi uma excelente editora: publicou dezenas de livros de real valor cultural, fez conhecer os poetas famosos, em moda em Portugal, imprimiu os versos nossos, lançou o romance e a novela no Brasil, resolveu

⁹⁰ GRAHAM, Maria. **Diário de uma viagem ao Brasil**. Tradução e notas Américo Jacobina Lacombe. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956, p. 55.

⁹¹ Citado por RIZZINI, Carlos, op. cit., p. 174.

⁹² RIZZINI, Carlos, op. cit., p. 320-321.

o problema didático para o ensino superior inaugurado no Rio de Janeiro e cumpriu sua missão principal quanto à legislação.⁹³

Com a promulgação da liberdade de imprensa, em 1821, duas tipografias foram instaladas no Rio de Janeiro: a Nova Tipografia e a Tipografia de Moreira e Garcez. O ano seguinte, outras quatro foram montadas na cidade: a de Silva Porto e Cia., de Felizardo Joaquim da Silva Morais, a de Manuel Joaquim Silva Porto e a de Santos e Sousa. Todas se dedicaram à publicação de textos avulsos de cunho político e ao jornalismo noticiário.⁹⁴

A censura lusitana sempre existiu, porém nunca conseguiu impedir efetivamente que livros e jornais chegassem ao Rio de Janeiro. Antes mesmo do desembarque de D. João, sobretudo a partir da segunda metade do século XVIII, havia circulação, ainda que restrita, de papéis impressos. Nireu Cavalcanti aponta que, entre 1754 e 1850, a cidade contou com 23 oficiais livreiros, que comercializavam e restauravam livros. Tais profissionais mantinham estreito contato com seus congêneres de Lisboa e do Porto, o que lhes permitiam receber publicações de vários países europeus. Também por conta dessa rede de contatos, os livreiros do Rio obtinham edições atualizadas, que despertavam o interesse de seus contemporâneos.⁹⁵ Todavia, o pesquisador adverte que “tanto o comércio livreiro quanto a circulação e difusão do livro não se davam de forma tranquila. Forte cerceamento sobre os comerciantes de livros e leitores foi exercido pela Igreja e o Estado, que criaram instrumentos poderosos de censura para controlar o que se lia”.⁹⁶

Quando do desembarque do Príncipe Regente, a cidade contava com apenas duas livrarias, que comercializavam livros e outros artigos, tais como tinta, rapé, chá, porcelana, tecidos, etc. “A venda de livros não era suficiente para garantir ao comerciante lucros capazes de sustentar o negócio.”⁹⁷ Apesar disso, nos anos que se seguiram, esse reduzido número cresceu pouco, mas constantemente. Segundo levantamento de Laurence Hallewell, em 1809 eram cinco livrarias, em 1812 este número subiu para sete; quatro anos mais tarde eram doze, e, às vésperas da independência, somavam quinze livrarias. Dentre os títulos comercializados, os

⁹³ MORAES, Rubens B. de, op. cit., p.122.

⁹⁴ RIZZINI, Carlos, op. cit., p. 322.

⁹⁵ CAVALCANTI, Nireu, op. cit., p. 146.

⁹⁶ Ibidem, p. 148.

⁹⁷ MACHADO, Ubiratan. **A etiqueta dos livros**: subsídios para uma história das livrarias brasileiras. São Paulo: Imprensa Oficial, Edusp e Oficina dos Livros, 2003, p. 19.

estrangeiros eram os que faziam mais sucesso, segundo contam os viajantes da época. Spix e Martius notaram que:

A literatura francesa, que conquistou também neste país as camadas mais ilustradas, é a preferida. A propagação da língua francesa e a importação de enorme quantidade de seus livros supera tudo que se pode imaginar, tanto mais que no Rio de Janeiro só existem duas livrarias mal fornecidas.⁹⁸

O alemão Johann M. Rugendas também confirmou a preferência brasileira pelas publicações importadas da França, porém, ressaltou que, para assuntos ligados ao comércio e aos hábitos cotidianos, a influência inglesa era imbatível:

No Brasil, como na Metrópole a literatura francesa do último século teve grande influência na educação das classes elevadas e permanece, ainda agora, a única literatura mais ou menos conhecida dos brasileiros e portugueses, tanto nas obras originais como através de traduções. Isso é tanto mais estranho quanto o número de ingleses estabelecido no Rio é muito mais considerável que o de franceses; por outro lado, o comércio propagou o conhecimento do inglês muito mais que o do francês, e os costumes ingleses também encontram maior número de imitadores.⁹⁹

A repercussão mais perceptível da introdução da imprensa no Brasil foi o início da circulação de periódicos. O primeiro a ser impresso no país, a *Gazeta do Rio de Janeiro*, de 1808, saiu das prensas régias e funcionava praticamente como um diário oficial da Corte, que dava conta dos atos do governo e da vida da família real, embora divulgasse assuntos científicos e literários, noticiando a produção de obras e a realização de cursos, bem como a produção e venda de livros na capital do Império. Entre janeiro de 1813 e dezembro de 1814, outro importante periódico era impresso pela tipografia real, o *Patriota, jornal literário, político e mercantil...*, jornal de cunho literário fundado por Manuel Ferreira de Araújo Guimarães.

Em 1821, com o retorno de D. João VI para Portugal e as querelas que daí surgiram rapidamente se multiplicaram os impressos no Rio de Janeiro, motivados, sobretudo, pelas reviravoltas políticas vindas de Portugal, que buscavam frear os progressos alcançados pelo país durante a administração joanina. Contrária aos rumos que as Cortes de Lisboa pretendiam dar ao país, a *intelligentsia* carioca

⁹⁸ SPIX, Johann B von; MARTIUS, Carl E. P. von, op. cit., p. 50.

⁹⁹ RUGENDAS, Johann M., op. cit., p. 109. Maria Beatriz Nizza da Silva elencou alguns anúncios dos livreiros cariocas que ofereciam obras estrangeiras traduzidas, como as traduções de Bocage da *O comércio das flores*; epístola de Lacroix a seu irmão, do *Os jardins, poema de Dellille*, e do *As plantas*, poema de Ricardo Castel, ou como *As Fábulas* escolhidas de La Fontaine, na tradução de Francisco Manuel, ou ainda como *Os mártires ou triunfo da religião cristã*, poema de Chateaubriand, traduzido e impresso em Paris, em 1816. Ver: SILVA, Maria B. N. da, op. cit., p. 183, 1978.

manifestou-se através de inúmeros panfletos e jornais contra aquilo que considerava um retrocesso ao estado colonial. A polêmica estendeu-se até a Independência, caracterizada pelo anonimato e pelo tom combativo. Ao longo desse período o número de impressos circulando pela Corte multiplicou-se, e as discussões em torno do que seria a nação brasileira ganharam corpo.

Nos anos que se seguiram à Independência, os principais jornais a circularem pelo Rio de Janeiro foram: o *Diário Constitucional Fluminense* (1821-1822); o *Correio do Rio de Janeiro* (1822-1823); os *Annaes Fluminense de Ciências e Artes* (1822); a *Aurora Fluminense* (1827-1835); *O Beija Flor*; o *Jornal Scientifico e Literário* (1826); o *Bem da Ordem*; o *Revérbero Constitucional*; *O Espelho*; *O Compilador Constitucional*; *A Verdade: jornal miscellanico* (1835), entre tantos outros de duração efêmera.¹⁰⁰

Os habitantes do Rio também tiveram acesso a alguns jornais editados na Inglaterra, França e Alemanha. Tais publicações adventícias, com certa dificuldade, poderiam ser encontradas em alguma sala de leitura da cidade, como a sala Barnie, localizada na rua Direita. Dos periódicos vindos da Europa, o que teve maior circulação no Rio foi o *Correio Brasiliense*, de Hipólito da Costa. Entre 1808 e 1822, Hipólito escreveu sistematicamente sobre o Brasil e Portugal. O jornal que escrevia e editava em língua portuguesa, em Londres, longe da censura régia portuguesa, tinha um público leitor cativo no Brasil, inclusive o próprio D. João VI. Hipólito refletia sobre a política e a administração lusitana, era defensor do trabalho assalariado e buscava, a cada número publicado, propagar as luzes e as belas letras, através da divulgação e análise de obras literárias, inclusive de narrativas de viagem.

Nos anos posteriores à vinda de D. João VI a imprensa periódica cumpriu uma importante função no que diz respeito à formação e circulação de ideias no Brasil, isto porque os jornais eram de fácil acesso e atingiam a um número bem maior de leitores que os livros, dado o seu custo inferior. Além disso, no Brasil, a imprensa foi o que melhor se desenvolveu no âmbito da cultura escrita nas primeiras

¹⁰⁰ MORAES, Rubens B. de, op. cit., p. 121. Sobre os primeiros periódicos ver também: RIZZINI, Carlos, op. cit., p. 331-332. Os periódicos no Brasil não tinham vida longa. A duração de um jornal, com raras exceções, não ultrapassava dois anos, dadas as dificuldades de mantê-los; apesar disso, a imprensa periódica desempenhou um importante papel não só no que tange à história da imprensa brasileira, como à história da cultura, uma vez que se tornou um importante veículo de difusão de ideias, num momento de construção da nacionalidade brasileira, sobretudo após a Independência de 1822, já que a necessidade de então era formar uma cultura nacional, com a qual o país nascente se identificasse.

décadas do século XIX, contribuindo decisivamente para a formação de um público leitor mais regular.

Entendida não apenas como um meio de informação, mas como um instrumento de aperfeiçoamento do homem e da sociedade, a imprensa, nesse período, dedicou-se a promover a instrução de um número de pessoas maior, destacando temáticas que permitissem a formação de um leitor exigente e apto a colaborar com o progresso do Brasil.¹⁰¹ Para Isabel Lustosa:

Num tempo em que o acesso à educação era tão menos democrático, em que vivíamos a mudança do mundo a partir das idéias disseminadas pelo Iluminismo ao longo do século anterior, a imprensa se firmara como um importante difusor das chamadas Luzes. Naquele contexto, o jornalista se confundia com um educador. Ele via como sua missão suprir a falta de escolas e de livros através de seus escritos jornalísticos. Assim, não é de se estranhar que o jornal tivesse tamanho e a forma de um livro.¹⁰²

Diferentemente dos jornais que hoje conhecemos, os periódicos oitocentistas abordavam ampla e variada gama de assuntos e possuíam formatos muito diferentes. Por exemplo, no caso do *Correio Brasileiro*, seu formato se aproxima ao de um livro, com até 150 páginas. Além disso, determinados artigos tinham continuidade em outros números e internamente o conteúdo era creditado a alguma sessão, tais como: política, comércio e artes; literatura e ciências; miscelânea e a correspondência.¹⁰³

No corpo editorial dessas publicações estavam *ilustres* nomes da intelectualidade oitocentista, na sua maioria, profissionais liberais (advogados, médicos, comerciantes, etc.) e homens ligados à política, como senadores, deputados e governadores. Nesse período, como apontou Antônio Cândido, se o intelectual brasileiro “não pertencesse a um grupo de prestígio social”, ou seja, se não fosse “padre, militar ou magistrado” estaria relegado ao segundo plano.¹⁰⁴

¹⁰¹ MARTINS, Lílian. **História em revista**. Dissertação de Mestrado – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista, Franca/SP, 2009, p.11.

¹⁰² LUSTOSA, Isabel. **O nascimento da imprensa brasileira**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003, p.15.

¹⁰³ O formato dos jornais dificulta classificá-los com jornal ou revista. Segundo Tânia de Luca, “a fixação de gêneros foi lenta e pode ser acompanhada a partir dos sentidos atribuídos a termos como *jornal*, *revista*, *magazine*, *hebdomadário* em dicionários e compêndios de diferentes épocas”. Desse modo, as diferenças no formato, na apresentação e na estruturação de um impresso fornecem indícios dos significados que este têm para sua época. In: LUCA, Tânia R. de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla B. **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005, p. 131-132.

¹⁰⁴ CÂNDIDO, Antônio. **Formação da literatura brasileira: momentos decisivos 1750-1880**. 11. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2007, p. 87.

Esse privilegiado grupo, que tinha acesso ao mundo dos impressos, foi o grande responsável pela construção de uma imagem para o país e para o seu povo que emergiam. Os treze anos que D. João VI permaneceu no Brasil foram cruciais para o desenvolvimento da nação e, principalmente, para a Independência, proclamada um ano após seu retorno a Portugal. As diligências da Corte, no que tange à economia, administração e instrução – tratadas um pouco mais detidamente ao longo deste capítulo – transformaram o Brasil, até então uma colônia “isolada”, “atrasada” e “ignorante”, em um país emancipado. Entre 1808 e 1821, o Rio de Janeiro, que até então era capital de uma colônia, passou a ser a capital do Império luso-brasileiro. A Corte implementou aqui todo o aparato burocrático, que se manteve praticamente intacto após o Brasil tornar-se independente, viabilizando, pois, a própria construção do Estado brasileiro a partir de 1822. Além disso, as medidas que pretendiam dotar o Rio de instituições de ensino, aliada à presença de estrangeiros, propiciaram a emancipação intelectual dos habitantes locais, que buscaram novos paradigmas culturais, que não aqueles vindos da nação portuguesa.

As primeiras décadas do oitocentos marcaram, portanto, a adoção de novos modelos e padrões de comportamento no Rio de Janeiro. Ao longo deste capítulo tentamos descrever algumas daquelas que consideramos ser das principais medidas adotadas pelo governo português a fim de criar na nova sede do Império uma atmosfera mais “européia, moderna e civilizada”. Foi nossa intenção, igualmente, salientar a participação dos estrangeiros nesse processo. “A capacidade de imitar o estrangeiro e de assimilar-lhes os traços de cultura mais finos e não apenas os superficiais”,¹⁰⁵ como apontou Gilberto Freyre, mudou radicalmente os hábitos e os interesses da sociedade carioca. Os jovens, principalmente, tornaram-se, em certo sentido, “desertores de uma aristocracia cujo gênero de vida, cujo estilo de política, cuja moral, cujo sentido de justiça já não se conciliavam com seus gostos e estilos bacharéis, médicos e doutores europeizados. Afrancesados, urbanizados e policiados”.¹⁰⁶

Tendo em vista este lugar de destaque ocupado pelos estrangeiros no processo de “europeização” da Corte, o próximo capítulo recorre aos periódicos publicados no Rio de Janeiro – com exceção do *Correio Brasiliense*, editado em

¹⁰⁵ FREYRE, Gilberto, op. cit., p. 126.

¹⁰⁶ FREYRE, Gilberto, op. cit., p. 122.

Londres –, entre 1808 e 1836, com o intuito de mapear aí indícios da interlocução entre nacionais e visitantes estrangeiros. Buscaremos entender a importância que o discurso europeu tinha para os brasileiros da época e qual o grau de confiabilidade e credibilidade que era dado ao viajante nessa sociedade que estava se formando.

CAPÍTULO 2: VIAJANTES E LIVROS DE VIAGEM NOS JORNAIS DA ÉPOCA

As obras dos viajantes que ultimamente exploraram com miudezas o Brasil, investigando todos os objetos que tem feito sempre fixar as tensões dos grandes Gênios nesta parte do Mundo ainda muito mais se tornará proveitosa, apontando o que há de mais notável nele em povoações, portos, cabos, mineralogias, animais, botânica e outros quaisquer objetos pertencentes a esta delatada porção do Globo.¹⁰⁷

Nas primeiras décadas do século XIX, como apontamos no capítulo anterior, o Brasil, sobretudo a sua capital, assistiu a profundas mudanças em sua paisagem econômica e social. As medidas que tinham por intuito promover o desenvolvimento da educação e dos hábitos culturais dos cariocas, estiveram no cerne dessas transformações. O estabelecimento da tipografia no Rio de Janeiro, em 13 de maio de 1808, possibilitou a difusão da instrução e maior circulação de ideias, em um país que ainda se encontrava praticamente alheio à palavra escrita. Os livros e os periódicos – editados a partir de então – tiveram papel fundamental na divulgação dos *conhecimentos úteis*, das *belas letras* e da instrução pelo país. Para o intelectual dessa época, o desenvolvimento de qualquer civilização estava intimamente relacionado à ampliação da ciência, das artes e da literatura. A educação era, como vem dito nos *Annaes Fluminense de Sciencias, artes e literatura*, periódico editado no Rio de Janeiro em 1822,

[...] o único e principal agente da fortuna pública e individual, e a mola real, que põe no mais acertado movimento a máquina dos Estados. Mas nas mãos do Soberano tem a educação necessária força, para diminuir os crimes da sociedade, para aumentar a povoação, para dar-lhe a devida energia, para enriquecer o Erário, para dotar-te a si próprio daquela autoridade, que sabe conciliar a atenção, e adquirir o respeito dos mais Soberanos e das Nações a eles sujeitas.¹⁰⁸

A educação era, portanto, a via para se colocar o Brasil nos rumos do progresso. A fundação de instituições de ensino – como a Real Academia Militar, a Escola Cirúrgica e a Academia de Belas Artes – e a criação da imprensa foram os primeiros passos dados pelo Príncipe Regente para instituir, na ainda colônia, os mecanismos de difusão da denominada cultura moderna. Os cursos recém-criados exigiam a utilização de uma literatura específica, como os tratados de Adrien-Marie Legendre, Éugene Lacroix, Francoeur, para o curso de “Mathematica, e Sciencias de

¹⁰⁷ CARVALHO, José de. **Cartas e outras obras selectas**. Lisboa: Tipografia Real, 1822, p. 279.

¹⁰⁸ **Annaes Fluminense de Sciencias, Artes e Literatura**, Rio de Janeiro, t. I, n.1, p. 95, 1822.

Phisycas, Chimica e Historia Natural”]; os livros de Adam Smith, Edmund Burke e John Locke, para as aulas avulsas de comércio e economia, entre outras tantas obras de cunho didático que passaram a ser traduzidas e publicadas pela Imprensa Régia.¹⁰⁹

A tipografia real também editou obras de história natural e alguns livros de viagem.¹¹⁰ Em 1817, Pe. Manuel Aires de Casal, em sua *Corografia Brasília*, divulgou pela primeira vez a carta de Pero Vaz de Caminha (datada de 1º de maio de 1500), imediatamente considerado o mais importante documento relativo ao descobrimento do Brasil guardado nos arquivos da Torre do Tombo. Além de divulgar o relato de viagem que primeiro contou as formas geográficas e os hábitos das populações indígenas que habitavam o território brasileiro, Aires de Casal produziu uma obra importante para aqueles que desejavam conhecer o desenvolvimento histórico, a geografia e as riquezas naturais da colônia portuguesa na América.

Com o intuito de estimular viagens de cunho científico por brasileiros, José Castilho lançou, também pela Imprensa Régia, em 1819, *Instrução para os viajantes e empregados coloniais* [...], livro dividido em duas partes: na primeira, o autor faz uma “Reflexão sobre a História Natural do Brasil, e sobre o estabelecimento do Museu e do Jardim Botânico no Rio de Janeiro”; na segunda, Feliciano traduz o texto “Instruções para os viajantes e empregados da colônia sobre como colher, consertar, e remeter os objetos de História Natural”, uma publicação do Museu de História Natural de Paris. Feliciano Castilho compartilhava das concepções de ciências naturais de experientes naturalistas, como Domingos Vadelli e Auguste Saint-Hilaire, e sua obra foi o referencial utilizado para a organização do

¹⁰⁹ Para citar alguns: em 1811, os **Elementos D’algebra**, de Euler; em 1812, os **Elementos de Geometria Descritiva**, de Monge; o **Tratado Elementar de Aplicação de Álgebra à Geometria**, de Lacroix, e o **Tratado elementar de Mechanica**, de Francoeur; o **Compendio da obra da Riqueza das Nações**, de Adam Smith; **Extractos das obras políticas e econômicas de Edmund Burke**, analisados por José da Silva Lisboa; em 1813, o **Tratado de Ótica**, de La Caille; em 1814, os **Elementos de Astronomia**, reunidos por Manuel Ferreira de Araújo Guimarães; em 1815, os **Elementos de Geodesia**, também reunidos por M. Guimarães; em 1816, a **Filosofia Química**, de Fourcroy; em 1817, os **Elementos de Desenho, e Pintura e Regras Gerais de Perspectiva**, de Roberto Ferreira da Silva; em 1818, **Historia do Brasil desde a sua descoberta até 1810**, de Affonso de Beauchap. Um levantamento das obras que foram editadas pela Imprensa Régia pode ser encontrado em: CAMARGO, Ana Maria de Almeida; MORAES, Rubens B. **Bibliografia da Imprensa Régia do Rio de Janeiro**. São Paulo: Edusp, 1993.

¹¹⁰ A imprensa Régia publicou alguns roteiros e mapas de viagem do nordeste brasileiro, tais como: em 1810, **Roteiro e mappa de viagem**, de São Luis do Maranhão, de Ferreira Souto; em 1812, **Roteiro da cidade de Santa Maria de Belém**, do mesmo autor; em 1820, **Quinta parte do Tesouro descoberto no Rio Máximo Amazonas**, do Pe. João Daniel. Além disso, a tipografia publicou em 1814 as **Aventuras Pasmoza do Celebre Barão Munkausen**, que descrevia sua viagem à Lua e Canícula.

Museu e do Jardim Botânico, criados por D. João na capital. As duas instituições eram símbolos da civilização, do urbano e do progresso, inspiradas no modelo dos grandes museus europeus, particularmente do Museu de História Natural de Paris.

Convém destacar que, ao longo do século XIX, cresce na Europa o interesse científico pelo Brasil. As novas inquietações provocadas pelo pensamento científico e o surgimento de uma curiosidade pelos fenômenos da natureza, pelo exótico e pelo selvagem, atrelados ao interesse das nações europeias pelos territórios de além-mar ainda pouco conhecidos e explorados, consolidaram tal atenção. Após 1808, como vimos, com a permissão da Corte, a circulação de estrangeiros naturalistas, botânicos, engenheiros, enfim, de interessados em história natural fomentou a publicação de inúmeras relações de viagem, que trataram de disseminar o conhecimento da flora e da fauna brasileiras pela Europa. A história natural, como salienta o redator do *Jornal Científico e Literário*, editado no Rio de Janeiro em 1826,

[...] oferece inumeráveis produtos dos três reinos animal, vegetal e mineral, cujas descrições curiosas e profícuas nos fornecem um avultadíssimo cabedal, para desempenharmos, com profusão, grande parte do que temos prometido; porém a seleção no aproveitamento de tais produtos, e de suas respectivas descrições, será sempre para nós objeto de suma atenção; pois que, dentre eles escolheremos os que refutarmos mais análogos aos requisitos físicos deste Império, e mais conducentes ao progresso dos melhoramentos de que ele é superabundante suscetível.¹¹¹

Relações de viagem, assim como os livros de ciências exatas, de medicina, de filosofia ou de história natural, para a intelectualidade carioca, eram veículos de instrução, porque traziam notícias de outros países acerca dos quais o Brasil poderia aprender coisas diversas, especialmente coisas relativas à navegação e ao comércio.

Depois do desembarque de D. João VI, como vimos, multiplicou-se o número de viajantes estrangeiros circulando pela capital, bem como por outras partes do território brasileiro. Trata-se de um momento especialmente rico no tocante às narrativas de viagem sobre o Brasil, um momento em que, ao receber tantos viajantes, o país passou a frequentar mais assiduamente os diários, cartas e relatórios científicos estrangeiros.¹¹²

¹¹¹ **Jornal Científico e Literário**, Rio de Janeiro, p. 92, 1826.

¹¹² Entendia-se por livros de viagem desde relatos científicos – que começaram a ser produzidos no século XVIII – até as correspondências pessoais, passando naturalmente pelos diários e relações.

Essas mudanças alteraram o modo de os nacionais enxergarem o estrangeiro. Se antes do estabelecimento da Corte o viajante era visto como um perigo, uma ameaça, após 1808, o estrangeiro passou a ser aquele que vem contribuir para o progresso cultural e a civilização do Brasil. Passados nove anos do desembarque de D. João VI, o austríaco Johann E. Pohl, teceu o seguinte comentário sobre o tratamento que recebeu dos nacionais: a “recepção era feita com muitas medidas e frases gentis; a pessoa era obrigada a sentar-se e convidada a considerar a casa como sua”. Além disso, “o estranho nunca deixava a casa sem ser convidado para o próximo encontro”.¹¹³ O pintor alemão Johann M. Rugendas, no entanto, que veio ao Rio em 1821, relatou que havia certa desconfiança com relação ao viajante estrangeiro, e que esta se assentava, principalmente, no medo de os estrangeiros fazerem fortunas à custa das riquezas do país:

Não é raro ouvirem-se amargas censuras dirigidas aos brasileiros acerca desse aspecto de seu caráter; mas os que se queixam com maior veemência não são os que teriam maior direito de fazê-lo e, para ser justo, é preciso convir em que a desconfiança do habitante do Brasil para com o europeu não é inteiramente justificável. Ela assenta na convicção de que os europeus que vêm para fazer fortuna, no comércio, nos empregos públicos ou de qualquer outra maneira, não têm nenhum amor ao país, nem aos seus habitantes; ao contrário, um absurdo orgulho fá-los afastarem-se destes últimos; pensam apenas em se enriquecer para levarem em seguida para a Europa o que tiverem juntado; e para atingir esse objetivo, mostram-se decididos não só a qualquer negócio no Brasil, mas até fugir do país.¹¹⁴

A despeito das desconfianças – naturais a qualquer movimento de circulação de pessoas adventícias –, os estrangeiros no Rio de Janeiro gozavam de credibilidade e eram tidos como modelo de modernidade. As descobertas e as apreciações sobre os costumes e a natureza tropical que esses estrangeiros difundiam despertavam muito interesse entre os brasileiros. Nesse sentido, contaram os naturalistas Spix e Martius que tudo aquilo que os dois encontravam durante suas andanças pelo território brasileiro era “[...] alvo da admiração da gente da cidade, que peregrinavam em multidão à nossa casa, para ver as riquezas de sua pátria, tão pouco conhecida deles próprios”.¹¹⁵

¹¹³ POHL, Johann E. **Viagem ao interior do Brasil empreendida nos anos de 1817 a 1821**. Trad. Milton Amado e Eugenio Amado. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1976, p. 46.

¹¹⁴ RUGENDAS, Johann M. **Viagem pitoresca através do Brasil**. 7. ed. Trad. Sérgio Milliet. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1979, p. 24-25.

¹¹⁵ SPIX, Johann B. von; MARTIUS, Carl F. P. von. **Viagem pelo Brasil**. Trad. Lúcia Furquim Lahmeyer. 3. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1976, p. 50.

Com a permissão real, e por vezes patrocinados por alguma Corte europeia, os viajantes oitocentistas percorreram longas distâncias observando o *novo*. A partir de suas observações, produziram um conjunto de imagens e textos que foram fundamentais para a construção da cultura brasileira e da imagem que os brasileiros passaram a ter de si próprios. Na visão da *intelligentsia* brasileira, os viajantes estrangeiros possuíam uma vantagem em relação ao nacional: não estavam presos à cultura local e, conseqüentemente, eram dotados de um olhar distanciado e “imparcial”, que lhes permitia perceber aspectos, incoerências e contradições da vida cotidiana, que o habitante local não conseguia notar. Nesse sentido, Hipólito da Costa, editor do *Correio Brasiliense*, assinalou: “um estrangeiro pode ver muitos objetos por diferentes faces, e melhor do que os naturais, a quem os prejuízos, e o hábito, muitas vezes, impedem de ver seus próprios defeitos”.¹¹⁶

José da Silva Lisboa, o Visconde de Cairu, apontou que os viajantes, sobretudo os naturalistas que tinham por motivação o amor à ciência, produziam relatos desinteressados (e portanto científicos), úteis ao desenvolvimento do país e ao conhecimento de suas riquezas naturais. No livro *Estudos do bem-comum e economia política* (1819), Silva Lisboa, ao analisar a narrativa de viagem do Príncipe Maximiliano Wied,¹¹⁷ ressalta:

Antes de concluir esta Seção, pareceu-me conveniente aqui transcrever as seguintes amostras da Obra enunciada no princípio dela; por terem afinidade com as matérias expostas, e pelo *desinteressado* testemunho que um Príncipe estrangeiro da sobre o estado atual deste reino, manifestando a sua elevação de caráter, e pureza de verdade.¹¹⁸

Estudos do bem-comum e economia política, publicado pela Impressão Régia em 1819, dedicou-se à análise do pensamento econômico de Adam Smith e das políticas industriais. No entanto, ao traduzir e analisar as obras de grandes pensadores da época, particularmente de economistas, Lisboa viu-se obrigado a explorar os estudos dos viajantes naturalistas, como observou na seguinte passagem:

Talvez pareça ter feito excêntrica digressão da Economia Política para a História natural e Corográfica: não é assim. Porque, sendo o objeto da Ciência Econômica a promoção da Indústria e Riqueza Nacional, e, tendo-

¹¹⁶ **Correio Brasiliense ou Armazém literário**, Londres, v. XVI, n. 93, p. 141, 1816.

¹¹⁷ O Príncipe Maximiliano Wied veio ao Brasil com recursos pessoais, e circulou pelo território brasileiro entre 1815 e 1816 em busca de novos espécimes.

¹¹⁸ LISBOA, José da S. **Estudos do bem-comum e economia política**. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1820, t. II, p. 114 (grifo nosso).

me proposto nesta *Secção* o enumerar as causas da *Ativa Indústria*, era pertencente á matéria indicar um dos mais dignos empregos de Indústria Literária, e manancial da opulência deste Reino, onde ainda estão mui desconhecidas as suas grandes Fontes de Vida, e Riqueza do Estado, que só com as *Viagens Filosóficas* dos Indagadores e *Intérpretes da Natureza* se podem mais fácil e brevemente descobrir.¹¹⁹

Silva Lisboa, em diversas passagens, enfatiza a magnificência e a abundância dos recursos naturais do Brasil. O europeu, segundo conta, “transportado pela primeira vez a estas regiões tropicais, é em toda parte encantado com as belezas da Natureza; sobretudo com a luxuriante riqueza da vegetação”.¹²⁰ Na *Natureza* – esmiuçada pelos naturalistas – residia, portanto, todas as possibilidades para o pleno desenvolvimento do país. No capítulo seguinte (XXVIII), Cairu atenta para as observações de outros viajantes, dentre os quais destaca o trabalho do naturalista francês Auguste Saint-Hilaire – que nem mesmo havia ainda sido publicado, demonstrando que a elite fluminense estabeleceu laços com os estrangeiros que estavam em missão científica pelo Brasil. Para Lisboa, o trabalho de um “sábio estrangeiro”, como Saint-Hilaire, era esperado ansiosamente pelo público, e com razão, uma vez que “de suas notórias luzes, e exemplar ardor literário, [viriam] interessantes exames das maravilhas da Natureza”.¹²¹ Mais adiante o autor cita as expedições setecentistas de John Barrow e Lord Marcatney, e as de Mawe, Eschwege, Koster e Langsdorff, que datam do início do século XIX.

O trabalho intelectual de José da Silva Lisboa foi importante para a cultura da época. Como membro da Junta Censória, Lisboa publicou inúmeros trabalhos pela tipografia real, nos quais compilou, traduziu e analisou algumas das principais obras de seu tempo. Otimista com os progressos que a nação alcançou depois da vinda Corte, Cairu procurou em seus escritos estabelecer comparações entre o Brasil e outros países da Europa e da Ásia, a fim de que a *intelligentsia* fluminense aprendesse os meios de civilizar-se. Sob tal perspectiva, os relatos de viagem foram fundamentais para o seu raciocínio.

Os periódicos cariocas do período também mencionaram largamente os viajantes e a literatura de viagem. Em geral, as narrativas apareciam como indicações de leitura e eram analisadas integralmente pelo redator, que traduzia os excertos de maior relevância. Além disso, havia a preocupação de oferecer ao leitor

¹¹⁹ LISBOA, José da S., op. cit., p. 125.

¹²⁰ LISBOA, José da S., op. cit., p. 116.

¹²¹ Ibidem, p.120.

um panorama geral da obra, com a divisão dos capítulos e o resumo do conteúdo dos mesmos. Em alguns jornais, havia uma seção dedicada a publicações do gênero, sob a alcunha de “Viagens”, como é o caso do *Jornal Científico e Literário* (1826). Em outras publicações, os livros de viagem apareciam indicados nas seções de “Litteratura e Sciencias”; ou ainda figuravam na seção “Miscellanias”, ou mesmo na seção “Obras Publicadas”. Pelo menos até 1836, o número de referências a relações de viagem sobre outros países, especialmente aos países do continente asiático, é maior que as relações sobre o Brasil, o que indica que se pretendia apresentar ao público leitor outros modelos de sociedade, que não a de raiz portuguesa.

Hipólito da Costa, o responsável pelo *Correio Brasiliense*, demonstrou ter um apreço muito especial pela literatura de viagem. A cada número de seu jornal editado em Londres – mas com ampla circulação no Rio de Janeiro –, a seção de “Litteratura e Sciencias” apresentava as obras que acabavam de ser lançadas na Inglaterra e em Portugal, das quais um número significativo era do gênero narrativa de viagens. Hipólito traduzia passagens e comentava o conteúdo das narrativas, destacando, particularmente, excertos que mencionavam as descobertas científicas, os avanços nas artes e na literatura, a descrição de hábitos e do desenvolvimento industrial da sociedade descrita. Quando se tratava de uma relação sobre o Brasil, o redator era ainda mais minucioso e convertia para a língua portuguesa trechos longos e, às vezes, todo o fragmento relativo ao país. As narrativas de viagem, segundo Hipólito da Costa:

Além da instrução geral que se adquire lendo as narrações de viajantes, estas tem um interesse particular para os Leitores de nosso Periódico, pela grande parte que o Brasil ocupa nas observações; porquanto, não pode ser indiferente aos habitantes do Brasil as reflexões, que fazem as pessoas sensatas, que visitam seu país; sobre os seus costumes, legislação, comércio, etc.¹²²

No primeiro volume do *Correio*, Hipólito escreveu sobre a importância do viajante: “Ninguém é mais útil, pois, do que aquele que se destina a mostrar, com evidencia, os acontecimentos do presente, e desenvolver as sombras do futuro”.¹²³ A importância que conferia aos viajantes e às suas obras seria confirmada com a indicação e análise de diversas obras do gênero ao longo dos treze anos de

¹²² *Correio Brasiliense ou Armazém literário*, Londres, v. XVI, n. 93, p. 141, 1816.

¹²³ *Ibidem*, v. I, n. 1, p. 2, jun. 1808.

existência do *Correio Brasiliense*. A lista de livros de viagem sugeridos ou comentados pelo *Correio Brasiliense* é extensa, praticamente a cada número aparecem uma ou duas referências ao gênero. A literatura de viagem possuía um público leitor consolidado na Europa, e cada vez mais ganhava apreciadores no Brasil. Além disso, quando se tratava de relatos sobre o Brasil, as opiniões que ali eram expressas, por vezes, assumiam, nas páginas do *Correio*, o papel de afirmar e apoiar as ideias e projetos para o país do próprio Hipólito.

No v. VI, editado em 1810, Hipólito traduziu um artigo que havia saído no *Review* de Edimburgo, sobre o livro de Alexander von Humboldt, *Essai Politique sur l'île Royane de La nouvelle Espagne*, lançado em 1809. O redator justifica-se afirmando que seu periódico abordaria “todas as notícias importantes do tempo, que diziam respeito à América”, e por esta razão se vê “obrigado a mencionar esta obra, para dar uma ideia dela aos nossos leitores na outra parte do Atlântico, e para ter ocasião de retificar algumas proposições, que os Revisores de Edimburgo avançaram nesta análise”.¹²⁴ Convém destacar que Humboldt – considerado o pai dos naturalistas – realizou excursões por diversos pontos da América do Sul,¹²⁵ voltando para Paris em 1804. Suas viagens científicas lhe renderam uma exposição de plantas e uma obra de 30 volumes com observações do clima, dos costumes locais, da agricultura, do comércio, dos meios de defesa e da política, que foram escritos entre os anos de 1805 e 1825.

Humboldt, ao publicar seus livros de viagem, despertou o interesse pelo continente americano entre os naturalistas, pintores e outros viajantes europeus. As ideias humboldtianas foram inspiradoras da ilustração na América. A natureza, a partir de Humboldt, foi tratada “como objeto científico e não apenas como correlato estético ou espaço de projeção filosófica. Essas mudanças se relacionam ao fim da ‘visão do paraíso’ e das imagens depreciativas da filosofia da Ilustração”.¹²⁶ Hipólito salientou que a obra de Humboldt não apenas tratava dos assuntos comuns às narrativas de viagem (costumes, clima, agricultura e comércio), mas também apresentava “excelentes cálculos estatísticos” que davam a “mais clara ideia do

¹²⁴ **Correio Brasiliense ou Armazém literário**. v. IV, n. 25, p. 611, jun. 1810.

¹²⁵ Mas curiosamente não esteve no Brasil, porque as autoridades portuguesas o impediram de transitar em território brasileiro por considerá-lo um espião.

¹²⁶ VENTURA, Roberto. **Estilo tropical**: história tropical e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 27.

Reino do México”, ideia esta que nenhuma obra anterior havia conseguido oferecer a seus leitores.¹²⁷

Em 1811, no n. 33, o *Correio* comentou a narrativa de viagem a Portugal, entre 1808 e 1809, de Guilherme Granville Elliot, capitão do Regimento Real de Artilharia, livro que acabava de ser lançado em Londres. Hipólito traduziu o capítulo nove (“Artes, Sciencias, Agricultura e Manufatura de Portugal”), do *Tratado sobre a defesa de Portugal, com um mapa militar do País*; [...] no qual Elliot descreve traços que considera negativo no caráter e na organização da sociedade lusitana. Para o militar inglês, o atraso em relação às artes, as restrições impostas pela Corte à imprensa, aos livreiros e aos livros existentes deixavam a nação cair num obscurantismo inaceitável, para um povo que pretendia alcançar a modernidade. Além disso, serviços essenciais, como os médicos, eram realizados por profissionais desqualificados que misturavam empirismo e superstição religiosa. Malgrado os excessos cometidos por Elliot, suas observações eram importantes porque mostravam aos portugueses onde estavam seus principais equívocos, podendo então corrigi-los. Segundo Hipólito:

As observações de um estrangeiro, que viaja a Portugal, com as vistas de escrever depois as suas reflexões sobre o país, devem sempre interessar aos naturais daquela terra, ainda que a brevidade do tempo, os prejuízos, ou as ocupações da profissão do autor possam ocasionar faltas de exatidão em seus juízos, e até nas informações que adquire, e que deseja comunicar aos seus compatriotas; porque como todos os homens, por uma tendência natural, desejam sempre disfarçar seus próprios defeitos, o estrangeiro que os nota oferece ocasião de os corrigir; principalmente em um país, aonde a escravidão da imprensa impede aos nacionais o expor dos vícios pátrios, e procurar a sua emenda por meio da discussão pública, que é o modo mais natural, e eficaz, de se ilustrarem os homens uns aos outros.¹²⁸

Ao comentar as obras publicadas em língua portuguesa (no n. 46), Hipólito destacou o livro editado (em 1810) pela Impressão Régia do Rio de Janeiro, *Roteiro e Mappa da viagem da cidade de S. Luiz do Maranhão até a Corte do Rio de Janeiro*, que trazia os passos da viagem do coronel português Sebastião Gomes da Silva Belford. Para o redator, a obra de Belford era importante não somente por oferecer uma descrição dos caminhos percorridos pelo viajante para chegar à capital, como pelas observações sobre a população do interior do Brasil; por conta disso, Hipólito prometia analisá-la em outras edições de seu jornal.¹²⁹

¹²⁷ VENTURA, Roberto. op. cit., v. IV, n. 25, p. 612, jun. 1810.

¹²⁸ **Correio Brasiliense ou Armazém literário**, v. VI, n. 37, p. 134-135, jun. 1811.

¹²⁹ *Ibidem*, v. VIII, n. 46, p. 295, ago. 1812.

A primeira narrativa a respeito do Brasil a ser comentada por Hipólito da Costa foi a do mineralogista inglês John Mawe, intitulada *Travels in the Interior of Brazil*, cuja publicação é datada de 1812. Assim que a obra de Mawe saiu dos prelos londrinos, o redator do *Correio* fez questão de comentá-la porque a considerava importante para o desenvolvimento intelectual do Brasil. John Mawe, como mencionamos, foi um dos primeiros estrangeiros a receber permissão de D. João VI para examinar as riquezas naturais do território brasileiro. A publicação de seu relato fazia parte do acordo que o viajante estabeleceu com o Príncipe Regente e, segundo Hipólito, trazia a “descrição de um país, que seus naturais não tinham permissão de examinar”.¹³⁰ Por isso, as impressões do mineralogista eram de extrema importância para um país em formação como o Brasil, que muito podia aprender com os apontamentos feitos por um estrangeiro, sobretudo um europeu. Nesse sentido, Hipólito escreve:

Por mais prejudicado que pareça um estrangeiro, que publica as suas viagens a um país nascente, como é o Brasil, sempre os naturais do país o devem ouvir; e com tanta mais atenção, quanto mais acerbas fazem as acusações e críticas que ele fizer; porque é este o meio de emendar muitos males do Estado. O A. [autor] seguramente não poupou nem o governo, nem o povo do Brasil; e tanto mais obrigados lhe devem ficar; se as suas observações forem justas.¹³¹

O redator dedicou uma extensa parte de seu periódico ao relato de Mawe, e traduziu trechos que, em sua concepção, deveriam ser lidos pelos brasileiros, trechos em que o viajante dissertava sobre os passos a serem dados pelo Brasil para se desenvolver culturalmente e se civilizar. Num deles (extraído do capítulo XVI, de *Travels in Interior of Brazil*), Mawe escreveu sobre o estado de diferentes capitanias do Brasil, observando aspectos como o clima, a agricultura, o comércio, etc., e, a partir de tal observação, apontou alguns obstáculos à modernização do país:

Quando se considera o estado atual deste país de minas, e se comparam os seus ricos recursos com a falta de ciência, que impede aos habitantes o aproveitar-se deles; quanto não é para desejar que o Governo estabelecesse e animasse sociedades econômicas, segundo o plano da nossa Sociedade das Artes, Manufaturas, e Comércio, em que se fizessem indagações sobre estas úteis artes. [...] Deveriam comprar-se publicações científicas, e todos os meios de promover a cultura das ciências entre os habitantes. Nas sessões das sociedades se discutiriam com particular atenção todas as medidas tendentes ao aumento do comércio do distrito.

¹³⁰ **Correio Brasiliense ou Armazém literário**, Londres, v. IX, n. 51, p. 253, ago. 1812.

¹³¹ *Ibidem*, v. IX, n. 52, p. 435, set. 1812.

Se formassem tais sociedades, debaixo do patrocínio do Príncipe Regente, era de esperar grandes melhoramentos em todas as repartições [...], aprenderia o povo a avaliar as bênçãos, com que a natureza tem enriquecido o seu país; introduzir-se-iam os novos descobrimentos da Europa; à proporção que se fizessem mais iluminados, viriam a serem mais industriosos, e levariam vantagens a seus vizinhos, que olhariam para eles pela instrução, e pelo exemplo.¹³²

Diante de tal raciocínio, Hipólito pede aos seus leitores que reflitam sobre o sistema de leis adotado pelo governo do Brasil, a fim de perceberem se os melhoramentos sugeridos pelo estrangeiro poderiam ou não ser aplicados no país. Ao que parece, o redator do *Correio Brasiliense* concordava com os apontamentos feitos por Mawe no que tange ao desenvolvimento da cultura e da civilização nos trópicos. Ambos reconheciam que a vinda da Corte havia alterado a paisagem da capital do Brasil e que as medidas do Príncipe Regente estavam melhorando as condições da instrução no país.

Não pode haver dúvida que os atuais iluminados ministros da Corte do Rio de Janeiro trabalharão em promover as ciências entre um povo tão capaz de ser nelas provecto; e de converter a sua aquisição em fins úteis. Da introdução de tal medida, se deve datar uma total mudança no caráter moral, e costumes gerais dos Brasileiros; comunicar-se-ia a instrução a todas as classes; e os conhecimentos úteis descendo de pais e filhos, se difundiriam bem depressa. Isto seria o verdadeiro fundamento e alicerce da prosperidade do país, porque talvez não há no mundo um território tão rico em produções naturais, e ao mesmo tempo tão desprezado por falta de uma população instruída e industriosa.¹³³

No ano seguinte (n. 61), Hipólito novamente mencionou uma narrativa sobre o Brasil. Tratava-se do relato da primeira viagem do naturalista russo George Langsdorff – que anos mais tarde se tornaria Cônsul Geral no Brasil – ao país. Neste livro, *Langsdorff's Voyages and Travel*, o autor narra sua passagem pelo território brasileiro, Kamschatka e Japão, entre 1803 e 1807. Para Hipólito, o naturalista conseguiu produzir uma narrativa popular, na qual descreveu os traços culturais mais interessantes das nações visitadas, sem deixar de lado os aspectos comerciais e produtivos de cada região.¹³⁴

¹³² **Correio Brasiliense ou Armazém literário**, v. IX, n. 52, p. 440-441, set. 1812.

¹³³ *Ibidem*, v. IX, n. 52, p. 441-442, set. 1812.

¹³⁴ *Ibidem*, v. X, n. 61, p. 727, jun. 1813.

Outro relato sobre o Brasil apareceu nas páginas do *Correio Brasiliense* em 1816. As impressões do viajante inglês John Turnbull, *Viagem em torno do Mundo, nos Annos de 1800, 1801, 1802, 1803, e 1804*, recebeu atenção especial pelo redator e, assim como a narrativa de John Mawe, trechos extensos foram traduzidos a fim de que os brasileiros pudessem aprender com os apontamentos de um estrangeiro a respeito de seu país.

Turnbull deixou o porto de Portsmouth em maio de 1800, com destino ao Oriente. Em agosto do mesmo ano o viajante ancorou na Bahia de Todos os Santos, onde permaneceu por apenas cinco dias, tempo que era permitido pelas autoridades lusitanas. Apesar da estada curta, segundo Hipólito, o viajante dedicou significativo espaço de sua narrativa à descrição do Brasil, e por esta razão merecia ser mencionado no *Correio...*. Além de algumas observações gerais sobre a cidade baiana e seus habitantes, o comerciante inglês procurou destacar que o Brasil, uma colônia rica e próspera, seria de grande valia para os interesses comerciais do Império Britânico. Hipólito destacou o preciosismo nas informações que o viajante forneceu:

[...] as amplas notícias, que se acham nesta obra, a respeito do Mar do pacífico, são mais amplas, e mais bem averiguadas, do que achamos nos viajantes que precedem o A., e não podem deixar de interessar muito aos Brasilienses. O estilo é simples, a narração variada, e as descrições vivas; e considerando que A. empreendeu a sua viagem para especulações mercantis, e não para indagações científicas, o merecimento da obra vai muito além do que o Leitor teria direito de a esperar.¹³⁵

No mesmo ano (n. 101), Hipólito da Costa fez referência a outro visitante de nossas terras, desta vez, o redator informa sobre a publicação de *Koster's Travel in Brazil*, do inglês Henry Koster. Destaca o periódico que Koster permaneceu por seis anos no nordeste brasileiro, excursionando pelas principais cidades da região. Por esta razão *Viagens no Brasil* traz, segundo o periódico, uma boa imagem do que era o Brasil oitocentista, ressaltando usos e costumes do povo nordestino.¹³⁶

Nesse mesmo número, Hipólito mencionou também, mas sem comentá-lo mais detidamente, o primeiro volume da obra de Robert Southey, intitulada *Southey's Brazil*, traduzida para o português como *História do Brasil*, um dos primeiros livros estrangeiros a narrar a história da colônia portuguesa na América.¹³⁷

¹³⁵ **Correio Brasiliense ou Armazém literário**, Londres, v. XVI, n. 94, p. 240, mar. 1816.

¹³⁶ *Ibidem*, v. XVII, n. 101, p. 452, out. 1816.

¹³⁷ *Ibidem*, v. XVIII, n. 106, p. 243, mar. 1817.

Na edição seguinte, outro relato de viagem sobre o Brasil era mencionado. Desta vez o periódico londrino destacou o livro *Shilliber's Voyage to Pitcairn's Island*, de John Shillibeer. O diplomata inglês esteve de passagem pelo Brasil em 1814, e dedicou dois capítulos para contar suas impressões sobre a cidade do Rio de Janeiro, onde ficou hospedado. Hipólito ressaltou a importância do trabalho de Shillibeer, especialmente no que concerne aos desenhos feitos na capital fluminense.¹³⁸

Na edição de setembro de 1817 (n. 112), Hipólito dedicou algumas páginas de seu periódico para analisar a obra *Des trois derniers Móis de l'Amérique meridional at du Brazil*, escrita pelo francês Mr. De Pradt, ex-acerbispo de Mechlin. Logo na introdução do artigo, o redator justificou sua escolha nos seguintes termos:

Este autor, já celebre pelas suas *Três idades das Colônias*, e outras obras, escreveu agora sobre matérias, de que lhe era difícil obter informações corretas, e substituiu muitas vezes os frutos de sua imaginação, em vez de fatos e observações, que lhe ficavam fora de seu alcance; mas como é muito importante saber o que os estrangeiros pensam à cerca de nosso país, daremos aqui alguns extratos, que tendem a fazer conhecer os caracteres desta obra, adindo-lhe ao mesmo tempo a nossa opinião, sobre as matérias que tocamos; uma sobre o Governo do Brasil; e outras sobre as Colônias Espanholas da América.¹³⁹

Observa-se que Hipólito pretendia corrigir alguns supostos equívocos do pensamento de Mr. de Pradt a respeito da América portuguesa. O primeiro deles, de acordo com o redator, seria a posição política ocupada por Lisboa e pelo Rio de Janeiro depois da transferência da Corte. Para Pradt, a vinda de D. João para o Rio teria invertido os papéis: o Brasil passava a ser a metrópole, e Portugal a colônia. Segundo Hipólito, tal colocação era despropositada, uma vez que a maior diferença (a partir de 1808) advinha das relações comerciais entre os dois países e não do lugar onde estava instalada a Corte joanina, pois, como “consequência de haverem os franceses ocupado Portugal, houve a absoluta necessidade da abertura dos portos do Brasil ao comércio com estrangeiros”.¹⁴⁰ Mr. de Pradt demonstrou não concordar com a decisão de D. João VI de abrir os portos, o que para Hipólito não faz sentido, já que o redator diz ter sido uns dos “passos mais acertados”, dentre as diligências do Príncipe Regente. No que tange à modernização política necessária

¹³⁸ **Correio Brasiliense ou Armazém literário**, v. XVIII, n. 107, p. 380-381, abr. 1817.

¹³⁹ *Ibidem*, v. XIX, n. 112, p. 270-288, set. 1817.

¹⁴⁰ *Ibidem*, v. XIX, n. 112, p. 288, set. 1817.

ao Brasil ambos concordam sobre esse assunto. Ao reproduzir um excerto da obra de Pradt, Hipólito assinalou:

Até aqui concordamos plenamente com o Autor; porque a falta de melhoramentos políticos no Brasil se deve, quanto a nós, imputar um sistema, que o Ministério tem seguido, de conservar no Brasil as instituições coloniais que ali se achavam, e criar instituições à imitação das que existiam em Portugal, sem inventar uma só medida, das de grande momento, aplicável às circunstâncias do Brasil.¹⁴¹

No entanto, muitos foram os pontos de divergência entre Hipólito e Pradt. Para o redator do *Correio*, em diversos momentos o ex-acerbispo cedeu à sua veia artística e escreveu “mais como um poeta do que um político, deixando correr à rédea solta a ‘viveza’ de sua imaginação”.¹⁴² Ao concluir, o redator sugere ao religioso francês que leia algumas matérias do *Correio Brasiliense*, publicadas em edições anteriores, e retifique os equívocos de seu trabalho. O livro de Pradt também foi citado em outros jornais, como veremos mais adiante.

No n. 118, desse mesmo ano, lia-se a notícia da publicação pela impressão Régia da *Corographia Brazilica*, obra de extrema importância para o entendimento da divisão territorial do Brasil, como demonstrou Hipólito ao comentá-la:

Saiu à luz: *Corographia Brazilica*, aonde se expõem a divisão, extensão e limites de suas províncias; a descrição do atual estado de cada uma delas, indicando que ali há de mais notável, como sejam as suas povoações, rios, lagos, montes, portos, cabos, mineralogia, animais, botânica, produções de agricultura e indústria: a época e o método da sua colonização, etc. precedida da história desde o seu descobrimento em 1.500 até 1.532, em que este país foi repartido em capitánias, com um apêndice das duas províncias civilmente anexas à Província do Grão Pará; com as alterações, que tem havido até o presente ano.¹⁴³

Em 1818, após apresentar uma lista extensa de livros, o *Correio* noticiou a publicação de *Mawe's Catalogue of Minerals*. Segundo Hipólito, tratava-se de um “novo catálogo descritivo de minerais, seguindo, em geral, o sistema de *Werner*. Com estampas e explicação dos foles hidráulicos, e aparato de Lapidários”. O responsável por esta compilação foi J. Lauve, com o contributo de John Mawe, cujo relato de viagem já havia sido comentado pelo periódico londrino na ocasião de sua primeira edição, em 1812.¹⁴⁴

¹⁴¹ *Correio Brasiliense ou Armazém literário*, v. XIX, n. 112, p. 275, set. 1817.

¹⁴² *Ibidem*, v. XIX, n. 112, p. 277, set. 1817.

¹⁴⁴ *Ibidem*, v. XX, n. 118, p. 581-582, mar. 1818.

Nesse mesmo ano (no n. 122), o periódico londrino noticiou a publicação de *Morier's New Travels in Pérsia*. Viagem realizada por Jaimes Morier pela Pérsia e Constantinopla, nos anos de 1810 e 1816, contendo também trechos relativos à sua passagem pelo Brasil, por Bombaim e pelo Golfo Pérsico, compilado pelo Embaixador Gore Ousley.¹⁴⁵ Apesar de Morier ter permanecido no Brasil por pouco mais de dez dias, sua relação descreve a situação dos escravos, a organização cidadina e as políticas do primeiro regente que acabou de ser coroado primeiro Rei do Brasil e Portugal.

O n. 126 traz a notícia sobre a viagem a ser realizada pelo Barão Alexandre Humboldt à Índia, sob o patrocínio do Rei da Prússia. Hipólito deu destaque à obra de Humboldt, exaltando o importante trabalho de pesquisa desenvolvido por este viajante em diversas regiões da América e em outras partes do mundo. Para corroborar o seu raciocínio, Hipólito da Costa achou por bem reproduzir uma carta, do Rei Frederico Guilherme da Prússia, reclamando os valorosos serviços de Humboldt:

Já tendes, pelas vossas viagens na América Meridional, e pela linda obra em que tendes registrado os seus frutos, ganhado uma fama, que redundará não menos em glória de vosso país natal, do que vantagens das ciências. Não duvidamos que se tirarão os mesmos resultados, das viagens, que novamente intentais [...]. Além disto vos faremos presente de todos os instrumentos matemáticos e físicos, que forem necessários para as vossas indagações; os quais os instrumentos porém, quando voltareis, ficarão propriedade do Estado, e serão depositados em um lugar que lhes será destinado, depois da terminação de vossas viagens.¹⁴⁶

O *Correio*, em seu n. 133, informava a tradução para o português do relato de viagem do capitão James Cook, sob o título de *Viagem do Capitão Cook à roda do mundo*. Conhecido por ter empreendido três importantes viagens de circunavegação, Cook foi referenciado por outros jornais fluminenses (como veremos adiante), suas impressões se tornaram célebres na Europa, tendo sido editado inúmeras vezes.¹⁴⁷

Outra publicação noticiada nesta mesma edição era o livro *Viagens do Capitão Dampier*, do escritor pirata e navegador inglês William Dampier. De acordo

¹⁴⁵ **Correio Brasiliense ou Armazém literário**, v. XXI, n. 122, p. 58, jul. 1818.

¹⁴⁶ GUILHERME, Frederico citado pelo **Correio Brasiliense**, v. XXI, n. 126, p. 525-526, nov. 1818.

¹⁴⁷ **Correio Brasiliense ou Armazém literário**, Londres, v. XXII, n. 133, p. 590, jun. 1819.

com Hipólito, o registro do capitão sobre sua passagem pelo Brasil havia sido traduzido para o português e impresso pela Tipografia de Lisboa naquele ano.¹⁴⁸

A última obra de um estrangeiro sobre o Brasil noticiada pelo periódico, em 1819, foi a *Southey's History of Brazil*. Desta vez, Hipólito abordava o terceiro volume da *História do Brasil*, de Robert Southey. Segundo o editor, este volume continha uma descrição pormenorizada do Brasil no início dos oitocentos.¹⁴⁹

No ano de 1820, o *Correio Brasiliense* informou que a relação *Brackenridge Voyages to South América* acabava de ser editada em Londres –traduzida para o português como *Viagens pela América do Sul*. A expedição de Brackenridge pretendia percorrer diversas regiões da América do Sul, entre elas o Brasil e, sobretudo, o Rio de Janeiro. Dentre seus membros, destacou-se M. Brackenridge, secretário da missão, por suas peregrinações pela cidade com o intuito de obter informações para as suas observações políticas. A pedido do governo norte-americano, Brackenridge privilegiou em sua descrição as formas de governo e a reação dos súditos às atitudes de seu Rei.

Nesse mesmo ano (v. XXIV), Hipólito deu destaque à publicação *Prince Maximilian's Travels in Brazil*, do naturalista Príncipe Maximiliano Wied. Este importante livro, de acordo com o redator, além de oferecer variadas estampas e imagens, resultado das observações do príncipe naturalista entre 1815 e 1817, continha uma análise das transformações políticas, científicas e culturais desencadeadas com a presença de D. João VI, figura por quem Maximiliano demonstrou ter muita afeição.¹⁵⁰

No último quartel do ano de 1820, no n. 150, aparecia a notícia sobre a publicação de *Luccock's Notes on Rio de Janeiro*. A publicação era fruto das experiências e observações de dez anos de residência do comerciante no país, entre 1808 e 1818. Continha, ainda, um apêndice, “descrevendo os sinais porque os navios entram no porto do Rio Grande do Sul; e numerosas tabelas de comércio, e um glossário de palavras Tupis”.¹⁵¹

No ano seguinte, Hipólito mencionou a então recente publicação da obra *Henderson on Brazil*. Relato de viagem de James Henderson, produzido durante sua passagem e estada em terras brasileiras, ressaltou nessas linhas os aspectos

¹⁴⁸ **Correio Brasiliense ou Armazém literário**, Londres, v. XXIII, n. 135, p. 142, ago. 1819.

¹⁴⁹ *Ibidem*, v. XXIII, n. 138, p. 525, nov. 1819.

¹⁵⁰ *Ibidem*, v. XXIII, n. 138, v. XXIV, n. 145, p. 573, jun. 1820.

¹⁵¹ *Ibidem*, v. XXV, n. 150, p. 509, nov. 1820.

relativos aos costumes, cultura, natureza e cotidiano da população local.¹⁵² Em 1822, Hipólito tornou a citar a obra de Henderson: passagens sobre a natureza e a geografia locais e considerações sobre o povo e as demais partes da América do Sul.¹⁵³

O *Correio Brasiliense* deixou de circular em 1822. Ao longo de sua existência, suas páginas noticiaram fatos e acontecimentos diversos, ocorridos em várias partes do mundo. Os viajantes apareceram em praticamente todos os volumes do periódico. Durante os anos em que foi publicado, seu editor, Hipólito da Costa, fez questão de referenciá-los como representantes das artes e das ciências, e, sobretudo, como testemunhas oculares dos acontecimentos naturais, sociais, culturais e políticos do mundo. Para o editor, os viajantes eram referência de civilidade e, portanto, portadores dos elementos para a constituição de uma civilização nos trópicos, em especial no Brasil.

O *Correio Brasiliense*, no entanto, não foi a única publicação de grande importância no Rio de Janeiro oitocentista a conferir espaço às narrativas de viagem. Os letrados do Rio de Janeiro editaram outros tantos jornais, semanários e anuários, muitos deles com referências à passagem de estrangeiros pelo Brasil, demonstrando o grande interesse que então se tinha pelo gênero narrativa de viagem e a sua importância para constituição da cultura letrada brasileira.

O periódico *O Patriota*, editado entre 1813 e 1814, é um bom exemplo. Apresentando um formato semelhante ao do *Correio Brasiliense* – extenso, quase um livro, com seções específicas –, o periódico carioca caracterizou-se por divulgar do saber científico às notícias políticas, passando pelo conhecimento literário, tudo com o intuito de formar intelectualmente seus leitores. *O Patriota* apresentou em suas seções o que o editor entendia ser um conjunto de *conhecimentos úteis aos cidadãos*: artes, agricultura, medicina, literatura, gramática filosófica, história, política, comércio, química, botânica, geografia e mineralogia. A sua missão era, antes de qualquer coisa, divulgar as luzes, divulgar as letras:

É uma verdade, conhecida ainda pelos menos instruídos, que sem a prodigiosa invenção das letras, haverão sido muitos lentos os progressos nas Ciências, e nas Artes. Por elas o Europeu transmite ao seu antípoda as

¹⁵² **Correio Brasiliense ou Armazém literário**, Londres, v. XXVI, n. 157, p. 627, jun. 1821.

¹⁵³ *Ibidem*, v. XXIX, n. 172, p. 326, set. 1822.

suas descobertas, e as mais doces sensações de sua alma, os mesmos suspiros (para falar como Pope) vão do polo à Índia.¹⁵⁴

Dentro dessa perspectiva, o periódico dá muita atenção aos estrangeiros (europeus), os detentores dos novos princípios científicos e das novas descobertas que tanto encantavam o mundo. Em quase todas as edições encontramos referências a estudos de franceses, alemães e ingleses sobre os mais variados temas: botânica, agricultura, política, literatura, entre outros. Os relatos de viagem também tiveram aí o seu espaço, uma vez que o gênero era tido como responsável pela circulação de novas descobertas e informações sobre as diversas regiões do globo.

Em seu primeiro número, editado em janeiro de 1813, a seção *História* analisou extratos da relação de viagem de José Joaquim da Silva, que narrava a sua excursão pelo sertão de Banguella em 1785. A análise desta obra estendeu-se pelos três números seguintes para tentar, segundo os redatores, captar o maior número de detalhes sobre a região africana descrita pelo viajante.¹⁵⁵

No n. 5, de maio de 1813, na seção *História*, os redatores reproduziram o relato da *Viagem a Capitania de S. Paulo à Vila Rica de Cuiabá*, mas não indicaram os autores. O registro do que se encontrou durante o trajeto é bastante minucioso, bem como a descrição da cidade situada no centro do país.¹⁵⁶ Ainda neste número, os redatores começaram a publicar uma história do Rio de Janeiro – que se estenderia por mais dez números –, onde a referência a alguns viajantes foi inevitável. *O Patriota* lembrou as investidas de Villagagnon, em 1555, para fundar uma colônia calvinista nos trópicos, experiência que deu origem à maior parte dos relatos de viagem a respeito do Rio de Janeiro quinhentista. Os autores destacaram a importância dos textos de Jean Léry e André Thevet, pois, por meio deles, o país tornou-se conhecido na Europa.

No segundo semestre de 1813, *O Patriota* analisou, por diversos números (entre o n. 1 e o n. 5) as viagens de célebres navegadores, destacando em seus registros a situação hidrográfica de diferentes regiões do mundo e as descobertas de novas ilhas e arquipélagos. O responsável por esta compilação foi Joaquim Bento da Fonseca, primeiro tenente da marinha luso-brasileira. Na primeira parte do

¹⁵⁴ **O Patriota: jornal litterário político e mercantil do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, n.1, p. III, jan. 1813.

¹⁵⁵ Ver: **O Patriota: jornal litterário político e mercantil do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, n.1, p. 92-100, jan. 1813; n. 2, p. 96, fev. 1813; n. 3, p. 49-59, mar. 1813.

¹⁵⁶ *Ibidem*, n. 5, p. 50-61, maio 1813.

estudo, publicada em julho de 1813 (n. 1), Fonseca justifica a escolha dos viajantes que iria abordar: “[...] ver-se-á que é somente às viagens de circunavegação que se devem essas Ilhas sem número, estes Arquipélagos férteis repartidos no Oceano Pacífico, enfim em todas estas terras, oferecem um vasto campo aos sistemas do Físico, e as meditações dos Filósofos”.¹⁵⁷

Aludindo à figura do navegador português Fernão Magalhães, Fonseca relembra outros homens que dedicaram suas vidas ao trabalho marítimo, passando por inúmeras privações e sustos ao longo de suas viagens, tais como: Dampier, Roggewein, Anson, Wallis, Carteret e Bongainville, Arnold, Handal, Mudge e Emery. Dentre uma lista extensa de importantes navegadores, Joaquim Fonseca destaca as descobertas de James Cook, La Pérouse, Vancouver e Entre-Casteaux. O capitão James Cook – dentre os quatro – foi o que recebeu maior atenção, graças às suas três viagens de circunavegação que, segundo o redator, deu ao mundo descobertas e informações novas e interessantes:

O objeto da viagem de Cook era reconhecer, e fixar com toda a precisão possível, as descobertas dos navegadores antigos, [...], por suas descobertas Cook mereceu atenção dos Acadêmicos da Europa, de sorte que a Sociedade Real de Londres em 1768 apresentou ao rei uma memória relativa aos fenômenos que relatou, expondo a utilidade das observações, que se poderiam fazer em diferentes partes do Globo, em todas as latitudes americanas.

[...].

Porém como depois dessa viagem, a opinião do continente Austral existia, e fixava a maior parte dos marítimos, e os geógrafos falavam sem cessar, S. M. B determinou uma segunda expedição, que foi entregue, como a primeira ao Capitão Cook, sendo seu principal objetivo indagar, de uma maneira séria, a existência ou a quimera do continente austral.

[...].

Relativo a sua terceira viagem, para que foi nomeado em 1776, tinha por principais instruções o reconhecimento das partes Ocidentais, do mar Pacífico Boreal, e procurar a passagem no Noroeste, entre os continentes d’Asia e América, o que tudo realizou, e demais, no seu regresso descobriu as ilhas de Sandwich, onde infelizmente acabou seus dias.¹⁵⁸

No terceiro número, lançado em setembro de 1813, *O Patriota* publicou um artigo que analisava o livro do inglês Andrew Grant, intitulado *History of Brazil*, de 1809. O autor deste artigo diz tê-lo escrito a fim de fazer um “exame de algumas passagens de um moderno Viajante ao Brasil, e refutação de seus erros mais

¹⁵⁷ **O Patriota: jornal litterário político e mercantil do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 17-18, jul. 1813.

¹⁵⁸ *Ibidem*, n. 1 n.1, p. 26-28, jul. 1813.

grosseiros”.¹⁵⁹ Para tanto, a sua resenha crítica apresentou com detalhes a obra de Grant, analisando-a capítulo por capítulo; ao final do texto, o redator carioca fez uma crítica pouco simpática ao trabalho:

O Sr. Grant parece que nunca esteve no Rio, o que eu creio, se não descrevesse tão fielmente o Vaux-hall do Rio. Não me consta que as guardas tenham por fim regular a distribuição de água, sim evitar as desordens, nem vi o povo esperando a sua quota parte com baldes. Sonhou o inglês e escreveu.¹⁶⁰

Em outro momento, o redator afirma que o Sr. Grant copiou um excerto da obra de John Barrow – viajante que visitou o Rio de Janeiro em 1792, quando estava a caminho da Cochinchina – reproduzindo uma estimativa errada sobre o número de habitantes do Rio de Janeiro.¹⁶¹ O livro de Grant voltou a ser analisado no n. 5, lançado em novembro de 1813.¹⁶²

Em 24 de março de 1821, o n. 3 do periódico *O Conciliador do Reino*, ao analisar os progressos do Brasil desde a chegada da Corte, recorreu à fala de alguns estrangeiros sobre o país. Primeiramente, o artigo mencionou o trabalho do Conde Chaptal – inspetor das fábricas da França – *Indústria Francesa*, de 1819, e reproduziu o seguinte comentário do autor: “a transmigração da sede do governo português para o Rio de Janeiro tem deslocado os interesses comerciais da Europa com Portugal: hoje convém dirigi-los para os ricos países do Brasil. Este país se há de elevar à alto grau de prosperidade, contanto que o Comércio permaneça livre”. No mesmo artigo, o jornalista aponta a visão de outros três estrangeiros sobre o assunto: Príncipe Maximiliano Wied, Robert Southey e Georg Langsdorff.

O jornal ressaltou que a obra *Viagem ao Brasil*, do Príncipe Maximiliano, apesar de ser uma recente publicação em alemão, já havia sido traduzida para o francês e o inglês. As passagens que o redator escolheu para ilustrar suas proposições dizem respeito à boa recepção que os estrangeiros passaram a receber depois de 1808 e à entrada de europeus como um componente importante para o desenvolvimento do país:

A transmigração do Soberano, e da sua Corte, não podia deixar de ter grande e benéfica influência neste país: a confiança tomou lugar a tímida

¹⁵⁹ **O Patriota: jornal litterário político e mercantil do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, n. 3, p. 72, set. 1813.

¹⁶⁰ Ibidem, n. 3, p. 72, set. 1813.

¹⁶¹ Ibidem, n. 3, p. 77, set. 1813.

¹⁶² Ibidem, n. 5, p. 66-77, nov. 1813.

desconfiança e permitindo-se a viajantes estrangeiros acesso à este campo de novas descobertas.¹⁶³

Adiante, foram as impressões do inglês Robert Southey, um dos primeiros estrangeiros a escrever um livro contando a história do Brasil, que o redator transcreveu para os leitores do periódico. Extraído da obra *História do Brasil*, o excerto escolhido elogia o rápido crescimento do país nas primeiras décadas do século XIX:

No Brasil o Comércio, Agricultura e População estão rapidamente crescendo, e são suscetíveis de quaisquer melhoramentos, que o benévolo Soberano, e um mistério sábio, possa introduzir. Todas as coisas ali tendem ao adiantamento do povo; ele é desejado de seu Governo: e se promove pelo teor das Leis, e é favorecido pelo espírito do século.¹⁶⁴

O terceiro e último estrangeiro citado pelo *Conciliador* foi o cônsul russo Georg Langsdorff – que empreendeu sua primeira viagem ao Brasil em 1803 e retornou em 1820, na liderança de uma expedição científica. O jornal cita um texto impresso em Paris, no final de 1820, no qual Mr. Langsdorff afirmou:

O meu fim é unicamente fazer conhecer a todos que tenham interesse na emigração para o Brasil, fatos incontestáveis, sobre este país que é pouco conhecido, e sobre o qual agora estão fixos os olhos do Universo. Todos os sucessos, e os que ainda hão de vir, não terão outra influência sobre a sorte dos Colonos mais que o consolidar as suas propriedades deste novo Reino.¹⁶⁵

O redator ainda destaca a comparação que o viajante fez entre o estado das colônias espanholas e o Brasil:

Enquanto observamos, entre a Espanha e as suas colônias, a discordância, guerra civil, e uma separação eterna, vemos (e veremos sempre) que os laços naturais entre Portugal e o Brasil, serão fortificados de dia a dia; e que Reino Unido criado pro D. João VI subirá, sem alguma dúvida, ao mais alto grau de potência e de prosperidade.¹⁶⁶

Em outro jornal, o *Diário do Rio de Janeiro*, editado também em 1821 e voltado para a publicação de anúncios, é possível encontrar alguns livreiros oferecendo livros de viagem: no n. 17, de 17 de junho de 1821, por exemplo, aparecia o seguinte anúncio publicado na seção de vendas: “Vende-se uma pequena coleção de Livros escolhidos de Direito Pátrio, Canônico e Civil com algum

¹⁶³ **O Conciliador do Reino**, Rio de Janeiro, n. 3, p. 25, 24 de março de 1821.

¹⁶⁴ *Ibidem*, n. 3, p. 26, 24 de março de 1821.

¹⁶⁵ *Ibidem*, n. 3, p. 27, 24 de março de 1821.

¹⁶⁶ *Ibidem*, n. 3, p. 28, 24 de março de 1821.

uso: e Livros de Viagem, quem quiser comprar procure nas casas da rua Ourives n. 155, onde achará o inventário, e seu preço”.¹⁶⁷

No n. 20, de 23 de junho de 1821, na seção *Notícias Populares*, surgiu o seguinte comentário que faz alusão à estreita relação que os estrangeiros tinham com os nacionais: “conta-se que no dia 20, na casa de José de Araújo, localizada na Rua Direita, 77, fizeram-se um jantar especial, e nele estavam presentes ilustres estrangeiros, que estavam de passagem pelo Brasil”.¹⁶⁸

No número seguinte, também na seção *Notícias Populares*, o capitão José Thomas Rodrigues narrou o seu encontro com a tripulação da fragata *Doris*, no porto da Bahia:

José Rodrigues, capitão da fragata d’Armada Real, tem a honra de fazer contar ao público que achando-se no dia XX de 1821 no Porto da Bahia, encontrou quando ancorava no Porto a fragata inglesa *Doris*, capitaneada por Thomas Graham. Na tripulação estavam sua esposa a sr. Graham e o pintor histórico Jacque Arago. A tripulação ia a direção ao Rio de Janeiro.¹⁶⁹

No n. 25, editado em 27 de junho de 1821, na seção *Vendas*, encontramos um anúncio de livros de viagem para vender:

José Apolinário Pereira tem para vender alguns livros, em segunda mão, próprios para aprender Gramática Latina, e também alguns livros franceses e Livros de Viagem, todos por preços muito módicos. Quem os quiser comprar dirija-se à rua dos Arcos, indo das Marrecas, lado direito passando o paredão o segundo sobrado de janelas de peitoril.¹⁷⁰

O n. 15, de 18 de julho de 1821, avisava que na rua do Ouvidor era possível encontrar livros diversos: “Quem quiser comprar Manuais de Engenharia, ou Elementos de Geografia, pratica de fortificação [...] e Livros de Viagem, procure a rua do Ouvidor, nº 1º que se vende por preços cômodos”.¹⁷¹

Nos *Anaes fluminenses de ciencias, artes e litteratura*, periódico carioca de vida efêmera (entre 1827 e 1828), ao tratar da diversidade natural encontrada ao Brasil, o redator dos *Anaes*, citou a obra do italiano Guiseppe Raddi, *Flora Brasiliense*, como uma referência das pesquisas naturais feitas por naturalistas

¹⁶⁷ **Diário do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, n. 17, p. 110, 17 de junho de 1821.

¹⁶⁸ *Ibidem*, n. 22, p. 154, 23 de junho de 1821.

¹⁶⁹ *Ibidem*, n. 23, p. 162, 25 de junho de 1821.

¹⁷⁰ *Ibidem*, n. 25, p. 174, 27 de junho de 1821.

¹⁷¹ *Ibidem*, n. 15, p. 119, 18 de julho de 1821.

estrangeiros. Segundo o redator, a obra apresenta “os procederes ao extrair, preparar, cardar, fiar, tecer e tingir as substâncias encontradas na flora”.¹⁷²

Nas seções do *O espelho diamantino: periódico de política, literatura, bellas artes, teatro e modas, dedicado às senhoras brasileira*, publicação editada entre 1827 e 1828, há também algumas referências a viajantes estrangeiros. No n. 5, de novembro de 1827, o periódico publicou uma carta do Barão de S. F. Hoffernberg, enviada ao redator do *Espelho Diamantino*, contando suas peripécias pelas terras brasileiras.¹⁷³ Nesse mesmo número, o redator reportou-se aos escritos de Mr. De Pradt – citado também por Hipólito da Costa, no *Correio Brasiliense* –, em um artigo que analisava a abdicação de D. Pedro I. Neste artigo o redator cita uma passagem do *Verdadeiro systema da Europa concernente a América etc.*, lançado em 1825, no qual o arcebispo, ao avaliar as potencialidades do país recém-independente, fez a seguinte afirmação: “O Brasil debaixo de nenhuma relação, não tem necessidade de Portugal. Ele lhe pede senão uma coisa, que é cessar de ocupar-se com ele”.¹⁷⁴

No número seguinte o editor do periódico tratou da obra *Voyages Autour du Monde*, do pintor francês Jacques Arago, ressaltando a visão do estrangeiro quanto à falta de sensibilidade dos brasileiros em relação às belas artes. O periódico reproduziu uma passagem na qual Arago questionava a qualidade da arte produzida no Brasil, e assinalou que malgrado a produção artística ser muito recente e rudimentar, as iniciativas de D. João VI, em 1816, de trazer professores estrangeiros para fundarem a Academia de Belas Artes, foram de extrema importância para seu início. O redator salientou, ainda, o papel fundamental de Mr. Grandjean para o melhoramento arquitetônico da cidade, e concluiu o artigo afirmando que foi a iniciativa da Corte, ao convidar esses estrangeiros, que garantiu a melhoria da infraestrutura na capital bem como o refinamento do gosto artístico dos nacionais.¹⁷⁵

O editor do *Espelho Diamantino* fez uma longa apreciação da missão francesa, ressaltando suas potencialidades e apontando os problemas que enfrentou por conta de intrigas e picuinhas pessoais. Nas palavras do editor:

¹⁷² **Anaes fluminenses de sciencias, artes e litteratura**, Rio de Janeiro, n. 3, p. 8, s/d.

¹⁷³ **O espelho diamantino**: periódico de política, literatura, bellas artes, teatro e modas, dedicado às senhoras brasileiras (1827-1828), Rio de Janeiro, n. 5, p. 80-82, nov. 1827.

¹⁷⁴ **O espelho diamantino**: periódico de política, literatura, bellas artes, teatro e modas, dedicado às senhoras brasileiras (1827-1828), Rio de Janeiro, n. 6, p. 102-103, dez. 1827.

¹⁷⁴ *Ibidem*, n. 6, p. 103, dez. 1827.

¹⁷⁵ *Ibidem*, n. 6, p. 101-102, dez. 1827.

[...] se o governo, com bastante despesa, não tivesse mandado vir em 1816 uma colônia de Professores do maior merecimento, em todos os ramos das belas artes; infelizmente uma medida tão liberal não teve os resultados que deveria ter, pois que imediatamente a intriga tomou por sua conta torná-la inútil, deixando sem discípulos e sem obras, com módico ordenado que mal chegava a viver, homens hábeis que assim ficaram inutilizados, de forma que, a maior parte, já tem retirado, e os outros estão a ponto de fazer o mesmo, e se alguma produção destes Mestres ornar a Cidade, tanto mais louvor eles merecem, que só o zelo, e boa vontade podiam induzi-los a que trabalhassem, pois que nem por prêmios, nem por elogios, nem por recompensa pecuniária, nem mesmo por ordem positiva, foram incitados a fazê-lo.¹⁷⁶

Ainda neste artigo, questionando a qualidade da arte que se produzia no Brasil, o periódico citou a análise do brasilianista francês Ferdinand Denis, extraída do livro *Resume de l'histoire littéraire du Portugal suivi de l'histoire littéraire du Brésil*, de 1826. Segundo o próprio jornal, a obra de Denis, apesar de ter sido publicada há pouco tempo, já gozava de ampla circulação no Rio de Janeiro.¹⁷⁷

No n. 8 do jornal os redatores apresentaram um “projeto do plano” para a *Academia Imperial de Bellas Artes do Rio de Janeiro*, assinado pelos seus professores. Nesse texto louvam o trabalho iniciado pelo grupo de Lebreton que, em sua concepção, introduziram no Brasil o que de melhor e mais moderno existia na Europa no que tange às artes e à arquitetura:

As escolas particulares não oferecem as vantagens, que a associação de um corpo bem constituído apresentam: as medalhas, as distinções, as decorações estimularam o gênio, e a mocidade sob à altura que a Natureza lhe tem marcado. Graças aos esforços do grupo europeu que D.João VI convidara para vir a capital, o Brasil pode chegar ao ponto de se equilibrar pelas produções das belas artes com tudo quanto até aqui a Europa oferece neste gênero mais completo.¹⁷⁸

Nos demais números, a admiração pelos estrangeiros é sempre um traço marcante: “Confessaremos em outro artigo os bens que nos tem feito os modernos estrangeiros depois de 1820 até hoje, porque também é inegável, que eles tem feito bens reais não só vulgarizando a sua língua por entre as mesmas senhoras Brasileiras; como adiantando, e aperfeiçoando a indústria, e as Artes Nacionais”.¹⁷⁹ No n. 10, de fevereiro de 1828, os colaboradores teceram inúmeras comparações entre os nacionais e os estrangeiros, ressaltando como o contato dos nacionais com os estrangeiros fazia progredir o aprendizado da língua e contribuía para o

¹⁷⁶ **O espelho diamantino**: periódico de política, literatura, bellas artes, teatro e modas, dedicado às senhoras brasileiras (1827-1828), Rio de Janeiro, n. 6, p. 102-103, dez. 1827.

¹⁷⁷ Ibidem, n. 6, p. 103, dez. 1827.

¹⁷⁸ Ibidem, n. 8, p. 145, jan. 1827.

¹⁷⁹ Ibidem, n. 9, p. 164, fev. 1828.

desenvolvimento dos ofícios: “Nas artes mecânicas vê-se um grande melhoramento; a mão de obra tem todo o gosto, e não será fácil distinguir o trabalho nacional do trabalho estrangeiro: a perfeição, em um e em outro está no mesmo grau; e ninguém duvidara confessar, que este avanço comparativo com o antigo estado, é devido aos estrangeiros”.¹⁸⁰

O *Espelho Diamantino* esteve centrado nos problemas das artes e da instrução, porém, amparou-se também nos relatos dos estrangeiros para explicar a política nacional. Quando da abdicação de Dom Pedro I à Coroa do Reino de Portugal, os redatores do jornal legitimaram as suas posições recorrendo à obra *Verdadeiro systema da Europa concernente a América etc.*, de 1825, de onde extraíram o seguinte comentário de Pradt: “O Brasil, debaixo de nenhuma relação, não tem necessidade de Portugal. Ele lhe pede senão uma só coisa, que é cessar de ocupar-se com ele”.¹⁸¹ Vale recordar que Mr. Pradt teve uma outra obra analisada pelo *Correio Brasiliense* em 1816.

A *Gazeta do Brasil*, de 9 de junho de 1827, ao tratar das relações diplomáticas entre Brasil e Áustria, reconheceu a importância das expedições russas que passaram pelo território brasileiro nas primeiras décadas do século XIX, e fez a seguinte observação sobre o trabalho da comitiva que desembarcou no Rio, juntamente com D. Leopoldina, e que contava com nomes como o de Emmanuel Pohl e dos naturalistas Spix e Martius:

De resto o governo austríaco tem-se mostrado tão fiel aos seus princípios de verdadeira *intelligencia* com o Gabinete do Rio de Janeiro, que continúa incentivando as pesquisas sobre a Natureza do Brasil, iniciadas como o grupo de 1817.¹⁸²

Periódico editado em 1832, *A Verdade, jornal miscelanico* dedicou-se a discutir questões relacionadas à ciência e ao desenvolvimento científico no Brasil. É comum encontrar em suas páginas referências a viajantes estrangeiros que visitaram o Brasil ou outras partes do globo, ressaltando a importância de encontrar outros referenciais que não os de Portugal. No n. 7, o redator do jornal, ao comentar a chegada de dois médicos brasileiros vindos da França onde foram aperfeiçoar seus estudos, teceu o seguinte comentário: “Os Bons Brasileiros devem folgar de

¹⁸⁰ **O espelho diamantino**: periódico de política, literatura, bellas artes, teatro e modas, dedicado às senhoras brasileiras (1827-1828), Rio de Janeiro, n.10, p. 186-187, fev. 1828.

¹⁸¹ *Ibidem*, n.12, p. 248, mar. 1828.

¹⁸² **A Gazeta do Brasil**, n. 33, p. 13, 9 de junho de 1827.

receber em seu seio indivíduos, nacionais ou estrangeiros, que por suas luzes adquiridas na nova Atenas, vêm esclarecer um país, onde só falta população e instrução”.¹⁸³

No n. 15, ao criticar a extinção dos cursos de física, química, botânica, zoologia e mineralogia para a consolidação dos dois cursos jurídicos – criados em 1827, em São Paulo e Recife – o redator escreveu:

Já com pesar vimos criarem-se como um jato dois Cursos Jurídicos no Brasil, com preterição das ciências naturais, quando muito desejamos que as despesas de um fossem aplicadas para outro Curso destas ciências, pois estamos convencidos de que o Brasil colheria d’ai muito mais vantagem; precisamos mais de naturalistas, de que Bacharéis em Direito, ponto que muito desejamos ver generalizadas as ciências naturais.¹⁸⁴

Nesse mesmo número, o redator elogia o trabalho do alemão, engenheiro de minas, Mr. De Eschewege, que permaneceu no Brasil de 1810 a 1821, estudando a mineralogia brasileira. O jornal ainda noticia que, em suas novas explorações, o alemão encontrou uma grande quantidade de ouro no rio Eder.¹⁸⁵

O naturalista francês Auguste Saint-Hilaire foi lembrado no número 18, pelo trabalho de pesquisa que realizou em várias regiões do Brasil entre 1816 e 1822. O texto é enfático:

Mr. Auguste Saint-Hilaire depois de ter feito conhecer o Brasil em toda a Europa, não só debaixo do ponto de vista botânico, como estatístico, nunca se esquecendo de gratificar, com elogios, a hospitalidade que receberá neste Novo Mundo, nem quis que a história dos últimos acontecimentos do Brasil, deixasse de ser conhecida de seus concidadãos e com pena digna d’um membro do Instituto de França, escreveu com verdade e clareza (tanto quanto a tal distância é possível) um opúsculo dedicado aos Brasileiros razoáveis e bem intencionados com o título “Quadro das últimas Revoluções do Brasil”.¹⁸⁶

Sobre as vantagens para o país de receber visitantes estrangeiros, o jornal emitiu o seguinte comentário:

A vantagem de recebermos Estrangeiros industriosos, são tão evidentes, que parece desnecessário apontá-las. Os estrangeiros contribuem para o progresso e a civilização da nação brasileira. [...]. O bom acolhimento que os dóceis brasileiros dão os Estrangeiros em geral, sendo, como disse Mr. de S. Hilaire, o povo hospitaleiro por excelência incentiva que Eles venham

¹⁸³ **A Verdade, jornal miscelânico**, Rio de Janeiro, n. 7, p. 27, 10 de março de 1832.

¹⁸⁴ *Ibidem*, n. 15, p. 58, 29 de março de 1832.

¹⁸⁵ *Ibidem*, n. 15, p. 62, 29 de março de 1832.

¹⁸⁶ *Ibidem*, n. 18, p. 82, 11 de abril de 1832.

ao nosso encontro e divulguem os progressos científicos do Velho Mundo.¹⁸⁷

Em 1833, o *Diário de Anúncios*, em seu primeiro número, oferecia o livro de Robert Southey, conforme o anúncio: “na rua do Cano, n° 92, vende-se os seguintes folhetos pela terça parte de seus valores [...], *History of Brazil*, de Robert Southey, 640rs”. Dois anos mais tarde, outro periódico, *A miscelanea científica*, em um artigo dedicado à análise da “fruta do pão”, referiu-se ao relato do capitão Dampier, que, segundo o redator, foi o primeiro a escrever sobre o fruto, em 1688. O estrangeiro descreveu o gosto, a forma e onde poderia ser encontrado este fruto exótico. Na sequência, o artigo cita ainda as impressões de outro viajante estrangeiro, o capitão James Cook; sobre o fruto característico de regiões úmidas. Cook afirmou não haver lugar mais propício para cultivá-lo do que os trópicos, ressaltando a qualidade do solo que produzia uma variada gama de frutos e vegetais.¹⁸⁸

Haveria outras passagens a comentar, mas quase todas apontariam na mesma direção, a saber: o interesse dos impressos nacionais do início do século XIX em destacar a importância dos estrangeiros na promoção pelo país das ciências, das artes e da instrução. Há de se salientar também que, na maioria das publicações periódicas que circularam pela cidade no período, é possível encontrar uma profusão de anúncios de professores, médicos, modistas e arquitetos europeus oferecendo seus serviços à população fluminense, sinais que indicam a notoriedade e o espaço que os estrangeiros alcançaram no seio da sociedade carioca¹⁸⁹ – notoriedade alçada somente no limiar do século XIX, quando a livre circulação pelo território brasileiro lhes foi facultada pela Corte lusitana. Foi por esta razão, vale recordar, que o Brasil passou a frequentar mais assiduamente os diários, cartas e relatórios científicos estrangeiros.¹⁹⁰

O estreito contato entre nacionais e estrangeiros, decorrente da maior circulação destes pelo Brasil, conferiu um novo *status* ao visitante. Se antes do desembarque da Corte, o adventício era recebido com desconfiança, depois de

¹⁸⁷ **A Verdade, jornal miscelanico**, Rio de Janeiro, n. 24, p. 95, 19 de abril de 1932.

¹⁸⁸ **A miscelanea científica**, Rio de Janeiro, n. 2, p. 56, 8 de agosto de 1835.

¹⁸⁹ Um levantamento desse tipo de anúncio, sobretudo ao que se referiam aos ingleses pode ser encontrado no livro de Gilberto Freyre, *Ingleses no Brasil*. Ver: FREYRE, Gilberto. **Ingleses no Brasil**: aspectos da influência britânica na vida e na paisagem da cultura do Brasil. 3. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000, p. 150-283.

¹⁹⁰ Entendia-se por livros de viagem desde relatos científicos – que começaram a ser produzidos no século XVIII – até as correspondências pessoais, passando naturalmente pelos diários e relações.

1808, ele passou a ser visto como um modelo de modernidade e como alguém que vinha contribuir, através de estudos e práticas variadas, para o desenvolvimento do país. Daí os comentários tecidos por tais homens terem conquistado notoriedade e respeito entre a *intelligentsia* fluminense. Mas que comentários eram estes? Isto é o que veremos no capítulo que se segue, quando tentaremos mapear as noções difundidas e cristalizadas pelas relações de viagem a respeito do Rio de Janeiro.

Capítulo 3: Tópicos de um discurso: O Rio de Janeiro nos livros de viagem do início do oitocentos

[...] os descritores de viagens têm-se, além disso, se ocupado tanto com esta capital e suas curiosidades, que uma descrição minha seria apenas uma repetição inútil do que já se conhece.¹⁹¹

É essa rede de notas descritivas, pranchas, mapas, classificações que organiza a própria paisagem brasileira, que define um Brasil aos olhos de literatos e historiadores locais.¹⁹²

Estrangeiros de diversas partes do mundo desembarcaram no Rio de Janeiro depois de 1808, quando finalmente passaram a poder circular livremente pela cidade e pelo país. Trata-se, portanto, de um momento rico no que tange à publicação de narrativas de viagem sobre o Brasil. Curiosamente, apesar da quantidade de escritos então produzidos e das inúmeras diferenças que separavam os seus autores e as suas experiências de viagem, as narrativas muito se assemelham. Ao analisar comparativamente os relatos sobre a capital – mesmo considerando um intervalo longo de tempo –, observamos que existe um conjunto de procedimentos narrativos e de imagens que se repetem ao longo do tempo. Este derradeiro capítulo tem como meta investigar essas ideias que se perpetuaram nos relatos sobre o Brasil e que colaboraram para cristalizar certas imagens do país no exterior.

O fato de as semelhanças se sobreporem às singularidades indica que os europeus desembarcavam na cidade com convicções arraigadas a respeito do que encontrariam no Rio de Janeiro, muitas vezes convicções provenientes da própria literatura de viagem consumida antes de aportarem na cidade. Além disso, determinados temas sempre eram abordados – e quase da mesma maneira pelos diferentes viajantes, como veremos a diante –, de modo que o gênero de literatura viagem se constituiu por uma série de tópicos, de lugares comuns, veiculadas e perpetuadas pelos viajantes-escritores.

Nesta literatura, desde os primeiros relatos sobre a colônia portuguesa na América, a natureza tropical foi exaltada. A imagem de um cenário natural **singular** e **majestoso**, delineada pela primeira vez por Américo Vespúcio, em 1503, na famosa *Mundus Novus*, ao longo do tempo cristalizou-se entre os estrangeiros que

¹⁹¹ BEYER, Gustaf. Ligeiras notas de viagem do Rio de Janeiro à Capitania de S. Paulo, no Brasil, no verão de 1813. Tradução por Alfredo Löfgren. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, São Paulo, v. XII, p. 278, 1907.

¹⁹² SUSSEKIND, Flora. **O Brasil não é longe daqui**: o narrador, a viagem. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 63.

escreveram sobre o Brasil ao longo dos séculos. Os relatos de viagem posteriores ao desembarque de D. João VI não mudaram a tônica em relação à magnificência da paisagem natural encontrada no Rio de Janeiro, muito pelo contrário, os inúmeros viajantes que circularam pela cidade no século XIX, sem exceção, elogiaram as belezas naturais da região que circundava a capital brasileira.

A paisagem tropical que se descortinava diante dos olhos estrangeiros era tão original e fascinante que os viajantes tiveram, como relatam, dificuldades de descrevê-la com as minúcias necessárias para que o leitor pudesse imaginar o quão majestoso era o que tinham diante de si. A inglesa Elizabeth Macquerie, que esteve no Rio em 1809, serviu-se dessa tópica:

[...] lançamos âncora no porto do Rio de Janeiro. Creio que nenhuma descrição pode dar à pessoa que nunca pôs os olhos neste porto uma boa idéia da sua admirável beleza e grandiosidade. A entrada, a meu ver, é a mais bonita que há no mundo.¹⁹³

O mesmo fez Theodor von Leithold, na narrativa sobre sua estada de quatro meses na cidade (em 1819). O alemão assumiu não dar conta de descrever a baía de Guanabara na sua plenitude e, num tom de desabafo, observou: “sobre as belezas naturais confesso que minha pena não seria capaz de lhes fazer justiça, nem mesmo parcialmente”.¹⁹⁴ O Príncipe Maximiliano Wied também pediu desculpas aos seus leitores pelas possíveis imprecisões de seu relato de viagem. O naturalista julgou ter permanecido pouco tempo pelo país – entre 1815 e 1817 – para tecer julgamentos mais precisos sobre o que aqui encontrou, sobretudo no que concernia aos aspectos naturais.¹⁹⁵

As representações pictóricas, segundo os próprios viajantes, também não conseguiam transmitir o espetáculo natural encontrado no Rio. O pintor Jean B. Debret – que viveu na cidade entre 1816 e 1831 – afirmou que nem o mais exímio pintor daria conta de registrar a singularidade da paisagem tropical, dada a sua exuberância.

Os viajantes do século XIX portam-se como observadores meticolosos, atentos àquilo que consideram distinto e original. Tanto no registro escrito quanto

¹⁹³ FRANÇA, Jean M. C. **Mulheres Viajantes no Brasil (1773-1820)**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008, p. 56.

¹⁹⁴ LEITHOLD, Theodor von; RANGO, Ludwing von. **O Rio de Janeiro visto por dois prussianos em 1819**. Trad. Joaquim de Sousa-Leão. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966, p. 9.

¹⁹⁵ WIED-NEUWIED, Maximilian. **Viagem ao Brasil**. Trad. Edgar Sussekind de Mendonça e Flávio Poppe de Figueiredo. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Univ. de São Paulo, 1989, p. 26.

nas gravuras, os visitantes da capital carioca, nas palavras de Ana Maria Belluzzo, “descrevem as partes de um todo que podem pressupor, mas jamais conhecer, ocupando-se do que é imediatamente inteligível”.¹⁹⁶ Para a historiadora Flora Sussekind, com “um olhar Adão”, o viajante estrangeiro presenciava uma paisagem vazia de sentido, à espera de um nome.¹⁹⁷ “Sua chegada marcaria a origem dessas ilhas aos olhos do Ocidente e sua mudança de um estado de ‘pura natureza’ para uma corrida em direção ao que este viajante entendesse por ‘civilização, semente a ser lançada por ele nessa terra que crê, paradisíaca ou infernalmente, em branco”.¹⁹⁸

O Rio de Janeiro figura na literatura de viagem oitocentista como o lugar do *pitresco*, do inesperado. O cenário circundante aguçava os sentidos do viajante, inspirando-o a fazer uma interpretação romântica da natureza, na qual se prestigiava “os seus aspectos agrestes inacessíveis – montanha, cascata, abismo e florestas, que irrompe de sob as colinas, prados e jardins”.¹⁹⁹ Descrições de cadeias montanhosas são comuns e, em geral, essas aparecem como elementos suntuosos que compõem o cenário urbano carioca. A cidade emerge como um lugar pitresco, e foi através dessa “poética do pitresco” que os viajantes “revelaram” o lugar para os seus coetâneos. Como afirma o inglês Gilbert Mathison, “poucos pontos no Novo Mundo são mais profundamente gratos à mão da natureza do que a baía do Rio de Janeiro; e todas as combinações possíveis de cenário pitresco estão aqui incluídas numa magnífica perspectiva”.²⁰⁰ O tenente inglês Thomas O’Neill, que desembarcou no Rio juntamente com a Corte – pois pertencia à escolta inglesa da comitiva real –, em seu breve relato sintetizou:

A região é circundante e é a mais *romântica* que se pode imaginar: as montanhas das redondezas, algumas bastantes elevadas, são cobertas com uma grande variedade de árvores, e os vales são adornados com magníficas chácaras e abrigam plantações de cana-de-açúcar, milho, arroz, ervilha, feijão, inhame, batata doce, alface, pepinos e de uma afinidade de ervas. As frutas tropicais são aqui extremamente abundantes e os mercadores recebem, diariamente, peixes, aves e carnes de todos os tipos

¹⁹⁶ BELLUZZO, Ana Maria de M. **O Brasil dos viajantes**, vol. III – A construção da paisagem. São Paulo: Metalivros; Salvador: Odebrecht, 1994, p. 11.

¹⁹⁷ SUSSEKIND, Flora, op. cit., p. 269.

¹⁹⁸ Idem, p. 13.

¹⁹⁹ CÂNDIDO, Antônio. **Formação da literatura brasileira**: momentos decisivos. 11. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2007, p. 290.

²⁰⁰ MATHISON, Gilbert F. **Narrative of a visit to Brazil, Chile, Peru, and the Sandwich Islands, during the years 1821 and 1822**. Londres: Charles Knight, 1825, p. 7. Tradução nossa.

e a excelentes preços.²⁰¹

Os naturalistas Spix e Martius não se impressionaram menos e, na sua narrativa, comentaram: “tudo age com magia toda especial na alma do homem sentimental renascido pelo espetáculo do delicioso país”.²⁰² O francês Auguste Saint-Hilaire, em 1816, afirmava, igualmente, que no Rio de Janeiro “tudo que rodeia o viajante se associa para produzir em seu espírito uma impressão maravilhosa”.²⁰³ Para o Príncipe Maximiliano:

O europeu, transplantado pela primeira vez para esse país equatorial, sente-se arrebatado pelas belezas das produções naturais e sobretudo pela abundância e riqueza da vegetação. As mais belas árvores crescem em todos os jardins; vê-se aí mangueiras colossais, que dão uma sombra densa e excelente fruto, os coqueiros de estirpe alto e esguio, as bananeiras em cerradas touceiras, o mamoeiro, a *Erythrina*, de flores de vermelho coral, e grande número de outras espalhadas por todos os jardins pertencentes à cidade. Esses soberbos vegetais tornam os passeios extremamente agradáveis; os bosques, que formam, oferecem à admiração dos estrangeiros pássaros e borboletas que jamais viram, entre os quais citarei apenas os colibris de dourada plumagem, como os mais conhecidos. Os passeios à beira-mar não tem menores encantos, pela vista dos navios que chegam das mais distantes regiões do mundo. Não devo esquecer também o Passeio Público, grande praça plantada de arvores em aléias, terminando em terraço.²⁰⁴

Até mesmo o comerciante John Luccock, que em seus escritos privilegiou os assuntos econômicos e políticos, não deixou de destacar as belezas da capital. O viajante inglês, em 1808, admitiu que, apesar de seus esforços para não se comover com os efeitos da novidade ou contraste que a natureza tropical causava nos adventícios, era “loucamente apaixonado pelo lugar [a baía de Guanabara], não invejando os sentimentos dos homens que são capazes de contemplar o mais resplandecente dos sorrisos da natureza, sem com ele sorrir sempre”²⁰⁵ Saint-Hilaire, em 1816, ao comparar a natureza tropical com aquela encontrada na Europa, disse: “nada me faz lembrar a fatigante monotonia de nossos bosques de carvalho ou pinheiro, [pois] aqui cada árvore ostenta, por assim dizer, um porte que

²⁰¹ FRANÇA, Jean M. C. **Outras visões do Rio de Janeiro colonial**: antologia de textos (1582-1808). Rio de Janeiro: José Olympio, 2000, p. 313.

²⁰² SPIX, Johann B. V.; MARTIUS, Carl F. P. V. **Viagem pelo Brasil**. Trad. Lúcia Furquim Lahmeyer, 3. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1976, p. 80.

²⁰³ SAINT-HILAIRE, Auguste. **Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais**. Trad. Vivaldi Moreira. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1975, p. 53.

²⁰⁴ WIED-NEUWIED, Maximiliano, op. cit., p. 25.

²⁰⁵ LUCCOCK, John. **Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil**. Trad. Milton da Silva Rodrigues. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1975, p. 24.

lhe é próprio; cada qual tem sua folhagem, que difere do matiz da árvore vizinha”.²⁰⁶ Louis Claude Freycinet, do mesmo modo, em 1817, disse ter se encantado com aquilo que ainda não havia visto em outra parte do globo: árvores majestosas que repletas de flores ganhavam ainda mais brilho com a plumagem dos pássaros que nelas pousavam, aves que com seu canto harmonizavam a paisagem.²⁰⁷ O inglês Gilbert Mathison, em 1821, também foi categórico ao afirmar que o que encontrará nos trópicos era belo e original, algo que lhe trazia uma felicidade indescritível.²⁰⁸ Debret, ao observar o cenário natural do Rio de Janeiro, asseverou:

Examinado totalmente esse quadro precioso, cujos detalhes e colorido, absolutamente novos para nós, se fazem mais sedutores à medida em que o sol os tornava inelegíveis, descobrimos, finalmente, o panorama encantador desse lugar deliciosos, coberto de todos os lados por um verde-escuro em geral brilhante, ainda resplendendo as gostas de orvalho que fecundara durante a noite os frutos abundantes que percebíamos através da folhagem, graças à sua cor alaranjada.²⁰⁹

Cinco anos mais tarde, o alemão Johann M. Rugendas complementou:

Talvez não exista no mundo uma região como a do Rio de Janeiro, com paisagens e belezas tão variadas, tanto no ponto de vista da forma grandiosa das montanhas como dos contornos das praias. Em virtude da multidão de enseadas e promontórios, há uma variedade infinita de panoramas, tanto para o lado da cidade como para as montanhas, tanto para o lado da baía e suas ilhas como para o mar alto. Não são menores a riqueza e a variedade da vegetação.²¹⁰

O militar alemão Otto von Kotzebue, que esteve no Rio em 1823 – dois anos depois de Rugendas –, reafirma a riqueza das paisagens locais, referidas pelo pintor alemão, e acrescenta:

Com frequência o cenário brasileiro vem sendo descrito, mas nenhum registro é capaz de fazer justiça a sua deslumbrante beleza. A imaginação pode dificilmente pintar a primorosa variedade de forma e colorido luxuriante e gigantesca vegetação que reveste do litoral até os vales e montanhas. Uma brisa da terra nos levou os mais deliciosos perfumes; e nuvens de lindos insetos, borboletas e pássaros pairaram sobre nós, com só trópicos produzem. A natureza parece ter destinado estas deliciosas regiões para o prazer único de suas criaturas.²¹¹

²⁰⁶ SAINT-HILAIRE, Auguste, op. cit., 1975, p. 20.

²⁰⁷ FREYCINET, Louis Claude de. **Voyage autour de mondu**. Paris: Chez Pillet Ainê, 1825, p. 31.

²⁰⁸ MATHISON, Gilbert, op. cit., p. 6-7.

²⁰⁹ DEBRET, Jean B. **Viagem pitoresca e histórica ao Brasil**. 6. ed, t. II, v. III. Trad. Sérgio Millet. São Paulo: Martins/INL, 1975, p. 116-117.

²¹⁰ RUGENDAS, Johann M. **Viagem pitoresca através do Brasil**. 7. ed. Trad. Sérgio Milliet. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1979, p. 16.

²¹¹ KUTZEBUE, Otto von. **A new Voyage round the world in the years 1823, 1824, 1825 and 1826**. Londres: H Colburn & R. Bentley, 1830, p. 29-30. Tradução nossa.

Sem dúvida nenhuma, no que tange à descrição da natureza brasileira, os viajantes foram unânimes ao considerá-la singular e encantadora – pitoresca. Por vezes, ao elogiarem as belezas naturais, os estrangeiros enalteceram a prodigalidade do solo, como se “o Criador” tivesse sido muitíssimo generoso com esta porção de terra do outro lado do Atlântico, uma terra na qual, como comentou Emmanuel Pohl, em 1817: “tudo reverdeja e cresce viçosamente”.²¹² Mais adiante, em sua narrativa, o mesmo Pohl registra:

Para o europeu a flora das cercanias do Rio de Janeiro traz encantador prazer, quase inebriante. Em seu solo nativo com a força primitiva, desenvolvendo-se colossalmente mostram-se-lhe aqui famílias inteiras de vegetais dos quais ele apenas conhecia algumas variedades de exemplares raquíticos; e que a sua fantasia criara nos mais audazes sonhos de encantamento e pompa da flora, tudo encontra aqui realizado ante seus olhos, em admiráveis formas, troncos e folhas, neste verde copioso que reluz com a mais opulenta variedade do brilho das flores, com insetos fascinantes, com o fulgor do fogo dos colibris.²¹³

De certa forma, os viajantes, quando tratavam do mundo natural dos trópicos, estavam em busca de algo original, ou seja, estavam à procura daquilo que a Europa ainda desconhecia. Através da natureza, os estrangeiros procuravam interpretar e criar uma imagem do Brasil. No entanto, a ideia do *pitresco*, na primeira metade do século XIX, contempla não somente aspectos da paisagem natural, mas também elementos da vida cotidiana, dos hábitos, das formas políticas, de tudo, enfim, que merecesse referência por sua particularidade, beleza ou estranheza..

Para a maioria dos viajantes, o entusiasmo inicial, oriundo da exuberante paisagem, esvai-se depois do encontro com a urbe e com seus habitantes. O sentimento de magia que acometia os estrangeiros assim que chegavam ao Rio de Janeiro, ia, com o passar dos dias, cedendo lugar à angústia, ao pesar e mesmo ao pavor. Havia um desconforto em relação àquilo que se observava. A capital parecia-lhes um lugar estranho, diverso do que imaginavam, e os costumes europeus presentes no cotidiano brasileiro, bizarros e sem propósito. Além disso, a cidade, que aspirava se equiparar à “cidade luz”, mostrava-se, na realidade uma cidade insalubre: quente, infestada de pragas e imunda.

²¹² POHL, Johann E. **Viagem ao interior do Brasil empreendida nos anos de 1817 a 1821**. Trad. Milton Amado e Eugenio Amado. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1976, p. 47.

²¹³ POHL, Johann E., op. cit., p. 47.

A percepção do clima, a propósito, desde as narrativas do século XVI, sempre causou divergências entre os viajantes, alguns o consideraram ameno, outros insuportável. O diplomata Henri Brackenridge, em 1818, relatou que, após o incômodo de uma longa viagem de travessia pelo Atlântico, a temperatura que encontrou na capital era deliciosa e refrescante, de modo que ele e seus tripulantes ficaram muito satisfeitos com a mudança de ares.²¹⁴ Outro que gostou do clima na região carioca foi o naturalista italiano Guiseppe Raddi que, ao desembarcar no Rio em 1817 com a comitiva nupcial de D. Leopoldina, afirma ter gozado de dias agradáveis por conta do clima ameno que prevaleceu no decorrer de sua breve estadia na capital.²¹⁵

No entanto, boa parte dos estrangeiros reclamou das elevadas temperaturas, sendo comum encontrarmos a expressão: *o calor era insuportável*. Ao contrário de Raddi, Pohl – integrante da mesma comitiva que trouxe o italiano ao Brasil – afirmou que depois que eles atravessaram a Linha do Equador, “o calor tornou-se opressivo”, e os tripulante padeceram com “uma sede insaciável e contínua insônia”.²¹⁶ Ludwing von Rango também se queixou do clima abafado e dos constantes temporais característicos do verão brasileiro.²¹⁷ Tanto John Shillibeer, em 1812, quanto James Prior, no ano seguinte, reclamaram do sol forte que, apesar de dar um colorido à paisagem, provocavam sensações de fraqueza e vertigem, ambos dizem estarem em um lugar muito parecido com o inferno.²¹⁸ Mathison e Saint-Hilaire, no entanto, amenizaram tal comparação e relataram que havia horários em que o calor era muito intenso, geralmente no período da manhã, mas que com o cair da tarde a temperatura baixava, sendo, portanto, o momento mais agradável do dia.²¹⁹ Na maioria dos casos, o viajante relacionou as doenças e os problemas sanitários às elevadas temperaturas. A descrição de Leithold corrobora os comentários de Saint-Hilaire e Mathison:

Das nove da manhã às duas da tarde o *calor é insuportável*; depois sopra do mar uma brisa que abaixava a temperatura de alguns graus, trazendo certo alívio aos que estão banhados de suor. [...]. Mesmo no inverno ou

²¹⁴ BRACKENRIDGE, Henri M. **Voyage to South America**. Baltimore: Cushing and Jewett, 1819, p. 109-110.

²¹⁵ RADDI, Guiseppe. **Flora brasiliana**. Roma: Instituto Ítalo-latino-americano, 1976, p. 23.

²¹⁶ POHL, Johann E., op. cit., p. 25, 1976.

²¹⁷ RANGO, Ludwing von; LEITHOLD, Theodor von. **O Rio de Janeiro visto por dois prussianos em 1819**. Trad. Joaquim de Sousa-Leão. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966, p. 135.

²¹⁸ FRANÇA, Jean M. C **Visões do Rio de Janeiro Joanino (1809-1818)**. Rio de Janeiro: José Olympio, (no prelo).

²¹⁹ SAINT-HILAIRE, Auguste, op. cit., 1975, p. 59; MATHISON, Gilbert F., op. cit., p.15.

durante a estação chuvosa, de outubro a janeiro, é apenas um pouco mais fresco. [...]. Aqui a atmosfera ainda se torna mais opressiva durante e após a chuva; pode-se dizer sem exagero que é como se caísse água morna do céu.²²⁰

As altas temperaturas, de acordo com Alexandre Caldcleugh, debilitavam os habitantes da cidade, que frequentemente apresentavam uma enfermidade qualquer:

Os feitos do clima e solo desta parte do Brasil, se não são particularmente favoráveis à longevidade, são certamente destrutivas para a vida humana. Enquanto a maioria dos países tropicais tem doenças peculiares, no Rio de Janeiro males muito mais graves acometem os habitantes, como doenças no fígado e inchaço nas pernas. A Corte europeia, mesmo sabendo da gravidade da situação, continua a mesma vida luxuosa de antes, independentemente dos avisos que recebeu. Doenças de nascença são muito comuns, e para elas a raça negra é particularmente suscetível.²²¹

Tendência também mencionada por E. Pohl:

O calor embora seja amenizado pelos aguaceiros e pelos ventos, gera, entretanto, os mais variados estados mórbidos no corpo humano, como por exemplo, dores de cabeça, inflamações no cérebro, nos ouvidos e o fígado e insolação.²²²

Além do calor insuportável, os viajantes sentiam-se incomodados com a quantidade de insetos e animais peçonhentos que vagavam pela urbe. Segundo, L. von Rango, estes seres, além de transmitirem doenças, produziam uma verdadeira sinfonia, que o perturbava constantemente: “tudo dorme à minha volta e só o desagradável ruído dos ratos e camundongos interrompe de quando em vez o sagrado silêncio, confidente fiel dos meus pensamentos”.²²³ Caldcleugh disse que por conta da companhia indesejável dessas pragas, o estrangeiro sentia-se com se vivesse nas matas.²²⁴ O reverendo Robert Walsh, em 1829, também reclamou dos sons que esses indesejáveis bichos produziam, apesar de considerar que a cidade melhorava seus aspectos com o passar dos dias.²²⁵ Sobre os desagradáveis ruídos, o inglês James Henderson, autor da *História do Brasil* de 1821, escreveu:

²²⁰ LEITHOLD, Theodor von, op. cit, p. 26-27.

²²¹ CALDCLEUGH, Alexander. **Travels in South America, during the years 1819-20-21**. Londres: John Murray, Albemarle, 1825, p.1825, p.17. Tradução nossa.

²²² POHL, Johann. E., op. cit., p. 42.

²²³ RANGO, Ludwing von, op. cit., p. 148.

²²⁴ CALDCLEUGH, Alexander, op. cit, p. 22.

²²⁵ WALSH, Robert. **Notícias do Brasil: 1828-1829**. v. 1. Trad. Regina Régis Junqueira. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1985, p. 189.

Logo que se chega aqui, os sons desarmônicos começam a irritar, são os ruídos de grilos, rãs, sapos e répteis que impedem que se tenha momentos de calma nesse lugar. A cada passo é possível encontrar alguma criatura venenosa, especialmente de noite quando o barulho emitido por esses animais peçonhentos é ainda maior.²²⁶

A limpeza das ruas e a conservação dos espaços públicos foi outro tema que frequentemente apareceu nas narrativas de viagem oitocentistas. Grosso modo, o caos e a desordem são as imagens que caracterizaram a cidade. O aspecto da urbe enojava os visitantes europeus. Rugendas conta que o descaso era tal, “a ponto de se verem, nos lugares mais frequentados, às vezes durante dias inteiros, cães, gatos e mesmos outros animais mortos”.²²⁷ Maria Graham também sentiu-se incomodada com a situação da cidade; de acordo com seu relato, os lixos ficavam amontoados pelas calçadas e frequentemente águas pútridas eram descartadas nas vias públicas.²²⁸ O alemão Ernest Ebel, viajante que aportou no Rio em 1824, observou que a sujeira nas ruas cariocas era consequência da falta de educação do povo e, não do descaso do governo brasileiro, que se empenhava em transformar a cidade numa verdadeira capital, nos moldes europeus, a fim de conseguir das nações europeias o reconhecimento de sua independência de Portugal, proclamada dois anos antes.²²⁹ De acordo com Caldleugh a higiene, definitivamente, não era uma virtude do povo brasileiro.²³⁰

Apesar desses problemas com relação à limpeza e à manutenção dos espaços públicos, o Rio de Janeiro das primeiras décadas do século XIX, aos olhos do estrangeiro, vivia muitas transformações, tanto do ponto de vista político e econômico quanto sociocultural. Aqueles que visitaram a cidade neste período, na sua maioria, assinalaram tais mudanças, prática que acabou por fazer da “mudança”, da crescente europeização, uma tópica da literatura de viagem da primeira metade do oitocentos. O comerciante John Luccocck, assim que chegou à capital, poucos meses depois do desembarque de D.João VI, fez o seguinte comentário sobre as condições em que encontrou a cidade:

²²⁶ HENDERSON, James. **A history of the Brazil**: comprising its geography, commerce, colonization, aboriginal inhabitants. Londres: Longman, Hurst, Rees, Orme, and Brown, 1821, p. 74.

²²⁷ RUGENDAS, Johann M., op. cit., p. 110.

²²⁸ GRAHAM, Maria. **Diário de uma viagem ao Brasil**. Trad. Américo Jacobina Lacombe. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1990, p. 112.

²²⁹ EBEL, Ernest. **O Rio de Janeiro e seus arredores em 1824**. Trad. Joaquim de Sousa Leão Filho. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1972, p. 59.

²³⁰ CALDCLEUGH, Alexander, op. cit., p. 20-21.

Acha-se ela localizada principalmente num pedaço de terra abaixo e chato, rente à praia, estendendo-se para trás, por cerca de meia milha. As ruas são retas e estreitas, calçadas com granito no centro da cidade. [...]. Não existem passeios mais altos ou separados e, em geral, pelo meio da rua corre um canal de águas servidas. A mais importante e ampla dessas ruas é paralela à baía, acabando numa pequena praça, com cento e sessenta jardas de comprimento, por oitenta de largo, cujo lado ocidental é ocupado por edificações religiosas, o de sul pelo Paço, o de norte por casas singelas [...], ficando o de leste aberto ao mar [...]. Reina grande uniformidade entre os edifícios, são, no geral, de dois pavimentos, mas a linha se quebra por alguns que tem três e por outros que só possuem o térreo, com mais de uma espécie de atíço no telhado. [...] Nos arrabaldes da cidade as ruas são sem calçar, as casas de um só pavimento, baixas, pequenas e sujas e tanto *portas como janelas são de rótula* e abrem-se para fora, com prejuízo dos transeuntes.²³¹

Passados cinco anos, o mesmo Luccock surpreende-se com os progressos da urbe e assinala:

[...] notaram-se consideráveis progressos para situação mais favorável da capital do Brasil [...]. Acrescentaram-se ruas novas à cidade e fundaram-se novos mercados, enquanto que os antigos melhoraram muito em asseio. As casas fizeram-se mais generalizada e simetricamente caiadas e pintadas, *aboliram-se as feias gelosias* [...]. As estradas foram alargadas em várias direções ao mesmo tempo que limpadas de matos e outros quejandos.²³²

De fato, D. João VI e seus ministros trabalharam com grande afinco no embelezamento da cidade e na criação de uma infraestrutura mínima que atendesse às novas demandas colocadas pela vinda da Corte. Uma das primeiras medidas de impacto, observada por Luccock no relato supracitado, foi a proibição das *gelosias* ou *rótulas*²³³, em 1809. Luccock afirma que a proibição foi uma medida, segundo a justificativa da Corte, que visava ao melhoramento estético das ruas cariocas.²³⁴ O viajante, todavia, diz ter ouvido dos nacionais que a medida também estava relacionada à segurança do príncipe – queria-se evitar que as rótulas virassem sítios de emboscada para assassinos.²³⁵ A suspensão das rótulas é, no contexto do século XIX, um marco das transformações nos costumes, calcadas no modelo europeu e incentivadas pela Corte lusitana. Malgrado a imposição ser de cunho urbanístico, ela fazia parte de um esforço civilizatório mais amplo, que pretendia dar

²³¹ LUCCOCK, John, op. cit., p. 25, grifo nosso.

²³² Ibidem, p. 162, grifo nosso.

²³³ As gelosias ou rótulas eram estruturas de treliça de madeira existentes nos balcões dos sobrados, assim como nas janelas e portas dos edifícios térreos, e chamaram a atenção de outros viajantes estrangeiros que passaram pelo Rio de Janeiro no começo do século XIX.

²³⁴ LUCCOCK, op. cit., p. 162.

²³⁵ Ibidem, p. 26.

ares europeizados ao Rio de Janeiro. Se a cidade era desprovida de edifícios majestosos – semelhantes aos das cidades europeias –, caberia ao governo português, por meio dos órgãos responsáveis, sobretudo da Intendência de Polícia, investir em infraestrutura, a fim de que Rio passasse a figurar como uma capital, no sentido pleno da palavra. Nas palavras de Debret: “a civilização mantinha-se, pois, estacionária no Brasil, quando, em 1808, chegou a Corte de Portugal, nessa colônia até então abandonada aos cuidados do Vice-Rei”.²³⁶ Rugendas, igualmente, salientando a importância das mudanças da Corte para as transformações que se desenrolaram na cidade, escreveu:

As circunstâncias que, em princípios do século XIX, forçaram a Casa de Bragança a procurar refúgio no Novo Mundo, contra os exércitos de um conquistador favorecido pela vitória e talvez, também contra a perigosa proteção de um aliado demasiado poderoso, foram de enorme importância para o Brasil e, principalmente, para o Rio de Janeiro. É em 1808 que começa realmente a história do Brasil e do Rio de Janeiro; ou derrotas sangrentas, suscetíveis de atrair para o país a tenção de observadores superficiais, as modificações que ocorreram no estado intelectual e material da antiga colônia, e principalmente da capital, são da mais relevância.²³⁷

Viajantes da década de 20 do oitocentos, como Maria Graham²³⁸ (1821 e 1823), Otto von Kotzebue²³⁹ (1823), Ernest Ebel²⁴⁰ (1824), Edmond Temple²⁴¹ (1826) e Robert Walsh²⁴² (1829) deram realce às medidas implementadas durante o governo de D. João, considerando-as precursoras do processo de emancipação e modernização que culminou na Independência do Brasil. Para esses viajantes a cidade equiparou-se às grandes capitais europeias, faltando-lhe apenas acabar com a escravidão, aspecto que deteriorava suas potencialidades. Ao sintetizar as melhorias por que passara a capital, Walsh observou:

[...] a cidade, conseqüentemente, expandiu-se em todas as direções. A antiga cidade restringia-se quase exclusivamente ao estrito espaço entre os morros, estendendo-se da Rua Direita até o Campo de Santana. Hoje ela chega até quase Botafogo, de um lado, e a São Cristóvão, de outro, formando uma cidade nova. Quando a área situada dentro desses limites estiver tomada de casas, o Rio de Janeiro será tão grande quanto qualquer

²³⁶ DEBRET, Jean B., op. cit., p. 86.

²³⁷ RUGENDAS, Johann M., op. cit., p. 106.

²³⁸ GRAHAM, Maria, op. cit., p. 142.

²³⁹ KOTZEBUE, Otto von, op. cit., p. 32.

²⁴⁰ EBEL, Ernest, op. cit., p. 79.

²⁴¹ TEMPLE, Edmond. **Travels in various parts of Peru, including a year's residence in Potosi.** Londres: H. Colburn & R. Bentley, 1830, v. II, p. 490.

²⁴² WALSH, Robert, op. cit., p. 89.

outra cidade da Europa. Isso não é totalmente improvável e não vai demorar muito tempo.²⁴³

Mesmo os viajantes que vieram logo após a transferência da Corte, e que se estabeleceram na cidade por alguns anos, notaram as tais melhorias que, dia a dia, se faziam sentir no Rio de Janeiro. Luccock, por exemplo, às vésperas de voltar à sua terra natal, em 1818, depois de ter estado no Rio por cerca de dez anos, assinalou:

Os habitantes da cidade estavam providos de residências melhores que, progredindo em proporção mais adequada ao número crescente de moradores, permitia-lhes viver com menos aperto. Surgiram novos grupos de casas, novas ruas se abriram por quase todos os pontos dos arredores, meios pelos quais se obtiveram cenas mais agradáveis para passeios.²⁴⁴

Debret, outrossim, depois de residir três anos no Rio, percebeu os progressos desencadeados pela presença estrangeira na cidade e, no que tange à sua arquitetura, afirmou: “em 1819, já não havia mais ruas dentro da cidade em que se encontrassem simples muros; e existiam muitas casas de três andares, o que dava à cidade um verdadeiro aspecto de Capital”.²⁴⁵ Os naturalistas Spix e Martius salientaram que as melhorias urbanísticas, cuja prioridade era criar lugares de sociabilidade, praças abertas, como as do paço Real, do Teatro, do Passeio Público ou do Campo e de Santa Ana, enchiam o viajante de satisfação e prazer, pois os estímulos para tais transformações partiam do olhar exigente de um grupo de estrangeiros que circulavam pela cidade, dos quais eles dois faziam parte.²⁴⁶

As igrejas, particularmente a Capela Real, eram os edifícios que mais agradavam aos estrangeiros. Thomas O'Neill, por exemplo, contou que “o Rio de Janeiro estava repleto de conventos, todos instalados em edifícios nobres. As igrejas são grandiosas e, depois do desembarque de Sua Alteza Real vem recebendo ainda mais melhoramentos”.²⁴⁷ John Shillibeer também observou que na cidade havia inúmeras igrejas, porém dentre elas, a Capela Real foi a que lhe chamou mais atenção, pois havia sido construída em estilo neoclássico.²⁴⁸ Segundo Gilbert Mathison, era muito difícil um viajante não peregrinar pelas capelas da cidade a fim

²⁴³ WALSH, Robert, op. cit., p. 194.

²⁴⁴ LUCCOCK, op. cit., p. 364.

²⁴⁵ DEBRET, Jean B., op. cit., p. 15.

²⁴⁶ SPIX, Johann B. V.; MARTIUS, Carl F. P. V., op. cit., p. 42.

²⁴⁷ FRANÇA, Jean M. C., op. cit., p. 317.

²⁴⁸ Ibidem.

de conhecê-las, e que de todas que visitou a Capela Real era aquela cuja decoração tinha bom gosto e bom senso.²⁴⁹ L. von Rango também comentou sobre as construções eclesiásticas:

Não há edifícios dignos de nota: os principais estão perto do porto, na rua Direita e na rua Ouvidor (sic). O Palácio Real, lindamente situado e habitado mais pela família do que pelo rei propriamente, está longe de ser majestoso. Pode apenas ser comparado a uma casa grande das nossas. O número de Igrejas é considerável, à vezes ricas por dentro, mas decoradas sem gosto. Além das públicas, existem capelas privadas em quase todas as melhores casas, em que as famílias ouvem a missa na intimidade, tendo para este fim seu próprio capelão.²⁵⁰

Os arredores do Rio de Janeiro – Botafogo, Catete, Santana, Glória, Catumbi e Mata-Porcos –, diferentemente do seu centro, receberam exaltados elogios, graças a uma arquitetura aprazível e elegante, consequência do ordenamento harmonioso de uma série de casas novas e de bom gosto, todas, como se dizia, em consonância com as belezas naturais circundantes. Essas regiões da cidade estavam, em geral, reservadas para a nobreza e para as pessoas ricas, nacionais ou estrangeiras, sendo que muitos de nossos viajantes se hospedaram nestas residências. Para Saint-Hilaire, as casas de campo dos arredores do Rio não eram magníficas, mas eram originais; fato que, na visão do viajante, contribuía para a formação de um cenário extremamente pitoresco.²⁵¹ Já Rugendas, ao comparar a cidade antiga com esses novos bairros, construídos após a transferência da Corte, escreveu:

Na parte antiga da cidade as ruas são estreitas, mas regulares [...] As casas desse bairro são em geral altas e estreitas. [...] A arquitetura é muito melhor nas partes modernas da cidade e principalmente no bairro de Santana; as casas aí são mais baixas, com telhados menos pontudos e estão-se construindo edifícios de muito bom gosto.²⁵²

Apesar de tais progressos, porém, a cidade era alvo de inúmeras críticas, principalmente porque, se comparada à exuberância e magnificência da natureza que a circundava, os seus prédios, casas, calçadas e quarteirões pareciam sempre medíocres. Em outras palavras, sob muitos aspectos, o Rio de Janeiro era uma cidade de contrastes, especialmente porque a grandiosidade da natureza que a rodeava e a pompa real que a presença da Coroa imprimia, contrapunha-se a um

²⁴⁹ MATHISON, Gilbert F., op. cit., p. 16.

²⁵⁰ RANGO, Ludwig von, op. cit., p. 132.

²⁵¹ SAINT-HILAIRE, Auguste. **Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo**. Trad. Vivaldi Moreira. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1974, p. 14.

²⁵² RUGENDAS, Johann M., op. cit., p. 15.

quadro urbano acanhado e confuso, marcado, sobretudo, pelo trabalho escravo, considerado por unanimidade como a mácula da sociedade brasileira. Na assertiva de John Shillibeer:

É quase impossível ao visitante, estando na dita praça, não perceber o contraste do que se lhe oferece aos olhos: de um lado, o palácio de um voluptuoso príncipe, que vive cercado por cortesãos e nadando em luxo; de outro, a escravaria no seu estado mais cru e lastimável.²⁵³

De certa forma, os viajantes vinculavam a sujeira e a desordem da cidade à escravidão, uma vez que, por toda parte, era possível encontrar negros que viviam em situação deplorável. Apesar dos inúmeros estrangeiros – portugueses ou não – que viviam no Rio de Janeiro e da influência que a cultura europeia exercia sobre seus habitantes, os viajantes sentiam-se num lugar inóspito, já que, como afirmaram Spix e Martius, a todo instante se topava com uma “turba variegada de negros e mulatos”,²⁵⁴ os quais, no imaginário do viajante, davam um toque de barbárie a uma cidade que se queria “civilizada” como uma capital europeia. O mineralogista inglês John Mawe, em seu relato publicado em 1812, declarou:

Em conseqüência de sua situação baixa, e da imundice das ruas o Rio de Janeiro não pode ser considerado saudável. Fazem-se, atualmente, melhoramentos, que remediarão, em parte, esses males, mas outros motivos tendem a aumentar a insalubridade da atmosfera e a espalhar males contagiosos, sendo o principal a vasta importação de negros da África, que habitualmente desembarcam em estado doentio, conseqüência de viagens destituídas de qualquer conforto, em local quente e apertado.²⁵⁵

L. von Rango também não foi insensível ao problema:

As ruas estreitas, mas regularmente traçadas, andam cheias de negros, que à força de incríveis pauladas, são levados a carregar à cabeça sem maior esforço os maiores pesos e cumprem toda sorte de tarefas. [...]. Em tudo que fazem, principalmente quando carregam fardos pesados, os negros se estimulam uns aos outros, cantando de modo repulsivo e barulhento, e infestam as ruas com a sua forte transpiração, que exala um cheiro pronunciado e doce, tanto mais desagradável no calor.²⁵⁶

²⁵³ FRANÇA, Jean M. C. **Visões do Rio de Janeiro Joanino (1809-1818)**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2009 (no prelo).

²⁵⁴ SPIX, Johann B. V.; MARTIUS, Carl F. P. V., op. cit., p. 21.

²⁵⁵ MAWE, John. **Viagens ao interior do Brasil**. Trad. Selena Benevides. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1978, p. 82.

²⁵⁶ RANGO, Ludwing von, op. cit., p. 147.

Passados sete anos do comentário tecido por Rango, Edmond Temple, que estava apenas de passagem pela cidade, em 1826, escreveu:

O esplêndido cenário desta baía fez jus a todos os elogios que aquilo que já havia ouvido, e supera de longe qualquer representação, estampa ou pintura deste panorama. Em terra, porém, não fiquei muito surpreso ao encontrar uma cidade ultramarina portuguesa, ou seja, um centro sujo, e má acomodação. O sobressalto do comércio e dos negócios é certamente considerável, e a característica mais espantosa para um inglês ao primeiro desembarque é o grande número de escravos negros seminus, que são encontrados em toda parte; alguns empurrando mercadorias em pequenos carretos, outros com cargas sobre a cabeça, ou trabalhando em algum serviço penoso.²⁵⁷

A maioria dos visitantes vê a escravidão como a “coisa” mais terrível dos trópicos. Para James Morier, representante britânico na Pérsia, que passou pelo Rio entre setembro e outubro de 1810:

Durante o período em que ficamos no Brasil, o comércio de negros estava em pleno vigor. A visita que fizemos a um mercado de escravos convenceu-nos mais da iniquidade do tráfico do que qualquer coisa que venha a ser dita ou escrita sobre o tema. De cada lado da rua em que o mercado está localizado, há grandes armazéns onde os negros são amontoados. Durante o dia, eles agrupam-se melancolicamente à espera de serem levados pelas mãos de algum negociante, cujos sórdidos negócios estão sustentados sobre estes seres que, ao serem adquiridos, são pouco mais do que esqueletos.²⁵⁸

Em 1813, outro inglês, James Prior, ao visitar a capital, relatou a condição dos escravos no local onde eram vendidos, segundo o viajante: “O mercado de escravos situa-se no Valongo, onde os negros são expostos em grupos, como verdadeiras vítimas de Mammon, lembrando a todos do quanto de vilania a natureza humana é capaz. O roubo e a traição são menos condenáveis do que tal comércio”.²⁵⁹ Registrar o lugar onde os escravos ficavam expostos como mercadoria, a espera de um comprador, era quase que uma obrigação para o viajante. Contrários à escravidão, os estrangeiros descreviam tais cenas com um tom de náusea e horror, e lamentavam ter que a todo instante topar com homens e mulheres de origem africana vivendo em situação deplorável. Nesse sentido, lamentou Rango: “de todos os estabelecimentos que até agora vi, nenhum me ofendeu mais do que o lugar de

²⁵⁷ TEMPLE, Edmond, op. cit., p. 502-503, tradução nossa.

²⁵⁸ FRANÇA, Jean M. C. op.cit., 2009 (no prelo).

²⁵⁹ Ibidem.

concentração dos negros recém-chegados, onde ficam às centenas, como gado num estábulo para serem vendidos a quem mais oferece”.²⁶⁰

Para J. Debret, a rua do Valongo era um “verdadeiro entreposto onde são guardados os escravos chegados da África. [...] nesse mercado, convertido às vezes em salão de baile por licença do patrão, ouvem-se urros ritmados dos negros girando sobre si próprios e batendo no compasso da mão”.²⁶¹ Mais adiante em sua narrativa, o pintor francês aponta que os trabalhos mais penosos eram atribuídos aos negros:

Percorrendo as ruas fica-se espantado com a prodigiosa quantidade de negros, perambulando seminus e que executam os trabalhos mais penosos e servem de carregadores. Eles são mais raros nos dias de festas, solenizados por procissões e pelo costume singular dos fogos de artifício distante das igrejas tanto de dia como de noite.²⁶²

Ao descreverem os negros, a ideia de que andavam seminus sempre se repetia. Este é um dos aspectos que mais atrai a atenção do viajante estrangeiro. Como assinala o francês Ferdinand Denis:

Um das coisas, que sempre excita a admiração do estrangeiro, que chega à rua, que conduz a Alfândega, na qual se efetuarão quase todos os transportes da cidade, é o ajuntamento de negros, de tantas raças africanas, que o primeiro golpe de vista confunde sempre: a sua seminudez, porque usam apenas umas bragas de pano de linho; esses robustos membros, que a memória trazem belas formas de estatuária antiga; esses exóticos debuxos do corpo, mediante os quais se conhecem às nações; o tumulto, que quase sempre acompanha a menor operação aos negros confiada; a espécie de harmonia compassada na voz, que é dita operação sucede, e se ouve sempre que conduzem algum fardo; tudo isso forma um quadro, que em breve se torna diferente; mas que é a primeira como a revelação de um mundo desconhecido.²⁶³

A inglesa Maria Graham, nas duas vezes que visitou o Brasil – a primeira em 1821 e a segunda em 1823 –, fez referência ao Valongo. Em seu primeiro diário, a imagem que a inglesa procura passar é amena:

Há na cidade um ar de movimento e atividade um tanto agradável para os nossos olhos europeus. [...]. Os negros sejam livres ou escravos, cuidam animados e alegres de seus labores. Há uma tal demanda por eles, que sempre acham emprego e, é claro, boa paga e lembra-se aqui menos possível de sua triste condição, a menos realmente, que se passe pelas ruas do Valongo; então o mercado de escravos traz todos os seus horrores diante dos olhos. Em ambos os lados da rua estão lojas de escravos novos,

²⁶⁰ RANGO, Ludwing von, op. cit., p. 147.

²⁶¹ DEBRET, Jean B., op. cit., p. 105.

²⁶² DEBRET, Jean B., op. cit., p. 91.

²⁶³ DENIS, Ferdinand. **Brasil**. Trad. Mário Guimarães Ferri. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1980, p. 208.

chamados peças; e lá as desgraçadas criaturas são sujeitas a todas as miseráveis da vida de um negro novo: dieta minguada, inspeções brutas, e o chicote.²⁶⁴

Na sua segunda passagem pelo Brasil, no entanto, Graham, que dedica um extenso espaço ao assunto, deixa evidente a sua posição contrária à escravidão:

Vi hoje o Valongo. É o mercado de escravos no Rio de Janeiro. Quase todas as casas dessa longuíssima rua são um depósito de escravos. Passando pelas suas portas à noite, via a maior parte delas com bancos colocados rente à paredes, nos quais filas de jovens criaturas estavam sentadas, com as cabeças raspadas, os corpos macilentos, tendo na pele sinais de sarna recente. Em alguns lugares as pobres criaturas jazem sobre tapetes, evidentemente muito fracos para se sentarem. Em uma casa as portas estavam fechadas até meia altura e um grupo de rapazes e moças, que não pareciam ter mais de quinze anos, e alguns muito menos, debruçam-se sobre a meia porta e olhavam a rua com faces curiosas. Eram evidentemente negros bem novos. Ao aproximar-me deles, parece que alguma coisa a meu respeito lhes atraiu a atenção; [...] dirigi-me a eles, olhei-os de perto e, ainda que mais disposta a chorar, fiz um esforço para lhes sorrir com alegria e beijei minha mão para eles; com tudo isso pareceram eles encantados; pularam e dançaram, como retribuindo as minhas cortesias. Pobres criaturas! Mesmo que eu pudesse, não diminuiria seus momentos de alegria despertando nelas a compreensão das coisas tristes da escravidão; mas apelaria para os seus senhores, para os que compram e para os que vendem, e lhes imploraria que pensassem nos males que traz a escravidão, não somente para negros, mas para eles próprios, e não somente para eles, mas para suas famílias e para suas decedências.²⁶⁵

A comunidade negra e seus “estranhos” hábitos foram severamente criticados pelos adventícios. Os viajantes, como já foi dito, atribuíram à presença dos africanos alguns problemas da urbe, tais como, a imundície das vias públicas, a criminalidade e a vadiagem. Não foram poucos os viajantes que compararam a chegada à região fluminense com o desembarque em costas africanas, dada a quantidade de negros que encontraram. Pelas contas do viajante inglês James Morier; “A proporção de negros para brancos puros europeus, na cidade de São Sebastião, é de 9 para 1”²⁶⁶. pelos cálculos de Alexander Caldcleugh, que visitou o Rio entre 1818 e 1821, havia então cerca de 21.000 negros na cidade.²⁶⁷

A escravidão era entendida pelos viajantes estrangeiros como um entrave para a implementação da civilização no país. A problemática da escravidão acabou por se prolongar até o final do século XIX, já que o Brasil resistiu o máximo que pôde

²⁶⁴ GRAHAM, Maria, op. cit., p. 169.

²⁶⁵ GRAHAM, Maria, op. cit., p. 254.

²⁶⁶ FRANÇA, Jean M. C. op. cit., (no prelo).

²⁶⁷ CALDCLEUGH, Alexander, op. cit., p. 55.

às campanhas abolicionistas, protelando o quanto foi possível para decretar o fim da escravidão (em 1889).²⁶⁸ Apesar das sérias consequências que o trabalho escravo trazia para o desenvolvimento da nação, os estrangeiros não poderiam fechar os olhos para os progressos que supostamente tinham ocorrido a partir de 1808. A transferência de Dom João VI para o Brasil reforçou as atribuições administrativas e comerciais da cidade e deu início às mudanças que levaram o Rio de Janeiro a ter feições mais europeizadas. Destarte, a capital brasileira, na visão desses viajantes, tornou-se um exemplo da possibilidade de implantação do processo civilizador nos trópicos, como podemos observar pelas palavras de E. Pohl:

Se algum ponto do Novo Mundo merece, por sua situação e condições naturais, tornar-se um dia teatro de grandes acontecimentos, um foco de civilização e cultura, um empório do comércio mundial é, ao meu ver, o Rio de Janeiro. Não posso aqui reprimir essa observação.²⁶⁹

A esperança de dias melhores para o Brasil, talvez, tenha sido a grande mudança nas narrativas de viagem oitocentistas a respeito do país. Viajantes dos séculos XVI, XVII e XVIII, em geral, não acreditavam muito no progresso comercial e cultural da sociedade brasileira. O tom pessimista dos livros de viagem, anteriores ao desembarque do Príncipe Regente, é uma constante no gênero e justifica-se tanto pela má administração da metrópole e proibições que esta impôs ao comércio com outros países, quanto pelas máculas no próprio caráter do colono.

No início do século XIX, em 1803, o famoso explorador – citado inclusive por Hipólito da Costa, no *Correio Brasiliense* – James Kingston Tuckey visitou o Brasil. Em seu relato de viagem, dois comentários em especial representam bem as mudanças na forma em que o estrangeiro encarava o futuro do país. Apesar de Tuckey considerar que a colônia havia sido muito mal administrada pelos portugueses, ela ainda dispunha de abundantes recursos e, portanto, precisava que o colono mudasse sua postura para entrar no rumo do progresso e da civilização. Acompanhemos o seu raciocínio. De saída, o viajante foi enfático quanto às belezas do país:

²⁶⁸ Joaquim Nabuco, numa carta escrita em 1823 ao viajante e cônsul inglês Henry Chamberlain, confirma que as críticas tecidas pelos estrangeiros a escravidão não passavam desapercibidas pela elite carioca: “Estamos totalmente convencidos da inadequação do tráfico de escravos”. Citado por Keneth Maxwell no capítulo “Porque o Brasil foi diferente? O contexto da independência”. In: MOTA, Carlos G. (org.). **Viagem incompleta: a experiência brasileira**. v. 1. São Paulo: Senac/Sesc, 2000, p. 176.

²⁶⁹ POHL, Emmanuel J., op. cit., p. 38.

O solo é tão rico que o fazendeiro tem de estar atento para impedir o rápido crescimento da mais luxuriante vegetação, bem como os matos e arbustos. Poucos meses de negligência são suficientes para que o solo cubra-se com uma vegetação rasteira cerrada, entrelaçada com impenetráveis parreiras de chão.²⁷⁰

Rapidamente, porém, deparamos com o contraponto dessa fartura, a *inércia* portuguesa:

O progresso do distrito do Rio de Janeiro, apesar da inércia dos portugueses tem sido rápido. Nada, é certo, que se compare ao desenvolvimento que teria a região se tivesse sido colonizada por um povo mais industrioso.²⁷¹

O comentário de Tuckey se assemelha muito ao da francesa Rose de Freycinet, de 1817, no qual ela fez a seguinte afirmação: “[...] pena que um tão lindo país não seja colonizado por uma nação ativa e inteligente”.²⁷² O mesmo julgamento foi feito por outra visitante mulher em 1823, Maria Graham:

Esta ilha, ou, ao menos, a parte que visitei, pertence evidentemente a uma nação que foi grande outrora, mas está atualmente pobre demais para impulsionar suas possessões estrangeiras. Algumas belas casas iniciadas estão inacabadas e parecem assim estar há anos. Outras, ainda que em ruína, nem foram reconstruídas nem reparadas. As únicas cousas que dão a impressão de prosperidade atual são as casas de campo inglesas.²⁷³

Para muitos estrangeiros, a riqueza natural não escondia nem a ignorância do povo, nem a má administração portuguesa. Nesse sentido, o que perpassava tais perspectivas é a ideia de que uma terra tão pródiga estava à mercê de uma nação tão indigna de possuí-la. Em 1815, o príncipe Maximiliano ressaltou: “até agora a natureza realizou mais para o Brasil do que o homem”.²⁷⁴ Para o alemão Ludwing von Rango, a pródiga natureza entregue a uma “raça bastarda” era uma espécie de compensação, pois “a natureza, para fazê-los aceitáveis aos olhos do mundo, derramou seus encantos com indizível amor”.²⁷⁵ E concluiu: “é como se tudo que a natureza fizesse por este país fosse magnificamente, por isso parece tanto mais pobre o que o homem criou”.²⁷⁶

²⁷⁰ FRANÇA, Jean M. C., op. cit., 2000, p. 272.

²⁷¹ Ibidem, 2000, p. 274-275.

²⁷² Ibidem, 2008, 101.

²⁷³ GRAHAM, Maria, op. cit., p. 85.

²⁷⁴ WIED-NEUWIED, Maximiliano, op. cit., p. 25.

²⁷⁵ RANGO, Ludwing von, op. cit., p. 132.

²⁷⁶ Ibidem, p. 144.

Com a abertura dos portos, o significativo contingente de estrangeiros em circulação pela na capital promoveu novos padrões de convivência, de cultura e de organização cidadina. Segundo os naturalistas Spix e Martius, com a abertura dos portos, “língua, costume, arquitetura e afluxo de produtos da indústria de todas as partes do mundo dão à praça do Rio de Janeiro aspecto europeu”.²⁷⁷ A cidade, portanto, passou a ter traços de civilidade e modernização, calcados nos exemplos vindos da Europa. Rugendas ressalta que para a época era:

[...] de bom-tom, na alta sociedade, imitar os costumes ingleses; mas estes são tão contrários à vivacidade dos habitantes e mesmo o clima que uma tal preocupação só pode provocar uma impressão desagradável no estrangeiro imparcial. Este não pode de se sentir chocado ao deparar, no meio de uma nação tão grande e tão original, com as mesquinhas, as bobagens e os preconceitos da alta sociedade européia e, principalmente inglesa.²⁷⁸

Conforme passagens das narrativas de Ebel²⁷⁹, Mathison²⁸⁰, Morier²⁸¹, Walsh²⁸² e Graham²⁸³, o luxo importado da Europa exibia-se nas vestimentas, no mobiliário das casas e nas festividades da corte. Claude Freycinet observou que “em geral, os habitantes do Rio têm um gosto pelo luxo, especialmente pelos produtos que chegam da França em lotes cada vez maiores”.²⁸⁴ Para Debret, o gosto europeu seduzia o nacional, mesmo que inadequado para a realidade tropical.²⁸⁵ De acordo com a maioria dos visitantes estrangeiros, os brasileiros pecavam pelo excesso. Sobre este aspecto, Leithold assinalou:

Há relativamente mais luxo aqui do que nas mais importantes cidades da Europa. Com dinheiro compram-se artigos da moda, franceses e ingleses; em suam de tudo. O mundo elegante veste-se, como entre nós, segundo os últimos modelos de Paris.²⁸⁶

Para Spix e Martius, o Rio de Janeiro acabava por ser o irradiador desse culto ao luxo pelo restante do país:

O Brasil não tinha propriamente nobreza sua; os religiosos, os funcionários e as famílias abastadas do interior, isto é, fazendeiros e donos de minas,

²⁷⁷ SPIX, Johann B. Von; MARTIUS, Carl F. P. von, op. cit., p. 42.

²⁷⁸ RUGENDAS, Johann M., op. cit., p. 108.

²⁷⁹ EBEL, Ernest, op. cit, p. 26-28.

²⁸⁰ MATHISON, op. cit., p. 11.

²⁸¹ FRANÇA, Jean. M. C. op., cit., 2009, (no prelo).

²⁸² WALSH, Robert, op. cit., p. 81.

²⁸³ GRAHAM, Maria, op. cit., p. 177.

²⁸⁴ FREYCINET, Louis C. de, op. cit., p.181, tradução nossa.

²⁸⁵ DEBRET, Jean B., op. cit., p. 110.

²⁸⁶ LEITHOLD, Theodor, op. cit., p. 29.

possuíam todos antes da vinda do rei, por assim dizer, os privilégios e distinções de nobreza. A concessão de títulos e cargos doados pelo rei atraía uma parte deles à capital, e daí, tomando gosto pelo luxo e modo de vida do europeu, começaram a exercer uma influência muito diferente da anterior nas outras classes do povo. Também as províncias mais afastadas do novo reino, cujos habitantes vinham passear no Rio por curiosidade, por interesse próprio ou questões de família, acostumaram-se a considerar esta cidade como sua capital, e a adotarem os seus costumes e modos de pensar que, depois da vinda da corte, se salientaram como europeus.²⁸⁷

Ferdinand Denis, sobre o impacto dos costumes europeus na sociedade fluminense, escreveu:

No Rio e em todas as grandes cidades da América, o caráter dos habitantes varia ao triunfo, segundo a idade e profissões: porém não se poderia disseminar que o movimento, que o império imprimiu nos costumes, estabeleceu uma diferença assaz sensível entre as duas gerações. Muito limitado é o número de famílias, que, de certo ponto, não tem adotado os usos dos ingleses e franceses. [...]. De outra parte, as classes elevadas, sobretudo nos portos do mar, renunciarão ao que tem de primitivo, para se darem à imitação dos costumes ingleses; imitação, que não pode redundar em proveito dos habitantes, e que, infelizmente, só é própria para disfarçar a franqueza e falta de estabilidade sob exige e formalidades de toda espécie.²⁸⁸

A adoção das modas europeias foi assunto amplamente discutido pelos viajantes. A partir de 1808, o que se vê circular nas ruas cariocas são os modelos europeus de vestir, mesmo entre as classes menos favorecidas. Um dos aspectos que mais chamou a atenção do estrangeiro que visitava o Brasil era o descompasso entre o clima tropical e a moda importada do Velho Mundo, uma vez que o vestuário europeu não se adequava ao calor intenso do Rio de Janeiro. Desse modo, para Rose Freycinet,²⁸⁹ Luccock,²⁹⁰ Rango,²⁹¹ entre outros, a forma como o vestuário de origem europeia havia sido adotado pelos brasileiros ganhava ares exóticos e não permitiam o desenvolvimento de um traje tipicamente nacional. Nas palavras de Pohl, “veste-se no Rio à moda francesa e inglesa, havendo bastante luxo, que, às vezes, se mostra de maneira inteiramente exótica”.²⁹² Para Leithold:

Apesar do calor e mesmo com tempo bom, a gente do povo, brasileiros e mulatos, usa uns casacos pesados e felpudos. O mesmo fazem as mulheres, que ainda se cobrem de véus pretos. Doutro modo, vestem-se

²⁸⁷ SPIX, Johann B. Von; MARTIUS, Carl F. P. von, op. cit., p. 45.

²⁸⁸ DENIS, Ferdinand, op. cit., p. 33.

²⁸⁹ FRANÇA, Jean M. C., op. cit., 2008.

²⁹⁰ LUCCOCK, John, op. cit., p. 112-113.

²⁹¹ RANGO, Ludwing, op. cit., p. 22.

²⁹² POHL, Emmanuel J., op. cit., p. 44.

elas, brasileiras e portuguesas, de sedas e tafetás, enquanto as negras e mulatas usam tecidos grosseiros de lã em cor preta. Mesmo num clima tão quente, muitas famílias tomam chá e ainda comem as onze da noite.²⁹³

Dez anos após o comentário de Leithold, o reverendo Walsh descreveu uma cena que o deixou perplexo, tanto pelo desajuste da adoção de vestimentas europeias à realidade brasileira, quanto pelo que representava em termos de ostentação. Em seu comentário fica patente sua posição contrária ao sistema escravocrata, nas entre linhas, Walsh revela as máculas que a escravidão deixou no caráter dos brasileiros:

Entre as pessoas ali presentes achava-se uma senhora brasileira, a qual constituía um bom exemplo das mulheres do campo, de sua classe. Usava um chapéu de feltro redondo, semelhante aos ingleses, e sob ele um lenço envolvendo-lhe a cabeça como uma touca de dormir. Embora o calor fosse escaldante, ela estava envolta a uma ampla capa de lã escarlate, a qual, entretanto, mantinha arrepanhada o suficiente para deixar à mostra os sapatos bordados e as méis de seda. Estava acompanhada de um escravo negro, que lhe protegia a cabeça com um guarda-sol. Ela passou em revista os escravos, lenta e deliberadamente, dando a impressão de que estava comparando orgulhosamente a sua própria importância com a miséria deles.²⁹⁴

De acordo com Mathison, os cariocas sentiam a necessidade de exhibir-se para conseguir o respeito social e, talvez por este motivo, exageravam na aparência.²⁹⁵ Segundo conta boa parte dos relatos, as festividades eram o momento propício para que homens e mulheres – sobretudo as mulheres – ostentassem perante a sociedade carioca os adornos e acessórios que eram importados da França e da Inglaterra. Spix e Martius afirmam:

O luxo das mulheres é indescritível. Jamais encontrei reunidas tantas pedras preciosas e pérolas de extraordinária beleza, quanto nos beija-mãos de gala e no teatro, por certo as duas únicas ocasiões em que se exibem e dão asas à sua faceirice. Seguem o gosto francês, ousadamente decotadas.²⁹⁶

O modo de vida da mulher brasileira sempre foi assunto para as relações de viagem. As mulheres, sobretudo as de pele branca, pouco eram vistas circulando pelas ruas cariocas, cabendo-lhes somente a supervisão dos afazeres domésticos e a educação da prole. Viajantes como Luccock,²⁹⁷ Mawe,²⁹⁸ Rugendas,²⁹⁹

²⁹³ LEITHOLD, Theodor, op. cit., p. 8.

²⁹⁴ WALH, Robert, op. cit., p. 41.

²⁹⁵ MATHISON, Gilbert F., op. cit., p. 52.

²⁹⁶ SAINT-HILAIRE, Auguste, op. cit., 1974, p. 30.

²⁹⁷ LUCCOCK, John, op. cit., p. 256.

Mathison³⁰⁰ e Caldcleugh,³⁰¹ por exemplo, descreveram a mulher branca como a enclausurada no lar, que “vivia a maior parte do tempo nos aposentos”.³⁰² As mulheres cariocas eram vistas somente quando iam às missas, fora isso, a única ocasião em que se admitia a presença feminina, com a condição de estarem devidamente acompanhadas dos pais ou maridos, eram nas cerimônias da corte ou nos espetáculos de teatro e música. Leithold assinala que nem mesmo as meretrizes andavam desacompanhadas, sendo escoltadas por criados particulares.³⁰³ O príncipe Maximiliano lamentou a ausência feminina no cotidiano da cidade, já que, segundo ele, a beleza das mulheres brasileiras era incomparável, muito superior à das europeias.³⁰⁴ A senhora Freycinet observou que:

As mulheres, proibidas de ir a espetáculos, cuidam de substituí-los por essas festas religiosas, às quais comparecem sempre muito enfeitadas e decotadas, como se estivessem em um baile, tratando mais de se divertirem do que de rezar a Deus. Vi algumas muito bonitas: são realmente umas morenas atraentes.³⁰⁵

Pelo que sugerem as relações de viagem, nas primeiras décadas do século XIX não havia muitas opções para quem quisesse se distrair da capital brasileira. Para além das festividades religiosas, a população carioca divertia-se com as aparições da Família Real e com uma vida cultural ainda incipiente, que contava com umas poucas apresentações musicais e peças de teatro. De acordo com John Mawe “a vida que aqui se leva é muito monótona; poucas são as distrações e quase não há reuniões sociais. Quem quer se divertir tem que fazê-lo por sua iniciativa própria”.³⁰⁶ Quase sete anos após o comentário do mineralogista, o prussiano Leithold criticou severamente a vida que se levava na capital:

[...] para se sentir feliz no Rio de Janeiro e suas vizinhanças, pois não há vida mundana ou reuniões sociais, excluindo o teatro; fica-se como isolado e morto para o resto do mundo, a perder o melhor de seu tempo, transpirando incessantemente, como num banho turco, à cata de uma brisa ou a combater os insetos, até com bofetadas, para ter paz. E em compensação de tantos sacrifícios, apenas a bela natureza, os rochedos

²⁹⁸ MAWE, John, op. cit., p. 92-93.

²⁹⁹ RUGENDAS, Johann M., op. cit., p. 74.

³⁰⁰ MATHISON, Gilbert F., op. cit., p. 11-12.

³⁰¹ CALDCLEUGH, Alexander, op. cit., p. 64.

³⁰² LEITHOLD, Theodor, op. cit., p. 27.

³⁰³ Ibidem, p. 28-31.

³⁰⁴ WIED, Maximiliano, op. cit., p. 37-38.

³⁰⁵ FRANÇA, Jean M. C., op. cit., 2008.

³⁰⁶ MAWE, John, op. cit., p. 26.

selvagens que acabam por nos deixar indiferentes, nas condições lamentáveis em que se vive, como entre nós as dunas e os monturos.³⁰⁷

Os cerimoniais no Paço reuniam centenas de súditos que prestavam honras à família real. Os viajantes, ao narrarem tais cerimoniais, demonstram estranheza com o *beija-mão* – solenidade que normalmente acontecia todas as noites, às oito horas, em São Cristóvão, nos festejos de gala na Corte e depois das missas na Capela Real. Luccock relatou que, numa dessas noites, em que estiveram presentes cerca de trezentas pessoas, pasmou ao pensar que “o rei teve a mão beijada seiscentas vezes”.³⁰⁸ Já Leithold impressionava-se porque os súditos nessas ocasiões limitavam-se à apenas beijar a mão do rei, sem pronunciar uma única palavra.³⁰⁹ Ao tratar deste hábito, Debret explicou que, quando o rei ou alguém da família real saía do Paço, todo português ou brasileiro, sem exceção, e independentemente das circunstâncias climáticas, deveria apejar o carro e fazer a genuflexão.³¹⁰ Complementando a informação do pintor francês, a senhora Freycinet observou:

É hábito em Portugal, e agora no Brasil, toda pessoa – não importando a sua posição social ou idade – que se encontrar no caminho do rei quando este vai à rua, ajoelhar-se durante a sua passagem, mesmo que seja na lama; as pessoas a cavalo ou em carros não estão isentas dessa constrangedora cerimônia.³¹¹

Apesar de tais exigências, os adventícios destacaram a falta de realeza da família real portuguesa. Para os viajantes, a Corte pouco ostentava a sua posição social. Nas palavras de Luccock: “se humilde era a residência real, mais humilde ainda se mostravam no seu aparelho e séquito, quando apareciam em público”.³¹² Segundo Mathison³¹³ e Henderson,³¹⁴ as dificuldades financeiras relegaram a Coroa joanina a uma representação modesta, que não condizia com a riqueza da colônia americana que ainda era por ela controlada. A abundância de recursos naturais exigia um governo eficiente. No entanto, pelo que sugerem os relatos, o rei era um “baixinho gordinho” problemático e, apesar de toda sua simpatia, faltava-lhe talento

³⁰⁷ LEITHOLD, Theodor, op. cit., p. 72.

³⁰⁸ LUCCOCK, John, op. cit., p. 67.

³⁰⁹ LEITHOLD, Theodor, op. cit., p. 63-64.

³¹⁰ DEBRET, Jean B., op. cit., p. 76.

³¹¹ FRANÇA, Jean M. C., op. cit., 2008, p. 72.

³¹² LUCCOCK, John, op. cit., p. 66.

³¹³ MATHISON, Gilbert F., op. cit., p. 52.

³¹⁴ HERNDERSON, James, op. cit., p. 39-40.

para a política.³¹⁵ D. João, pela descrição da senhora Freycinet, era “um homem com pouquíssimos méritos, um homem que passaria por besta se não fosse rei”.³¹⁶

D. João, apesar de sua imagem pouco *real*, recebeu elogios por suas iniciativas que visavam transformar o Rio numa verdadeira capital. Mawe comentou que o ano de 1808 marcava um novo tempo para aquela terra que ainda era colônia portuguesa, mas que possuía todos os atributos para tornar-se independente,³¹⁷ ao elogiar as iniciativas do Príncipe Regente, ressaltou:

É justo acrescentar que, desde a chegada da Corte, foram adotadas medidas para efetuar uma reforma completa nos seminários e outras instituições de instrução pública; e que o Príncipe Regente na sua solicitude pelo bem estar de seus súditos, zelosamente patrocinou todos os empreendimentos, para neles desenvolver o gosto pelos conhecimentos úteis.³¹⁸

Contemporâneo a Mawe, John Luccock também reconheceu os esforços da administração joanina: “Desde a chegada de D. João VI ao Rio, o governo português fez várias tentativas louváveis para introduzir no Brasil, além das instituições civis, os estabelecimentos de instrução pública da Metrópole”.³¹⁹ Treze anos depois, Rugendas também se preocupou em descrever os resultados das ações de D. João e de seus ministros, e concluiu: “[...] encontra-se hoje em dia uma cidade imperial populosa, animada pela atividade do comércio mundial, imponente pelo esplendor que lhe emprestam as cerimônias do culto católico e os seus edifícios, e revelando, na sua Corte, todo o brilho das Cortes da Europa”.³²⁰ Em acordo com a visão destes ilustres viajantes, os naturalistas Spix e Martius atentaram para o sentimento de emancipação que tais transformações despertaram entre os nacionais:

Parece, entretanto, que em geral, a passagem da colônia dependente para reino autônomo foi considerado muito menos um bem no próprio Brasil, que uma conseqüência adversa de que Portugal se ressentiu. Somente agora, depois do alargamento de sua visão pela experiência, e quando a potência deste continente, estimulada por mudanças políticas, se desenvolver mais rapidamente, é que os brasileiros reconhecerão quão depressa atravessaram os diversos graus de civilização, no espaço de tempo de doze anos que D. João VI permaneceu no Brasil.³²¹

³¹⁵ Ver: FREYCINET, Louis C. de, op. cit., p. 26 e HENDERSON, James, op. cit., p. 40.

³¹⁶ FRANÇA, Jean M. C., op. cit., 2008, p. 83.

³¹⁷ MAWE, John, op. cit., p. 83.

³¹⁸ Ibidem, p. 86.

³¹⁹ LUCCOCK, John, op. cit., p. 107.

³²⁰ RUGENDAS, Johann M., op. cit., p. 103.

³²¹ SPIX, Johann B. von; MARTIUS, Carl F. P. von, op. cit., p. 46.

Igualmente, Robert Walsh, no ocaso de 1830, fez questão de reverenciar a figura de D. João como aquele que, através de seus atos liberais e esclarecidos, fez eclodir na nação um sentimento de liberdade, incompatível com a condição colonial:

Nada poderia ser mais contrastante do que a chegada de D. João VI ao Brasil e sua partida. Ao chegar foi recebido com a alegria causada pelo respeito e amor que o povo tinha a sua pessoa e tristeza, ao mesmo tempo, pelo fato de estar exilado. Todos os seus primeiros atos foram considerados generosos e vindos de um ser superior, e ainda hoje considerados assim pelos jornais contemporâneos. Certamente nenhuma nação deveu mais a um rei do que os brasileiros a ele, pelos decretos sábios, benéficos e liberais que marcaram os primeiros anos de sua estada no país. Gradualmente ele estabeleceu os fundamentos dessa independência que agora desfrutam, e os preparou para ela através de vários atos que tencionavam melhorar e enriquecer o país e tornar o povo mais culto. Mas ele foi totalmente incapaz de controlar e dirigir o sentimento de liberdade despertado entre o povo, [...].³²²

O brasilianista Ferdinand Denis, no que tange a separação do Brasil de Portugal, frisou que o rompimento deveria ser tanto político, quanto intelectual, pautado nas singularidades de um Brasil que se mostrava belo e próspero. Para tanto, o francês sugeriu:

A América, exuberante de juventude, deve ter pensamentos novos e enérgicos idênticos a ela; nossa glória literária já não pode iluminá-la [...]. Nesse belo país, tão favorecido pela natureza, o pensamento deve engrandecer-se com o espetáculo que lhe é oferecido; majestoso [...], ele deve permanecer independente e procurar sentido apenas na observação.³²³

Maria Graham, focando os desdobramentos políticos de 1822, considerou a atitude de Dom Pedro como um passo para a liberdade. E aconselhou que os brasileiros se unissem em torno do novo governo, que traria ao país a força e a tranquilidade:

Agora é preciso só recomendar-vos a *União e Tranquilidade!* Expressões realmente sublimes e que contêm toda a filosofia política. Sem *União* não poderemos ser fortes, sem força não poderemos determinar a *tranquilidade*. Portugueses. Cidadãos. Tendes um Príncipe que vos fala com gentileza de suas próprias funções; que nos convida a unirmo-nos com ele em torno à Constituição, que vos recomenda aquela força moral que compreende a justiça e que se identifica com a razão, e que só ela pode completar a grande obra iniciada. Hoje quebrastes os laços que vos ameaçavam sufocar. Hoje assumis a verdadeira atitude de homens livres.³²⁴

³²² WALSH, Robert, op. cit., p. 95-96.

³²³ DENIS, Ferdinand, op. cit., p. 515.

³²⁴ GRAHAM, Maria, op. cit., p. 198.

Falas como as de Maria Graham reforçavam a ideia de que era possível construir uma nação. Os treze anos que a Corte portuguesa permaneceu no Rio de Janeiro foram cruciais para que se despertasse este sentimento nos brasileiros. A necessidade de organizar uma nação tornou-se recorrente para os políticos do período e a questão da “identidade nacional” atraiu a atenção dos letrados de modo muito especial.

As imagens do país produzidas pelos estrangeiros nas primeiras décadas do século XIX influenciaram toda uma geração de intelectuais, e é possível perceber suas marcas durante todo o processo de formação do Estado Imperial. A notoriedade que o relato de viagem alcançou nesse período deve-se, sobretudo, à importância que se passou a atribuir à viagem como meio para se obter conhecimento científico. No Brasil, malgrado certo atraso na divulgação dessa literatura, é possível encontrar importantes publicações que ressaltavam a importância do papel da viagem bem como enalteciam o contributo do estrangeiro para o desenvolvimento do país – como foi observado no segundo capítulo deste trabalho.

Especialmente na década de trinta do oitocentos, o intelectual no Brasil passou a ser um agente representativo da construção de uma história nacional, uma história que, desde cedo, manteve constante diálogo com os estrangeiros. A interlocução entre os intelectuais europeus e brasileiros estabeleceu um duplo movimento: se por um lado a Europa participava do processo de construção de um país recém-independente na América, de outro, o Brasil emancipado buscava sua aceitação entre as nações tidas como modernas e civilizadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ano de 1808 marca, sem dúvida, o início de uma nova fase para a história do Brasil, a saber: o início de um processo de “descolonização”, que culminaria na proclamação da Independência, em 1822, e, nove anos mais tarde, na abdicação de D. Pedro I³²⁵. Tudo isso porque a crise política que forçou a vinda da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro desencadeou, aqui, importantes transformações, a começar pela imediata abertura dos portos às nações amigas, que favoreceu o aumento das transações comerciais e um maior intercâmbio cultural com o estrangeiro. Além disso, durante a estada do monarca lusitano, foram criadas escolas, museus e bibliotecas, procedeu-se à urbanização da capital e, muito importante, teve início a produção e livre circulação do impresso no país. Medidas que, embora pretendessem simplesmente transplantar as instituições portuguesas para a cidade, servindo às necessidades da Corte, acabaram por dar início à institucionalização da cultura brasileira e a estimular os brasileiros a elaborarem uma identidade nacional e a organizarem-se como nação.

Os viajantes estrangeiros desempenharam um papel fundamental neste processo de formação da cultura local. Foram eles, por exemplo, os primeiros a comporem trabalhos de história do Brasil, como é o caso das obras de Robert Southey e James Henderson³²⁶. Foram as inúmeras narrativas de viagem que escreveram que propagaram conceitos e ideias sobre um país que, pelo menos até 1808, era muito pouco conhecido na Europa. E foram essas mesmas narrativas sobre as populações e a natureza tropicais que despertavam o interesse dos brasileiros, especialmente das elites, para si próprios e para o seu país; segundo Sérgio Buarque de Holanda,

Aí está um dos fatores do vivo interesse que, ainda em nossos dias, podem suscitar os escritos e quadros dos viajantes chegados do Velho Mundo entre o ano da vinda da corte e, pelo menos, o do advento da Independência. De tão visto e sofrido por brasileiros, o país se tornara quase incapaz de excitá-los. Hão de ser homens de outras terras,

³²⁵ MOTA, Carlos G. Da ordem imperial no século pombalina à fundação do Império brasileiro (1750-1831): o significado da Abertura dos Portos (1808). In: OLIVEIRA, Luis V; RICUPERO, Rubens (org.). **A Abertura dos portos**. São Paulo: Senac, 2007, p. 62.

³²⁶ Adolpho Vanhargen, em sua *História Geral do Brasil*, destacou algumas obras de estrangeiros – como a Aires de Casal, Southey, Spix e Martius, Maximiliano Wied-Neuwied, Saint-Hilaire – que alimentaram o imaginário brasileiro a respeito de sua história. Ver: VARNHAGEN, Francisco A. **História Geral do Brasil**, t. II. Rio de Janeiro: H. Laemmert, 1857, p. 341-353.

emboabas de olho azul e língua travada, falando francês, inglês, principalmente alemão, os que se vão incumbir do *novo descobrimento* do Brasil.³²⁷

Na busca de soluções para a construção de uma identidade para um país ainda “sem passado”³²⁸ e imerso em fortes contradições, a adesão aos relatos de viagem, principalmente no que tange à exaltação da natureza e à prodigalidade da terra, foi fundamental. Daí a estreita vinculação existente entre literatura de viagem e a construção da nacionalidade.

Para os viajantes, o Brasil era, sob muitos aspectos, um dos lugares mais interessantes do Novo Mundo e, talvez, aquele que, pelas suas condições naturais, apresentava as maiores garantias de um rico porvir. O país possuía os mais belos portos da terra e contava com um solo capaz de produzir tudo o que as necessidades materiais do homem exigiam e tudo o que o Estado poderia precisar da natureza para a sua prosperidade. Todavia, a apreciada generosidade da Mãe natureza, demandava um povo sábio, perspicaz, capaz de implementar as bases da modernidade, um povo que abdicasse do retrógrado passado colonial e adquirisse qualidades intelectuais modernas, capazes de potencializar os benefícios de uma natureza tão pródiga.

Intelectuais da envergadura de Adolpho Vanhargen, um dos fundadores, no final da década de 30 do oitocentos, do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (IHGB), em sua *História Geral do Brasil* apontou a importância dos viajantes na construção da história do país recém-independente, e elencou alguns autores-viajantes, tais como Maximiliano Wied, Spix e Martius, Ferdinand Dennis, e outros, cujas narrativas considerava fundamentais para a composição de uma história do Brasil³²⁹.

Outrossim, José Bonifácio, por exemplo, propôs um projeto para o país independente calcado também nas ideias de importantes viajantes naturalistas, como Alexander von Humboldt, John Mawe e Auguste Saint-Hilaire. Tal projeto previa a revisão das práticas agrícolas, a otimização dos recursos naturais, a manutenção da unidade territorial e a abolição, mesmo que gradual, da escravidão. Por conta do longo tempo que passou na Europa – trinta e seis anos –, as propostas

³²⁷ HOLANDA, Sérgio B., op. cit., 2003, p. 17 (grifo nosso).

³²⁸ “Sem passado” aqui remete-nos à ideia de que o Brasil, até 1822, não possuía uma história genuinamente nacional.

³²⁹ VARNHAGEN, Francisco Adolfo. **História Geral do Brasil**. São Paulo: Melhoramentos, v.5, p. 341-357, 1948.

de Bonifácio para o país, “baseavam-se num Brasil distante e livresco, o mesmo que estava disponível para tantos estudiosos europeus que consumiam avidamente os relatos produzidos por viajantes naturalistas”³³⁰.

E José Bonifácio não foi o único. Parte significativa da construção do imaginário nacional do Brasil independente se fez em interlocução com a imagem construída e divulgada pelos viajantes europeus, sobretudo aqueles que começaram a frequentar o país no final do século XVIII e que contaram os detalhes do processo de emancipação e de nascimento de uma nova nação.

³³⁰ PÁDUA, José. A. **Um sopro de destruição**: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888) Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002, p. 142.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Periódicos Oitocentistas:

A Gazeta do Brasil. Rio de Janeiro: Typ da Gazeta / Typ. do Diario do Rio, 1827-1828.

A Mineira no Rio de Janeiro: jornal político e literário. Rio de Janeiro: Typographia Fluminense de Brito e Cia., 1833.

A miscellania scientifica. Rio de Janeiro: Typographia de José Andres Garcia Ximenes, 1835.

A Verdade: jornal miscellanico: Rio de Janeiro: Typ. Nacional / Typ. Gueffier, 1832-1834.

Annaes fluminenses de ciencias, artes e litteratura. Rio de Janeiro: Typographia de Santos e Souza, 1822.

Compilador constitucional político e literário brasiliense. Rio de Janeiro: Typ.Nacional / Typ. de Moreira e Garcez, 1822.

Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1822.

Correio Brasiliense, ou Armazém literário. Londres: W. Lewis, 1808-1822.

Diário de annuncios. Rio de Janeiro: Typographia de Lena & Pereira, 1833.

Espelho diamantino: periódico de política, litteratura, bellas artes, theatro e modas, dedicado às senhoras brasileiras. Rio de Janeiro: Imperial Typ. de P. Plancher-Seignot, 1827-1828.

Jornal Scientifico, economico e litterario: ou colleção de peças, memórias, relações, viagens, poesias e anedoctas; mixto de instrução e recreio acomodado a todo genero de leituras: Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1826.

Luseiro fluminense: jornal histórico, literário e analítico. Rio de Janeiro: Typ. do Diário, 1832.

O americano: jornal político e literário. Rio de Janeiro: Typografia de R. Orgier/ Tip. de Lessa & Pereira, 1831.

O beija-flor. Rio de Janeiro: Typographia de Guefier e Ca., 1830.

O Carejó: jornal político e literário. Rio de Janeiro: Typ. de Lessa e Pevisa, 1832-1833.

O Cometa: periódico literário, recreativo e noticioso. Rio de Janeiro: Typ. Economica/ Typ.do Diário,1832.

O Conciliador do Reino. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1821.

O conciliador fluminense, o jornal político, histórico e miscellanico. Rio de Janeiro: Typographia Fluminense de Brito e C./Typographia do Diário, 1832.

O Exaltado: jornal litterario politico e moral. Rio de Janeiro: Typ. de Gueffier, 1831-1835.

O Moderador, novo correio do Brasil: jornal politico, commercial e litterario: Rio de Janeiro: Typ. de Ogier/Imprimerie du Moderador/Typ. do Moderador, 1830-1831.

O observador: jornal político e literário. Rio de Janeiro: Typ. de Cunha & Vieira, 1831.

O Patriota: jornal litterario político e mercantil do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1813-1814.

O Publicador, litterario, commercial e de annuncios. Rio de Janeiro: Typ. J. B. Oliveira e Cia, 1836.

O regente: jornal político e literário. Rio de Janeiro: Typographia de Lessa & Pereira / Typ do Diário, 1831-1832.

O Sol: periódico de notícias nacionaes e estrangeiras, de correspondências e annuncios, e tudo mais que for a bem do Império e do Brasil. Rio de Janeiro: Typographia de Torres, 1827.

O tempo: jornal político e literário. Rio de Janeiro: Typographia de Rodrigues & C^a / Typographia de Silva & Comp., 1832-1834.

Literatura de viagem:

ABEL, Clarke. **Narrative of a journey in the interior of China: and of a voyage to and from that country, in the years 1816 and 1817.** Londres: Longman, Hurst, Rees, Orme, and Brown, 1818.

ARAGO, Jacques E. V. **D'um a outro pólo.** Tomo I. trad. Nascimento Menna. Lisboa: Imprensa de Francisco Xavier de Souza, 1855.

BEYER, Gustaf. Ligeiras notas de viagem do Rio de Janeiro à Capitania de S. Paulo, no Brasil, no verão de 1813. Tradução por Alfredo Löfgren. In: **Revista do Instituto Histórico e Geographico de São Paulo**, v. XII. São Paulo, 1907.

BRACKENRIDGE, Henri M. **Voyage to South America.** Baltimore: Cushing and Jewett, 1819; RADDI, Guiseppe. **Flora Brasiliana.** Roma: Instituto Italo-latino americano, 1976.

CALDCLEUGH, Alexander. **Travels in South America, during the years 1819-20-21.** Londres: Jonh Murray, Albemarie, 1825.

CAMPBELL, Archibald. **A voyage round the world, from 1806 to 1812; in which Japan, Kamschatka, the Aleutian Islands, and the Sandwich Islands.** Edinburgh: A. Constable and Company, 1816.

DEBRET, Jean B. **Viagem pitoresca e histórica ao Brasil.** 6. ed, t. II, v. III. Trad. Sérgio Millet. São Paulo: Martins/INL, 1975.

DENIS, Ferdinand. **Brasil.** Trad. Mário Guimarães Ferri. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980.

EBEL, Ernest. **O Rio de Janeiro e seus arredores em 1824.** Trad. Joaquim de Sousa Leão Filho. São Paulo: Companhia Ed. Nacional, 1972.

ELLIS, Henry. **Journal of the proceedings of the late embassy to China.** Londres, Printed for J. Murray, 1817.

ELLIS, William. **Polynesian researches, during a residence of nearly six years in the South Sea Islands, including descriptions of the natural history and scenery of the Islands, with remarks on the history, mythology, traditions, government, arts, manners, and customs of the inhabitants.** Londres: Fisher, Son, & Jackson, 1839-42. 3v.

ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig von. **Pluto Brasilienses.** Trad. Domicio de Figueiredo Murta. São Paulo: Universidade de São Paulo; Belo Horizonte: Itatiaia, 1979.

FREYCINET, Claude-Louis de S. **Voyage autour de mondu.** Paris: Chez Pillet Ainé, 1825.

GENDRIN, Victor Athanase. **Recit historique, exact et sincere, par mer et par terre, de quatre voyages faits av bresil, av chili, dans les.** Versailles: M Gendrin, 1856.

GRAHAM, Maria. **Diário de uma viagem ao Brasil:** de uma estada nesse país durante parte dos anos de 1821, 1822 e 1823. Trad. Américo Jacobina Lacombe. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956.

HENDERSON, James. **A history of the Brazil:** comprising its geography, commerce, colonization, aboriginal inhabitants. Londres: Longman, Hurst, Rees, Orme, and Brown, 1821.

KUTZEBUE, Otto von. **A new Voyage round the wolrd in the years 1823, 1824, 1825 and 1826.** Londres: H. Colburn & R. Bentley, 1830.

LEITHOLD, Theodor von; RANGO, Ludwing von. **O Rio de Janeiro visto por dois prussianos em 1819.** Trad. Joaquim de Sousa-Leão. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966.

LUCCOCK, John **Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil.** Trad. Milton da Silva Rodrigues. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1975.

MACLEOD, John. **Narrative of a Voyage, in His Majesty's late Ship Alcester, to the Yellow Sea, along the Coast of Chorea, and through its numerous hitherto undiscovered islands, to the island of Lewchew; with an account of her shipwreck in the straits of Gaspar.** Londres: John Murray, 1817.

MACLEOD, John. **The voyage of the Alceste to the Ryukyus and Southeast Asia.** Introdução de Shannon McCune. Rutland, VT., C.E. Tuttle Co., 1963.

MATHISON, Gilbert F. **Narrative of a visit to Brazil, Chile, Peru, and the Sandwich Islands, during the years 1821 and 1822.** Londres: Charles Knight, 1825.

MAWE, John. **Viagens ao interior do Brasil.** Trad. Selena Benevides. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1978.

MORIER, James Justinian. **A second journey through Persia, Armenia, and Asia Minor, to Constantinople, between the years 1810 and 1816: with a journal of the voyage by the Brazils and Bombay to the Persian Gulf: together with an account of the proceedings of His Majesty's embassy under His Excellency Sir Gore Ouseley.** Londres: Longman, Hurst, Rees, Orme, and Brown, 1818.

OUSELEY, William Gore. **Travels in various countries of the East; more particularly Persia. A work wherein the author has described, as far as his own observations extended, the state of those countries in 1810, 1811, and 1812.** Londres: Rodwell and Martin, 1819-1823, 3 v.

OUSELEY, William. **Views in South America, from original drawings, made in Brazil, the river plate, the parana, & c. & C.** Londres: Thomas Mclean, 1854.

POHL, Johann E. **Viagem ao interior do Brasil empreendida nos anos de 1817 a 1821.** Trad. Milton Amado e Eugenio Amado. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1976.

PRIOR, James. **Lisburn, to Mozambique, Johanna, and Quiloa; to St Helena; to Rio de Janeiro, Bahia.** Londres: Sir Richard Phillips and Co., 1819.

PRIOR, James. **Voyage along the Eastern Coast of África, to Moçambique, Johanna, and Quiloa; to St. Helena; to Rio de Janeiro, Bahia, and Pernambuco in Brazil.** Londres: Richard Phillips & Co., 1819.

RANGO, Ludwing von; LEITHOLD, Theodor von. **O Rio de Janeiro visto por dois prussianos em 1819.** Trad. Joaquim de Sousa-Leão. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966.

RUGENDAS, Johan Moritz. **Viagem pitoresca através do Brasil.** Trad. Sérgio Milliet. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1979.

SAINT-HILAIRE, Auguste. **Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo.** Trad. Vivaldi Moreira. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1974.

SAINT-HILAIRE, Auguste. **Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais**. Trad. Vivaldi Moreira. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1975.

SHILLIBEER, John. **A narrative of the Briton's voyage, to Pitcairn's Island**. Taunton: Printed for the author by J.W. Marriott; Londres: Law and Whittaker, 1817.

SIDNEY, Henry. **The travels and extraordinary adventures of Henry Sidney, in Brazil, and the interior regions of South America, in the years 1809, 1810, 1811, and 1812**. Londres: J. Ferguson, 1815.

SPIX, Johann B. V.; MARTIUS, Carl F. P. V. **Viagem pelo Brasil**. Trad. Lúcia Furquim Lahmeyer. 3. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1976.

TEMPLE, Edmond. **Travels in various parts of Peru, including a year's residence in Potosi**. Londres: H. Colburn & R. Bentley, 1830. v. II.

WALSH, Robert. **Notícias do Brasil: 1828-1829**. vol. 1. Trad. Regina Régis Junqueira. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1985.

WIED-NEUWIED, Maximilian. **Viagem ao Brasil**. Trad. Edgar Sussekind de Mendonça e Flávio Poppe de Figueiredo. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Univ. de São Paulo, 1989.

Textos Oitocentistas:

CARVALHO, José de. **Cartas e outras obras selectas**. Lisboa: Tipografia Real, 1822.

LISBOA, José da S. **Estudos do bem-comum e economia política**. t. II. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1820.

MACEDO, Joaquim M. de. **Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro**. v. I. São Paulo: Planeta Azul, 2004.

SANTOS, Luís Gonçalves dos. **Memórias para servir à história do reino do Brasil**. Rio de Janeiro: Livraria Editora Zélio Valverde, 1943.

Estudos:

ABREU, Márcia; SCHAPOCHNIK, Nelson (org.). **Cultura letrada no Brasil: objetos e práticas**. Campinas: Mercado das Letras, Associação de Leitura do Brasil (ALB); São Paulo: Fapesp, 2005.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Vida privada e ordem privada no Império. In: **História da vida privada no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. v. 2.

ALGRANTI, Leila Mezan. "Censura e Comércio de livros no período de permanência da corte portuguesa no Rio de Janeiro (1808-1821)". **Revista Portuguesa de História**. Coimbra, t. XXXIII, p. 631-663, 1999.

AMORA, Antônio Soares. **O romantismo**. São Paulo: Cultrix, 1971.

AZEVEDO, Fernando. **A transmissão da cultura**. São Paulo: Melhoramentos, 1976.

BELLUZZO, Ana Maria de Moraes. **Brasil dos viajantes**. v. 1. Imaginário do novo mundo. v. 2. Um lugar no universo. v. 3. A construção da paisagem. São Paulo: Metalivros; Salvador: Fundação Emílio Odebrecht, 1994.

BERGER, Paulo. **Bibliografia do Rio de Janeiro**: viajantes e autores estrangeiros. 1531-1900. 2. ed. Rio de Janeiro: SEEC, 1980.

BICALHO, Maria Fernanda. **A cidade e o império**: o Rio de Janeiro no século XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CAMARGO, Ana Maria de A.; MORAES, Rubens B. **Bibliografia da impressão régia do Rio de Janeiro**. São Paulo: Edusp, 1993.

CAMPOS, Pedro Moacyr. "Imagens do Brasil no Velho Mundo". In: **História geral da civilização brasileira** (org. Sérgio Buarque de Holanda). t. II: "O Brasil Monárquico". v. 1. "O processo de emancipação". São Paulo: Difel, 1985.

CÂNDIDO, Antônio. **Formação da literatura brasileira**: momentos decisivos 1750-1880. 11. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2007.

_____. **Literatura e sociedade**: estudos de teoria e história literária. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973.

CARELLI, Mario. **Culturas cruzadas**: intercâmbios culturais entre França e Brasil. Campinas: Papyrus, 1994.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem**: a elite política imperial; **Teatro de sombras**: a política imperial. Rio de Janeiro: UFRJ: Relume-Dumará, 1996.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHARTIER, Roger (org.). **História cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1988.

_____. **Práticas de leitura**. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

COUTINHO, Afrânio. **A tradição afortunada**: o espírito de nacionalidade na crítica brasileira. Rio de Janeiro: José Olympio, 1968.

DIAS, Elaine. Correspondência entre Joachim Le Breton e corte portuguesa na Europa. O nascimento da Missão Artística de 1816. In: **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 14, n. 2, jul.-dez. 2006.

DURAN, Maria R. da C. O endereço da cultura para o carioca joanino. In: **Revista Opsis**: Goiás: UFG, v.7, n. 9, jul.-dez. 2007.

FIGUEIREDO, Cláudio; LENZI, Maria I. R; SANTOS, Núbia M. **O porto e a cidade entre 1565 e 1910**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.

FOUCAULT, Michel. **O que é um autor**. Lisboa: Vega, 1992.

_____. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 2004.

FRANÇA, Jean Marcel C. **Literatura e sociedade no Rio de Janeiro oitocentista**. Lisboa: Casa da Moeda/Imprensa Nacional, 1999.

_____. **Visões do Rio de Janeiro colonial**: antologia de textos, 1531-1800. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, José Olympio, 1999.

_____. **Outras visões do Rio de Janeiro colonial**: antologia de textos, 1531-1808. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, José Olympio, 2000.

_____. **Mulheres viajantes no Brasil (1773-1820)**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 2008.

_____. **Visões do Rio de Janeiro Joanino (1809-1818)**. Rio de Janeiro: José Olympio, no prelo.

_____. **A construção do Brasil na literatura de viagem dos séculos XVI, XVII e XVIII**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora; São Paulo: Editora da UNESP, no prelo.

FREYRE, Gilberto. **Interpretação do Brasil**: aspectos da formação social brasileira como processo de amalgamento de raças e culturas. Rio de Janeiro: José Olympio, 1947.

_____. **Inglese no Brasil**: aspectos da influência britânica na vida e na paisagem da cultura do Brasil. 3. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000.

_____. **Sobrados e mucambos**: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento urbano. 16. ed. São Paulo: Global, 2006.

GOODMAN, Edward J. **The explorers of South América**. Norman: University of Oklahoma, 1992.

HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil**. São Paulo: Edusp, 2005.

HOLANDA, Sérgio B. de. **Visão do paraíso**. São Paulo: Editora Nacional, Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia, 1977.

_____. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Cia. das Letras, 1999.

ISENBERG, Teresa. **Naturalistas italianos no Brasil**. São Paulo: Ícone, 1990.

JOUET-PASTRÉ, Danielle M. E. **Produção de uma cidade**: a transformação do Rio de Janeiro em metrópole. Dissertação de mestrado – USP. São Paulo, 1996.

KOMISSAROV, Boris. **Expedição Lansgorff**: acervo e fontes históricas. Trad. Marcos Pinto Braga. São Paulo: Unesp, 1994.

KURY, Lorelai. “Viajantes naturalistas no Brasil oitocentista: experiência, relato e imagem”. **História, Ciências e Saúde – Maguinhos**, v. VIII (suplemento), 2001.

LEITE, Ilka B. **Antropologia da viagem**: escravos e libertos em Minas Gerais no século XIX. Belo Horizonte: UFMG, 1996.

LEITE, Miriam M. (org.). **A condição feminina no Rio de Janeiro, século XIX**: antologia de textos de viajantes estrangeiros. São Paulo: Hucitec; Brasília: Pró-memória, 1982.

_____. “Naturalistas viajantes”. **História, Ciências e Saúde – Maguinhos**, nov. 1994 – fev. 1995, p. 7-19.

_____. **Livros de viagem (1803-1900)**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

LESSA, Carlos (org.). **Os Lusíadas na aventura do Rio Moderno**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

LIMA, Oliveira. **D. João VI no Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

LISBOA, Karen. **A Nova Atlântida de Spix e Martius**: natureza e civilização na viagem pelo Brasil (1817-1820). São Paulo: Hucitec/Fapesp, 1997.

LOPEZ, Adriana. **De cães a lobos-do-mar**. Súditos ingleses no Brasil. São Paulo: Senac, 2007.

LUCA, Tânia de; MARTINS, Ana Maria. **Imprensa e cidade**. São Paulo: Unesp, 2005.

LUCA, Tânia R. de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla B. **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

LUSTOSA, Isabel. **Insultos impressos**: a guerra dos jornalistas na independência (1821-1823). São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

_____. **O nascimento da imprensa brasileira**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

MACHADO, Ubiratan. **A etiqueta dos livros no Brasil**: subsídios para uma história das livrarias brasileiras. São Paulo: Edusp: Oficina do livro Rubens Borba de Moraes: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003.

MALERBA, Jurandir. **A corte no exílio**: civilização e poder no Brasil às vésperas da Independência (1808 a 1821). São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MANIZER, G. G. **A expedição do acadêmico G. I. Langsdorff ao Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.

MARTINS, Lílian. **História em revista**. Dissertação de Mestrado – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista, Franca/SP, 2009.

MARTINS, Luciana L. **O Rio de Janeiro dos viajantes: o olhar britânico (1800-1850)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

MARTINS, Wilson. **História da inteligência brasileira (1974-1855)**. São Paulo: Cultrix, 1977. v. II.

_____. **A palavra escrita: história do livro, da imprensa e da biblioteca**. 3. ed. São Paulo: Ática, 2002.

MELLO-LEITÃO, Candido de. **Visitantes do primeiro império**. São Paulo: Companhia Editora nacional, 1934.

_____. **O Brasil visto pelos ingleses**. São Paulo: Companhia Editora nacional, 1937.

MESGRAVIS, Laima. **Viajante e a cidade: a vida no Rio de Janeiro através dos viajantes da primeira metade do século XIX**. Tese de livre-docência – USP. São Paulo, 1987.

MEYER, Marlyse. **Folhetim: uma história**. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

MIDLIN, José E. “Viajantes no Brasil: viagem em torno dos meus livros”. **Revista de Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 7, p. 35-54, 1991.

NAXARA, Márcia Regina C. **Cientificismo e sensibilidade romântica: em busca de um sentido interpretativo para o Brasil do século XIX**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.

NORTON, Luís. **A Corte de Portugal no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional/INL-MEC, 1979.

OLIVEIRA, José C. **D. João VI adorador do deus das ciências? A Constituição da Cultura Científica no Brasil (1808-1821)**. Rio de Janeiro: E-papers, 2005.

OLIVEIRA, Lúcia L. **Cultura é patrimônio: um guia**. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

PEDROSA, Mário. Da missão francesa – seus obstáculos políticos. In: PEDROSA, Mário; ARANTES, Otília (orgs.). **Acadêmicos e modernos: textos escolhidos III**. São Paulo: Edusp, 1995.

PINASSI, Maria O. **Três devotos uma fé nenhum milagre: Nytheroy** Revista Brasiliense de Ciências, Letras e Artes. São Paulo: Unesp, 1998.

PRADO, Emilia (org.). **O estado como vocação**: idéias e práticas políticas no Brasil Oitocentista. Rio de Janeiro: Acess, 1999.

PRATT, Mary Louise. **Os olhos do império**. Bauru: EDUSC, 1999.

RAMINELLI, Ronald. “Viagens e inventários: tipologia para o período colonial”. **História: questões e debates**, n. 32, p. 27-46, jan./jun. 2000.

Revista USP, n. 30. Dossiê Brasil dos Viajantes. São Paulo: USP CCS, 1996, junho/julho/agosto.

RIZZINI, Carlos. **O livro, o jornal e a tipografia no Brasil (1500-1822)**: como um breve estudo geral sobre a informação. São Paulo: Imesp, 1988.

ROUANET, Maria Helena. **Eternamente em berço esplêndido**: a fundação de uma literatura nacional. São Paulo: Siciliano, 1991.

SCHAPOCHNIK, Nelson. “Contextos de leitura no Rio de Janeiro do século XIX: Salões, Gabinetes Literários e Bibliotecas”. In: BRESCIANI, Stella (org.). **Imagens da cidade: século XIX e XX**. São Paulo: Anpuh/Marco Zero, 1993. p. 147-162.

SCHULTZ, Kirsten. **Tropical Versailles**: empire, monarchy and the Portuguese Royal court in Rio de Janeiro, 1808-1821. New York: Routledge, 2001.

SELA, Eneida Maria M. **Modos de ser em modos de ver**: ciência e estética em registros de africanos por viajantes europeus (1808-1850). Tese de Doutorado – Instituto de Ciências Humana, Universidade de Campinas, 2006.

SILVA, Ana Rosa C. de. **Inventando a nação**: intelectuais ilustrados e estadistas luso-brasileiros na crise do antigo regime (1750-1822). São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2006.

SILVA, César Agenor F. da. **O Correio Brasiliense e seu projeto de civilização (1808-1822)**. Dissertação de Mestrado – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista, Franca/SP, 2006.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Transmissão, conservação e difusão da cultura no Rio de Janeiro. **Revista de História**, n. 97, 1974.

_____. **Cultura e sociedade no Rio de Janeiro (1808-1821)**. São Paulo: Nacional, 1978.

_____. **O império luso-brasileiro (1790-1822)**. Lisboa: Stampa, 1986.

_____. (org.) **Vida privada e cotidiano no Brasil na época de D. Maria I e D. João VI**. Lisboa: Estampa, 1993.

SILVA, Wilson C. L. da. **As terras inventadas**: discurso e natureza Jean de Léry, André Antonil e Richard Burton. São Paulo: Unesp, 2003.

SODRÉ, Nelson Werneck de. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

SOUZA, Iara Lis F. S. C. **Pátria coroada: o Brasil como corpo político autônomo – 1780-1831**. São Paulo: Unesp, 1999.

SOUZA, Octávio T. **História dos fundadores do Império**. v. 6. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1957.

SUSSEKIND, Flora. **O Brasil não é longe daqui: o narrador, a viagem**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

TUNAY, Afonso E. de. Estrangeiros ilustres e prestimosos. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB**, t. LVIII, parte II, 1895.

VENTURA, Roberto. **Estilo tropical: história tropical e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história; Foucault revoluciona a história**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

VIANNA, Hélio. **Contribuição à história da imprensa brasileira**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945.

WEBER, João Ernesto. **A nação e o paraíso: a construção da nacionalidade na historiografia literária brasileira**. Florianópolis: UFSC, 1997.

ZAVALA, Silvio. “Las descripciones de viajes”. In: **A América en el espíritu francés del siglo XVIII**. México: Edicio de el Colegio Nacional.